



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

ADAILTON CLÉLIO MOREIRA DE MELLO

TRABALHO E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE NO
MERCADO DE CAPITAIS:
O OPERADOR DE BOLSA EM ANÁLISE

Niterói/RJ
2008

ADAILTON CLÉLIO MOREIRA DE MELLO

**TRABALHO E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE NO
MERCADO DE CAPITAIS:
O OPERADOR DE BOLSA EM ANÁLISE**

Dissertação apresentada ao Programa de pós-graduação em psicologia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Psicologia. Area de Concentração: Clínica e Produção de Subjetividade.

Orientador (a): Prof^ª Dr^ª TERESA CRISTINA CARRETEIRO

**Niterói/RJ
2008**

ADAILTON CLÉLIO MOREIRA DE MELLO

**TRABALHO E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE NO
MERCADO DE CAPITAIS:
O OPERADOR DE BOLSA EM ANÁLISE**

**Texto apresentado para banca de defesa no programa de pós-graduação
em psicologia da Universidade Federal Fluminense – UFF.**

Data da aprovação: 28 / 08 / 2008.

BANCA EXAMINADORA:

Profª Dra. Teresa Cristina Carreiro - UFF

Orientadora

Profº Dr. Eugène Enriquez – Paris VII

Profº Dr. Hélder Pordeus Muniz - UFF

AGRADECIMENTOS

À Prof^ª Teresa Cristina Carreiro, minha orientadora, que com competência e segurança estimulou e transitou comigo nos meandros do mercado de capitais para o desenvolvimento deste trabalho.

Ao Prof. Eugene Enriquez e Prof. Helder Pordeus Muniz, que acompanharam este trajeto, dando contribuições inestimáveis para seu desenvolvimento.

RESUMO

Esta pesquisa objetivou analisar o trabalho e a produção de subjetividade no mercado de capitais, através das atividades dos operadores de bolsa de valores. A sociedade industrial produzia um modo de subjetivação via trabalho, como a sociedade capitalista contemporânea o faz, só que de forma diversa. As intensas transformações na esfera do trabalho a partir do final do século XX trouxeram profundas repercussões na subjetividade e modos de ser, pensar e agir do trabalhador. O método utilizado para a coleta de dados foi a pesquisa qualitativa através de entrevistas semi-estruturadas. A partir da investigação realizada identificamos aspectos com relação à precarização do trabalho, imaginários, expressões simbólicas, influências do trabalho no cotidiano e alguns elementos dos sistemas defensivos destes profissionais, que permitem que o sofrimento, decorrentes das pressões e tensões, no desempenho de suas atividades sejam ressignificados possibilitando o prazer. Dentre as categorias elencadas, destacamos a urgência de enriquecimento, tempo e velocidade, exposição ao risco, esquecimento, flexibilidade e prospecção da novidade. No segmento da bolsa de valores o tempo implica uma contínua superação de limites que faz com que a vida como um todo, acabe colocando-se como refratária do tempo - o tempo hiper-produtivo. O trabalho, em consequência, invade todas as esferas da vida. A atividade pode ser vista como um constante desafio que leva a superação. O risco está intrinsecamente presente na atividade. Se o ganho aponta para a onipotência narcísica, a perda aponta para uma ferida narcísica. A análise do mercado de capitais permite inferir que dinheiro, tempo, espaço e velocidade articulam-se mutuamente para aplacar, em maior ou menor escala, as urgências nossas de cada dia. A sociedade de consumo contemporânea, marcada pela busca da satisfação instantânea, a busca desenfreada das emoções e a flexibilidade, encontra paralelo intenso na dinâmica do mercado de capitais. Conclui-se que os elementos centrais das categorias já se encontravam presentes nas bolsas, desde o século XIX. Desta forma, o que há de novo no contemporâneo é a intensificação desses elementos, que se estabelecem a partir da dinâmica do mercado de capitais. A intensificação promove uma nova forma de gestão do trabalho, com consequências para a vida e para a produção de subjetividade. O mercado de capitais coloca normas antecedentes para a sociedade, antecipa tendências, impactos e acontecimentos. Entretanto, a vida social tem uma normatividade que se dá para além da norma antecedente. Se não, teríamos que admitir que estaríamos de modo definitivo capturados pelos mecanismos do mercado de capitais e em maior instância do capitalismo financeiro contemporâneo, sem nenhuma possibilidade de ruptura ou transgressão. Todavia, como cada sistema de produção deve ser visto como um sistema que define modos de vida e produz subjetividades, entendemos que o mercado financeiro e de capitais, através de seus mecanismos e dinâmicas de negócios é um importante produtor do que poderíamos chamar de subjetividade capitalística da atualidade.

Palavras chave: trabalho, subjetividade, mercado de capitais, bolsa de valores e capitalismo financeiro.

ABSTRACT

This research aimed to analyze the work and the production of subjectivity in the capital market based on the activities of stock operators. The industrial society has produced a method of work subjectivities, as the contemporary capitalist society, but in a different way. The intense transformations in the sphere of work from the end of the twentieth century have brought a profound impact on subjectivity and ways of being, thinking and acting of the employees. The method used for the development of this work was the qualitative research through semi-structured interviews to gather data. From the research undertaken, we have identified aspects related to insecurity of work, imagination, symbolic expressions, influences of work in daily life and some elements of the defensive systems of these professionals, which allows the suffering resulting from the pressures and tensions of the activities to become pleasure. Among the categories listed, highlighted the urgency of enrichment, time and speed, exposure to risk, neglecting, flexibility and exploration of novelty. In the segment of the stock market, time implies a continuous overcoming limits which means that life as a whole, ultimately placing itself as the refractory time - the hyper-productive time. The work, in consequence, invades all spheres of life. The activity could be seen as a constant challenge that leads to excess. The risk is inherent in this activity. If the gain points to the narcissistic omnipotence, the loss points to a narcissistic wound. The analysis of the capital market can infer that money, time, space and speed articulate each other to appease, to a greater or lesser extent, the urgency of our every day. The consumption of contemporary society, marked by the pursuit of instant satisfaction, the pursuit of unbridled emotions and flexibility, is intense parallel in the dynamics of the capital market. Thus the central elements of the categories were already presented in scholarships since the nineteenth century. So, what's new in contemporary is the intensification of those elements, which are established from the dynamics of the capital market. The intensification promotes a new way of managing the work, with consequences for life and for the production of subjectivity. The market of capitals puts antecedent norms for the society, advances tendencies, impacts and events. Meanwhile, the social life has a norm that goes beyond the standard background. If not, we would have to admit that we would be definitely captured by the mechanisms of the capital market and in a greater instance of financial contemporary capitalism, with no possibility of a breach or transgression. However, as each system of production should be seen as a system that defines ways of life and produces subjectivities, we believe that the financial market and capital, through its mechanisms and dynamics of business is a major producer of what we might call the today's capitalism subjectivity.

Key words: work, subjectivity, capital markets, stock exchanges and financial capitalism.

Trabalho e Produção de Subjetividade no Mercado de Capitais: O Operador de Bolsa em Análise

Sumário

Introdução	8
I. A bolsa, o mercado de capitais e o operador de bolsa	14
1.1 – A bolsa e o mercado de capitais	14
1.2 – A bolsa, o tempo e a usura.....	18
1.3 – O Operador de bolsa	20
1.3.1 – Oficialização da Profissão	27
1.4 – A Globalização e o Mercado de Capitais	29
1.5 – As mudanças tecnológicas na bolsa e valores	36
II. Trabalho, produção de subjetividade e mercado de capitais	40
2.1 – O Trabalho como categoria social	40
2.2 - Trabalho e produção de subjetividade.....	42
2.3 – Construção social do dinheiro	49
2.4 – A atividade dos operadores de bolsa	55
III – Pesquisa: Operadores de bolsa	60
3.1 - Metodologia	60
3.1.1 – Coleta de dados e entrevistados.....	60
3.1.2 – Critérios para análise dos dados coletados	62
3.1.3 – Implicações do autor com a pesquisa	63
3.1.4 – Eixos de Investigação	70
3.2 – Participantes das Pesquisas.....	72
3.2.1 - Participante "A".....	72
3.2.2 – Participante “B”.....	73
3.2.3 - Participante "C".....	74
3.2.4 - Participante "D".....	76
3.3 – Análise das entrevistas	77
3.3.1 – Precarização do trabalho dos operadores.....	79
3.3.1.1 – Autonomia e precarização do trabalho	80
3.3.1.2 – Atividades pré e pós pregão e precarização do trabalho	81
3.3.1.3 – Inovações tecnológicas e precarização do trabalho	82
3.3.2 – Imaginários dos operadores de bolsa.....	84
3.3.3 – Expressões simbólicas sobre o mercado.....	86
3.3.4 – Influências do trabalho no cotidiano	89
3.3.5 – Sistemas defensivos da profissão	91
3.4 – Categorias de pesquisa e análise.....	101
3.4.1 – Urgência de enriquecimento ou de bem estar financeiro	101
3.4.2 – Tempo e velocidade.....	108
3.4.3 – Rápida realização dos ganhos e das perdas	116
3.4.4 – Incerteza e exposição demasiada ao risco	118
3.4.5 – Esquecimento e desatrelamento da experiência da atividade.....	121
3.4.6 – Flexibilidade, movimento, liquidez e volatilidade	123
3.4.7 – Prospecção da novidade e da informação.....	127
3.4.8 – Incerteza futura da profissão.....	129
Conclusão	133
Referencias Bibliográficas.....	143
Anexo I: Bolsa Brasileira: Marcos sócio-históricos e jurídicos	146
Anexo II: Planos econômicos editados no Brasil nas décadas de 1980 e 1990.....	154

Introdução

Os cenários nacional e internacional têm colocado diante de nós intensas mudanças que se processam nas relações de trabalho e na produção de subjetividade ocorridas nas últimas décadas. Estas transformações profundas vão afetar além da materialidade, as relações entre as formas de ser e existir (Antunes, 2006). Durante alguns séculos, a sociedade foi marcada pelos ares industriais em que a produção manufatureira era o foco central das atividades, contribuindo, de alguma forma, para o processo de construção subjetiva individual e coletiva nos diferentes momentos históricos. Com o desenvolvimento dos mercados e a intensificação da globalização, inclusive do mercado financeiro e de capitais, passamos da sociedade pautada na produção industrial para a que enfatiza o capitalismo financeiro.

O trabalho, no sentido geral, tem sido, nas últimas décadas, afetado pelas reengenharias, pelo avanço tecnológico, pela necessidade de enxugamento das empresas e pelas novas formas de gestão do trabalho, que se sobrepõe à disciplina fabril. Entrou em cena o trabalhador polivalente, que deve estar sempre apto a responder às mudanças da produção, inteiramente engajado na produtividade em uma época em que o mercado de trabalho é cada vez mais competitivo (Nardi, 2006).

A partir do início da década de 1970, inicia-se a crise estrutural do capital que se apoiava, até então, nos postulados fordistas e que, como salienta Antunes (op. cit. p. 23 e 30), pode ser identificada a partir dos seguintes sinais:

- (i) queda da taxa de lucro atrelada ao aumento de preço da força de trabalho;
- (ii) incapacidade do modelo taylorista/fordista de responder à retração do consumo e ao desemprego estrutural que se iniciava;

- (iii) expansão da esfera financeira frente aos capitais produtivos;
- (iv) concentração de capitais movidos pelas fusões de empresas;
- (v) crise do *welfare state* com reflexo no Estado capitalista que retrai os gastos públicos transferindo-os para o capital privado;
- (vi) incremento das privatizações e a tendência à desregulamentação e flexibilização.

O modelo fordista mergulhou, em última análise, numa crise profunda de produtividade. O reflexo imediato foi a migração do capital para o mercado financeiro, dada a incapacidade de a economia real, principalmente das indústrias de transformação, possibilitar uma taxa de lucro adequada. Como o capitalismo se alimenta das crises, inicia-se um processo de reorganização do capital, na qual a privatização do Estado, com a desmontagem de seu setor produtivo e a desregulamentação dos direitos do trabalho, transforma-se numa tentativa de retorno aos patamares anteriores de produtividade (Antunes, op. cit.).

O binômio taylorismo/fordismo baseou-se na produção em massa a partir de uma estrutura homogeneizada e verticalizada. A produção era realizada sobretudo internamente e em poucas ocasiões recorria-se ao fornecedor externo. Havia uma atenção constante para a racionalização do trabalho, a partir da qual se tentava combater o desperdício na produção por meio da redução do tempo e do aumento do ritmo de trabalho. A produção dava-se pela techedura dos vínculos entre os trabalhos individuais; a esteira da fábrica não só fazia as ligações como também ditava o tempo e o ritmo necessário para a realização das tarefas. Era a interação da produção em massa fordista com o cronômetro taylorista e uma separação rigorosa entre a elaboração e a execução. A atividade do trabalhador era “suprimida” de sua dimensão intelectual, reduzindo-se a uma ação mecânica e repetitiva (Antunes, op. cit.).

Em resposta à crise estrutural, o capital deflagrou várias transformações em seu processo produtivo e formas de gestão, dentre os quais se destaca o toyotismo. Surge o regime de acumulação flexível cujas características são a divisão dos mercados, o desemprego, a divisão global do trabalho, o capital volátil e a reorganização financeira e tecnológica (Harvey, 2006).

O novo regime de produção se organiza num padrão tecnologicamente avançado com a utilização maciça de sistemas computacionais no processo produtivo e de serviços. Pretende-se uma estrutura horizontal e integrada não só internamente, mas também nas

empresas terceirizadas, com a finalidade de reduzir ao máximo o tempo de trabalho e como consequência aumentar também ao máximo a produtividade.

Desta forma, as transformações contemporâneas do trabalho estão ligadas de modo importante à reestruturação produtiva que se levou a efeito com a crise do fordismo. Esta reestruturação pode ser observada pela passagem da acumulação taylorista-fordista no contexto do Estado-Nação, para a acumulação flexível sob a égide da globalização. As mudanças de base técnica, associadas à conjuntura político-econômica do liberalismo no Brasil da década de 1990, trouxeram modificações nos processos de subjetivação agenciados pelo trabalho. A vertente atual do capitalismo modifica as micropolíticas do trabalho e aponta para novas configurações dos espaços do Estado, do capital e do trabalho (Nardi, op. cit.).

O tempo atual está focado na perspectiva monetária, toda proposição é permeada pelo dinheiro. No cenário global, as figuras biopolíticas¹ vestem trajes monetários. Desta forma, as grandes potências produzem não só mercadorias, mas também subjetividades dentro do contexto biopolítico. Produzem produtores (Hardt & Negri, 2005). Do mesmo modo que a sociedade industrial produzia um modo de subjetivação via trabalho, entendemos que a sociedade capitalista contemporânea também o faz, mas de forma diversa. Lukács (apud Antunes, op. cit.) entende que os vínculos entre subjetividade e trabalho são indissolúveis. As intensas transformações ocorridas na esfera do trabalho, no final do século XX, além de atingir a materialidade e o lugar dos instrumentos financeiros e de capitais no mercado globalizado, trouxeram também, profundas repercussões na subjetividade, afetando a forma de ser do trabalhador (Antunes, op. cit.).

Neste sentido, o mercado de capitais se apresenta como um palco privilegiado para esta investigação, visto que ele parece agenciar os valores que estão postos na sociedade contemporânea e no trabalho. Pelo que podemos observar, a princípio, o mercado de capitais de alguma forma antecipa e/ou contribui para a construção destas categorias. Pretendemos assim investigar os valores que estão atravessando as práticas profissionais desses trabalhadores e de que maneira eles a vivenciam. Nossa hipótese é que os profissionais do mercado exacerbem ou experimentam com grande intensidade alguns

¹ Biopolítico é um neologismo cunhado por Michel Foucault para designar uma das modalidades de exercício de poder sobre a população enquanto massa global. Foucault considerava que o estilo do governo criava regulamentações através do biopoder. O biopoder, por sua vez, refere-se à aplicação e impacto do poder político a todas as esferas da vida humana.

valores e categorias presentes no contemporâneo.

Bauman (1999) declara que a globalização é a extensão totalitária das lógicas dos mercados financeiros a todos os aspectos da vida. Em nossa compreensão, o mercado de capitais, através dos ditames operacionais das Bolsas de Valores, também lança sua lógica na totalidade da vida daqueles que nele trabalham, no cotidiano dos operadores de bolsa. Tal lógica, por intermédio das categorias agora sociais presentes no mercado de capitais e nas empresas, é em suma a lógica dos mercados financeiros, apresentada por Bauman (op. cit.), açambarcando todos os aspectos da vida.

O trabalho tem sido objeto de estudo desde teóricos como Marx, Weber e Durkheim, até os momentos atuais com Clot, Dejours, Schwartz, entre outros. Na modernidade, o trabalho passa a ter caráter de atributo moral e condição de cidadania. A partir da Segunda Grande Guerra, o assalariamento tornou-se a principal forma de distribuição de renda, através da política do pleno emprego. No caso particular do Brasil, a carteira de trabalho assinada indicava a possibilidade de acesso a benefícios sociais e de saúde. Experimentamos, após 1930, o fato de que os benefícios sociais e a saúde estavam associados à eficiência do mercado econômico. É o que Santos (1981) salientou ao dizer que, no Brasil, instalou-se a “cidadania regulada”. Neste caso, os direitos deveriam ser reclamados pelo mercado de trabalho, segundo a posição que cada indivíduo ocupava no próprio mercado. Apesar das particularidades do cenário brasileiro, o trabalho, em geral, passou por mudanças radicais nos últimos trinta anos. O pleno emprego tornou-se pouco provável assim como o trabalho deixou de ser elemento de coesão social. Contudo, apesar das transformações, o sujeito ainda se constrói e é construído tendo o trabalho como um fator importante (Nardi, op. cit.).

Como observou Levy (1977), o sistema financeiro tem ocupado papel expressivo tanto no que tange ao desenvolvimento econômico como nas decisões da esfera política. Essa constatação, também é feita por Weber (2004[1894]) quando afirma que a Bolsa “tem o caráter absolutamente indispensável e a dimensão colossal”. Em nossa hipótese, estamos estendendo a importância do mercado para a produção da subjetividade capitalística de nossa época. A nosso ver, esta produção de subjetividade se constitui primordialmente via trabalho. Sendo assim, pôr em análise o operador de bolsa através de seu trabalho e da investigação de algumas sutilezas que estão presentes no seu cotidiano, significa não se deixar capturar pelo discurso da flexibilidade e da lucratividade a qualquer custo, sem levar em consideração os efeitos que se presentificam pelas práticas desses discursos.

Ainda que estejamos trabalhando com a hipótese de que o mercado de capitais tenha uma influência importante na produção da subjetividade contemporânea, não pretendemos com isso generalizar essa afirmação. Ou seja, outros processos de subjetivação podem ser encontrados, em outras atividades. Entretanto, nos parece que certas categorias que adquirem destaque na sociedade contemporânea sempre estiveram presentes nesta atividade., ainda que já se apresentasse de forma incipiente na atividade dos corretores, precursores daqueles a que estamos chamando de operadores de bolsa, de forma genérica.

Esta pesquisa justifica-se, em função de o mercado de capitais brasileiro, assim como a própria economia do país, viver intensas oscilações desde o século passado. Nos últimos anos, entretanto, o mercado de capitais tem se consolidado como um importante instrumento na circulação de recursos, desenvolvimento e sustentação, tanto de empresas como, conseqüentemente, do próprio capitalismo. Este mercado tem uma dinâmica própria, que parece se incorporar cada vez mais no cotidiano das empresas e, consecutivamente, no cotidiano das pessoas, contribuindo, assim, como um importante instrumento na produção da subjetividade contemporânea. Até o presente, os economistas, principalmente, lançaram-se à tarefa de produzir conhecimento a respeito dos aspectos deste mercado, obviamente sob a ótica econômico-financeira. Consta-se que raríssimos são os trabalhos que abordam o mercado de capitais pela vertente da psicologia.

Desta forma, produzir conhecimento no campo da psicologia a partir deste ramo de atividade tão diferenciado, e pouco pesquisado, torna-se importante, em função dos aspectos que envolvem a dinâmica das relações de trabalho e na produção da subjetividade contemporânea.

Para o desenvolvimento da pesquisa, elegemos o operador de bolsa de valores como o profissional objeto de nossa investigação. As operações em Bolsa de Valores estão sendo hoje desenvolvidas principalmente pelos profissionais de mega-bolsa. Estes profissionais são os intermediários das operações, além de, normalmente, operarem por conta própria. Em função disso, estão envolvidos não só no cumprimento das ordens de clientes, como também, quando operam para si mesmos, pressionados pelas demandas do mercado. Estão diante das oscilações muitas vezes bruscas do mercado, oscilações estas que produzem lucros ou perdas para seus clientes e para si mesmo.

A investigação se desenvolve no contexto brasileiro, ainda que ocasionalmente façamos menção a informações de outros países. Desta forma, a pesquisa percorrerá

fundamentalmente aspectos pertinentes à Bolsa de Valores do Rio de Janeiro e aos profissionais que nela atuam, visto ser a bolsa pioneira em suas atividades no Brasil.

No ano de 1995, muitas das atividades da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro foram redirecionadas para a Bolsa de Valores de São Paulo, passando esta a ser não só a maior Bolsa de Valores do Brasil, como também a maior da América Latina. Em função disto, dedicamos um tópico do primeiro capítulo às inovações tecnológicas ocorridas na Bolsa de Valores. Neste caso, particularmente, no que tange as últimas modificações, enfocaremos principalmente a Bolsa de Valores de São Paulo. Dentre as últimas inovações tecnológicas destacam-se as implementações do *home broker* do “mega-bolsa” e do *after market*. Além disso, traçamos no primeiro capítulo aspectos sobre a bolsa de valores, sobre a usura, sobre o surgimento da atividade dos operadores e sobre a globalização, notadamente no mercado de capitais.

No segundo capítulo, apresentamos um percurso do trabalho como categoria social, sua relação com a produção de subjetividade, uma breve construção social do dinheiro e alguns aspectos mais importantes concernentes à atividade do operador de bolsa.

No terceiro capítulo nos dedicamos à parte metodológica, apontando o modo como a pesquisa foi instrumentada, os dados coletados, o processo de construção das categorias e a análise dos dados e categorias encontradas. Para fins da investigação, utilizamos como instrumento de pesquisa a entrevista qualitativa. As entrevistas foram semi-estruturadas e aplicadas aos profissionais de bolsa de valores que exercem a atividade de operadores, sem distinção de idade, sexo ou tempo de profissão.

I. A bolsa, o mercado de capitais e o operador de bolsa

1.1 – A bolsa e o mercado de capitais

As operações em bolsa são antigas. Registros indicam que a Bolsa Belga teve sua origem no século XIV. A Bolsa de Londres data do século XVII. Muitas bolsas já existiam ou consolidaram-se no século XIX. A Bolsa de Nova Iorque foi criada em 1792, a Bolsa do Rio de Janeiro em 1845; a Bolsa de Valores de Genebra em 1850; a Bolsa de Zurique em 1870 e a Bolsa de São Paulo em 1884 (Levy, op. cit.). A Bolsa de Valores do Rio de Janeiro tem como seu marco fundador o Decreto nº. 417 de 14 de junho de 1845.

Apesar de todo avanço tecnológico que envolveu o mercado de ações, há nele premissas operacionais básicas que sempre estiveram presentes. Weber (op. cit.) aponta para certas condições que havia na negociação em bolsa de sua época, que sem dúvida, nos colocam diante de princípios ainda hoje bastante comuns, não só nas bolsas como em outros negócios. Ele cita o fechamento de negócios com mercadorias não presentes no local, ou com mercadorias que ainda seriam produzidas. Weber se refere também a compradores que não ficariam com as mercadorias e vendedores que nem sequer teriam o produto ou capacidade para produzi-los. Em todos os aspectos, as operações eram motivadas unicamente pela obtenção do lucro. A produção se dava após as negociações serem realizadas e a mercadoria era entregue segundo o prazo previamente estabelecido. Além disso, ele cita que os negócios eram realizados em quantidades “absolutamente inexistentes”; ou seja, a soma da quantidade dos negócios realizados era muito superior

à totalidade de mercadorias ou papéis existentes. Há também a menção efetuada por Weber (op. cit.) que diz respeito à distribuição espacial das reservas do investidor, quando este, buscava comprar mais barato em um determinado País para revender mais caro em outro. Estamos aqui na década de 1890 já experimentando de alguma forma uma “virtualidade” possível através dos mecanismos de negociação em bolsa. Podemos observar também, na menção de Weber, a prática de negociação das mercadorias antes de sua efetiva produção. Na ocasião, o giro financeiro era tão superior quanto desatrelado da existência física do objeto de negociação, e havia a prática de operações em que o dinheiro rompia as barreiras nacionais para, através da busca de melhores preços, singrar pelo mercado continental.

Ao que se percebe, a bolsa parece se impor, desde o início, para incorporar novas tecnologias e romper as imposições do tempo e do espaço. Tudo isso, obviamente, alimentado pela perspectiva do ganho financeiro. Sobre isso, Weber (op. cit.) trata da possibilidade dada pela bolsa de se obter lucro em função de especificidades geográficas e temporais, além do uso da comunicação via telefone e telégrafo. Ele cita:

Tirar partido destas **variações geográficas e temporais de preços com vista à realização de lucros, tal é o objetivo daquela atividade comercial que é, aqui e acolá, muito erradamente, identificada com a essência do negócio bolsista** (grifo nosso). Tal não invalida, porém, que aquela atividade conheça o grau mais elevado do seu desenvolvimento no tráfego bolsista e que se revele decisiva para a formação dos preços e para a generalidade das operações bolsistas. Falamos naturalmente da *especulação*.

Num sentido amplo, a especulação bolsista será aquela atividade comercial que visa a obtenção de um ganho jogando na diferença entre os preços de compra e de venda de um artigo cotado na bolsa. Esta especulação pode subdividir-se em *arbitragem* (ou *arbitrio de câmbios*) – aproveitamento do diferencial de preços geográficos – e em especulação *lato sensu*, enquanto aproveitamento do diferencial de preço *temporal*. Quem efetua uma arbitragem procura obter um ganho, ao vender uma mercadoria num local onde ela é cara e ao comprá-la, simultaneamente, ali onde ela é mais barata. (...). Podem **contactá-lo pelo telefone ou transmitir-lhe pelo telégrafo informações e ofertas provenientes de bolsas estrangeiras** (grifo nosso), e, uma vez que ele se aperceba da possibilidade de realizar um lucro – comprando em Londres, por exemplo, notas de banco russas ou letras de cambio sacadas sobre a Rússia e vendendo-as em Paris -, transmite então as suas ordens por telefone ou por telégrafo. A probabilidade de obter um ganho assenta, essencialmente, na **rapidez** (grifo nosso) com que seja aproveitada a diferença de preços registradas entre dois locais. Por outro lado, aquele que procede a uma arbitragem não se limita a fazer conversões monetárias, deve ainda ponderar a diversidade das práticas em vigor em matéria de dias de pagamento, de juros a pagar, de provisões e de corretagens, e tudo isto à **velocidade do relâmpago** (grifo nosso). **Ao proceder a este cálculo mental, terá de realizar, muitas vezes, verdadeiros prodígios, pelo que a sua profissão se conta entre as mais desgastantes do sistema nervoso** (grifo nosso). (p. 107,8).

Pela expressão utilizada por Weber na citação acima, “profissão entre as mais desgastantes do sistema nervoso”, podemos perceber que os operadores de bolsa sempre viveram sob a égide de pressões psicológicas e emocionais que estariam diretamente associadas à atividade. Em nossos dias, também, podemos incluir os profissionais que

estão ligados às atividades decorrentes do mercado financeiro e de capitais como sujeitos a esses desgastes. Embora os desgastes estejam presentes, e apontem para certos riscos, estes profissionais, conforme observado nas entrevistas realizadas, dificilmente pensam em exercer outro tipo de atividade. Dizem-se apaixonados pelo mercado, o que, por outro lado, nos faz pensar na existência de alguns recursos que os ajudem a conviver minimamente bem com os riscos, desafios e desgastes da profissão.

A bolsa sempre teve um papel importante na formação dos preços de produtos, títulos e um caráter antecipatório das tendências e impactos dos acontecimentos da esfera política e econômica. A bolsa coloca-se como centro de difusão de informações, propiciadora e indicadora da liquidez dos ativos negociados. No que tange à circulação de informações e à liquidez, Weber (op. cit.) vai nos dizer:

Para estes produtores, **esta cotação na bolsa é uma questão de vida ou morte** (grifo nosso). Se a bolsa não existisse, eles não teriam qualquer possibilidade de controlar aproximadamente qual o lucro que o negociante realiza com os cereais que lhes compra, pelo que ficariam inteiramente dependentes de seu arbítrio.

Por outro lado, o detentor de fundos públicos, de ações, etc., consultará os jornais que publicam a cotação daqueles títulos para verificar a quanto se eleva na bolsa o valor estimado dos papéis de crédito. Ele compra títulos cotados na bolsa de preferência a emprestar o seu dinheiro a um homem de negócios ou a um agricultor solventes que possam dele precisar e que por ele paguem juros. Por quê? Desde logo, porque só o acaso fará com que ele encontre qualquer um deles; **sobretudo, porém, porque não pode recuperar junto deles, imediatamente seu dinheiro** (grifo nosso), tendo que aguardar que a dívida atinja a data do seu pagamento. Ele poderia é certo <<ceder>> o seu crédito a outra pessoa que o quisesse comprar, mas resta saber se encontraria essa pessoa e quanto ela estaria disposta a pagar. Em compensação, **se ele for detentor de um título que seja regularmente transacionado em bolsa, pode estar certo de encontrar ali, a todo instante, se precisar realizar dinheiro, quem lho compre aproximadamente pelo preço que poderá ler no jornal** (grifo nosso). Os números do boletim das cotações são para ele um termômetro que lhe permite saber, diariamente, a quanto se eleva o valor estimado do seu patrimônio.

São estes os principais fatores que explicam a importância extraordinária que as bolsas adquiriram para economia nacional, da qual elas começaram a ser, nos nossos dias, os reguladores e organizadores, e sê-lo-ão cada vez mais enquanto perdurar a actual ordem social, ainda que numa forma apenas aproximada. (p. 87, 88).

Weber (op. cit.), conclui dizendo que a publicação das cotações é importante até para aqueles que não dão atenção a elas, visto que a evolução desses números indica a prosperidade ou decadência dos ramos de produção, donde depende a felicidade ou miséria de milhares de pessoas.

Outro elemento presente já nas citações de Weber (op. cit.) diz respeito ao risco e à incerteza, sempre presentes no mercado de capitais. Weber sobre isso cita:

Não admira, assim, que estes especuladores corram grandes *riscos*. Efectivamente, dados o estoque limitado de mercadorias e o círculo reduzido de pessoas envolvidas na actividade especulativa, é muito aleatório se é quando eles possam estar certos de encontrar um comprador para determinadas quantidades da mercadoria armazenada; a esta **incerteza** (grifo nosso) haverá que acrescentar ainda as bruscas flutuações de preços, (...) Para que esta situação possa ser remediada, são indispensáveis três condições: Primeira: ser possível especular sem

que se seja detentor de avultados capitais próprios. Segunda: possibilitar que a mesma quantidade de mercadorias ou de títulos seja utilizada não apenas numa, mas em várias transações especulativas. Terceira: não só poder, assim, comprar especulando numa esperada subida dos preços para vender depois mais caro, mas também poder vender especulando numa esperada descida dos preços para comprar depois mais barato. Um tipo de transacção, que é hoje a forma de especulação predominante nas bolsas mais desenvolvidas do mundo, reúne de uma maneira tecnicamente perfeita estas três condições: *as operações a prazo* (ou *a termo*). (p. 119-20).

Sobre a especulação presente nas bolsas, Weber (op. cit.), aponta que “o mecanismo de especulação é absolutamente simples, ao ponto de mesmo aquele que, profissionalmente, o ignore por completo não tardar a descobrir que é fácil colher sem ter semeado”. (p. 139).

Outro aspecto que pode ser observado, já na época em que Weber (op. cit.) escreve seu livro, *A Bolsa*, se refere a um determinado grau de **invisibilidade** dos investidores e até dos negócios que a bolsa possibilita. Ele vai dizer que:

(...) as diferentes legislações, de uma maneira geral, autorizam doravante o comissionista a *aceder, ele próprio*, ao mercado, ou seja, permitem-lhe, em vez de prestação de contas detalhada a cada cliente, facturar, simplesmente o curso bolsista fornecido pelo boletim da cotação na data em questão, no pressuposto de que os interesses do cliente, possam ser suficientemente protegidos (...). Com isto, porém, não causa admiração que a cortina corrida sobre o que se passa na bolsa se torne ainda mais opaca para os clientes não iniciados. O cliente que especula não vê, portanto, o que efectivamente se passa nos bastidores: a maneira como as cotações são estabelecidas. (p. 141).

A importância da Bolsa de Valores como agenciadora de negócios é muito grande, visto que, até a segunda metade do século XX, só havia os Bancos e as Bolsas de Valores como integrantes da estrutura financeira do Brasil. Além disso, as operações de bolsa estão indissociavelmente ligadas às transformações do processo produtivo e se desenvolveram em conjunto com a expansão do comércio do café e o aumento do volume de circulação da moeda (Levy, op. cit.). Esta importância não se dá, entretanto, sem que levemos em consideração a existência de um imaginário popular, presente desde a época de Weber (op. cit.), que coloca a bolsa como uma “associação de conspiradores vivendo da burla e da gatunice”. Ele cita o caso de investidores que maquiavam o balanço e faziam negócios com recursos extra-contábeis para obterem lucro via maior distribuição de dividendos ou elevação artificial do preço de ações.

1.2 – A bolsa, o tempo e a usura

Um aspecto que permeia todo o desenvolvimento do mercado financeiro e, conseqüentemente, do mercado de capitais e da bolsa é a usura. Do século XII ao século XIX, este assunto esteve misturado nas questões de economia e religião de forma bastante acirrada. Tomás de Aquino retira de Aristóteles que o dinheiro é infecundo, não podendo frutificar como pretendia a usura. A moeda foi inventada para ser consumida nas trocas, sendo injusto receber recompensa pelo dinheiro emprestado (Le Goff, 1989).

Como indica Buchan (1997), em um dos trechos da *Política*, texto possivelmente familiar a Shakespeare e a Marx, além de ser a base da filosofia de Proudhon, e que foi veiculado com intensidade na Idade Média, Aristóteles referiu-se a riqueza surgida da troca ou da venda como algo a ser veementemente censurado, por ser antinatural e uma forma de os homens lucrarem um sobre os outros. Aristóteles considerava o juro a espécie mais odiosa de lucro, por significarem lucro obtido do próprio dinheiro e não daquilo para o que o dinheiro foi imaginado. O dinheiro, segundo ele, surgiu no interesse da troca, e os juros fazem com que o dinheiro aumente. O termo juro [*tokos*] significa dinheiro nascendo de dinheiro.

A usura está intrinsecamente ligada a uma questão cara ao mercado de capitais: o tempo. Os usurários eram considerados ladrões, pois vendiam aquilo que não lhes pertencia. Vendiam o tempo e o tempo pertence a Deus. Os usurários vendiam o bem alheio contra a vontade de seu possuidor, por isso eram ladrões (Le Goff, op. cit.).

Le Goff (op. cit.) cita um manuscrito do século XIII que ilustra bem essa questão:

Os usurários pecam contra a natureza querendo fazer dinheiro gerar dinheiro, como cavalo com cavalo ou mulo com mulo. Além disso, os usurários são ladrões (*latrones*), pois vendem o tempo, que não lhes pertence, e vender um bem alheio contra a vontade do possuidor é um roubo. Ademais, como nada vendem a não ser a espera do dinheiro, isto é, o tempo, vendem os dias e as noites. Mas o dia é o tempo da claridade e a noite o tempo do repouso. Portanto, não é justo que tenham a luz e o repouso eternos. (p. 40-1).

Na prática, entretanto, apenas os usurários que se excediam em sua cobrança eram considerados culpados.

A sociedade cristã começou a experimentar um valor novo: o “risco”. Ainda que este valor já existisse, ele estava atrelado às condições de vida. Era o risco do monge, em sua solidão, ser afligido pelos ataques de Satã; era o risco de morte por defender a fé e a

Igreja; o risco do laico nas peregrinações e na Cruzada.

O risco enquanto um valor novo na sociedade cristã é agora experimentado em sua dimensão econômico-financeira e envolve a possibilidade de perder-se o capital aplicado. A dimensão do risco passa a ser medida também como cálculo da incerteza. A noção de certo e incerto, advinda do pensamento aristotélico, adquire na Teologia e no Direito Canônico, depois de 1260, um lugar no cálculo econômico que desempenhará um importante papel no estabelecimento do capitalismo (Le Goff, op. cit.).

Le Goff (op. cit., p. 90) conclui que os iniciadores do capitalismo são os usurários, que após uma corrida contra obstáculos de todas as espécies e com a esperança de escapar do inferno em decorrência do surgimento da doutrina do purgatório, fizeram avançar a economia e a sociedade do século XIII em direção a um novo regime econômico. São, segundo ele, os “mercadores do futuro”, os “mercadores do tempo”.

A questão da usura ainda hoje se encontra presente na legislação brasileira. Entretanto, ela atinge apenas as operações comerciais e entre particulares para os quais os juros não podem ser superiores a 12% a.a. Qualquer variação superior a 1% ao mês não pode ser praticada a não ser que motivada por algum tipo de remuneração inflacionária, o que, a partir de 1995, também passou a ser proibido. Na prática, esta limitação não se aplica quando a operação é intermediada por uma instituição financeira. A formação das taxas do mercado financeiro leva em consideração o custo do dinheiro nos negócios interbancários e as taxas de remuneração pelas quais o governo emite títulos para financiar seu déficit. As instituições financeiras também incluem, em suas taxas, os custos administrativos e de crédito, além do *spread* variável de instituição para instituição e que permite a sua lucratividade. O *spread* é definido pelo diferencial entre as taxas de captação e aplicação da instituição financeira.

No caso das operações em bolsa, apesar de, em última análise, referir-se a uma operação de empréstimo, sua característica de operação de renda variável inviabiliza falar-se de usura ou limitação de taxa. A essência da operação em bolsa, conforme praticada hoje, é a obtenção de uma rentabilidade superior à de renda fixa obviamente mediante uma exposição maior de risco. A remuneração final das ações tem a inflação como um componente menos importante na formação de seu preço. As variações se dão em função da perspectiva de rentabilidade futura da ação, que está diretamente relacionada à *performance* da empresa em sua atividade e à oferta e procura.

1.3 – O Operador de bolsa

A nomenclatura “operador de bolsa” e seus equivalentes é relativamente nova. Ela decorre, historicamente, da função de corretor. Durante a expansão comercial do século XVI, a burguesia metropolitana controlava os espaços coloniais e organizava a produção e seu escoamento através de agentes intermediários. Estes intermediários eram chamados de comerciantes de ida-e-volta, agentes comissários ou corretores. A vida econômica da colônia dependia, em grande parte, desses antecessores do corretor. Eles intermediavam a compra da produção e seu escoamento para Europa e supriam as fazendas de escravos, além de equipamentos e financiamento para a produção. Eles operavam como intermediários entre a colônia e seus mercados consumidores e fornecedores (Levy, op. cit.).

A prática da atividade naquela ocasião proporcionava a possibilidade de acumulação de grande riqueza. Entretanto, tal atividade não tinha a força e o prestígio que a sociedade colonial atribuía à posse da terra e ao mando ostensivo sobre dependentes. O corretor, no exercício de suas atividades, precisava literalmente correr, pois esta era a única forma viável, numa época precária, de conseguir fechar as operações. Os corretores eram os agentes da operação, da comunicação e da informação. O local em que eles se reuniam acabava por dispor de atrativo especial, sendo o lugar que permitia a operacionalidade das transações, assim como se transformava em ponto irradiador e interceptor de informações (Levy, op. cit.). Vê-se que na época colonial a atividade do corretor já trazia embutida alguns predicados sempre presentes no mercado bursátil e notadamente na subjetividade contemporânea agenciada pelo mercado de capitais: a possibilidade de acumulação de riqueza, a necessidade de agilidade para fechar mais adequadamente uma operação e o atrelamento da comunicação e informação em sua atividade.

No século XVII, em consequência do monopólio decorrente da união das monarquias ibéricas (1581-1640), a figura do corretor, até aqui verificada, enfraqueceu-se. Por outro lado, estes fatores propiciaram o surgimento do corretor da cidade, visto que as operações de venda, compra e expedição de mercadorias dependiam de corretores estrangeiros para serem realizadas. Com a existência de um corretor oficial, esperava-se maior estabilidade nas negociações (Levy, op. cit.).

A primeira metade do século XVIII foi marcada pelo ciclo do ouro. Houve, na

ocasião, uma alta de preços que atingiu a economia de várias regiões do Brasil integradas na economia monetária. A renda gerada por este ciclo canalizou-se principalmente para os intermediários comerciais. Os corretores fixaram-se no Rio de Janeiro que era o porto escoador do ouro. Em meados do século XVIII, já se fez sentir a decadência da mineração, em decorrência do esgotamento das jazidas e do alto grau de endividamento dos mineradores. Dado o grande prejuízo sofrido por estes, o governo editou a Lei da Trintena, na qual aqueles que detinham mais de trinta escravos só podiam ser tributados em 1/3 de seus lucros. Esta medida abalou o sistema de crédito, levando-o a decadência (Levy, op. cit.), visto a crise de credibilidade que se instaurou.

Em 1755 e 1759, o Marques de Pombal criou duas grandes companhias de comércio, a Companhia do Pará e Maranhão e a Companhia do Pernambuco e da Paraíba. Com a criação destas companhias, os principais benefícios e lucros ficaram restritos a elas. Sendo assim, as atividades dos corretores tornaram-se ineficazes, pois estes atuavam em função das diferenças de preço decorrentes da oferta e procura, ficando proibidos de exercerem sua profissão. Em 1777, com a deposição do Marquês de Pombal, as Companhias foram extintas. Os agentes mercantis, marginalizados com a criação das Companhias pelo Marquês, reivindicaram a liberdade de comércio entre Portugal e o Brasil, justificando o pleito com denúncias de prejuízos ocasionados com a extinção do ofício de corretor (Levy, op. cit.).

No final do século XVIII iniciou-se o plantio de café no Rio de Janeiro, deslocando-se para o vale do Paraíba. Além do escoamento da produção cafeeira o Rio de Janeiro também se destacava por ser centro distribuidor de escravos, abastecedor das fazendas e importador de produtos manufaturados. Nesta ocasião, verificou-se também a eliminação do intermediário metropolitano, transferindo-se essa função para o Rio de Janeiro (Levy, op. cit.).

Na negociação do café, há duas figuras de especial interesse para este trabalho: (i) os comissários – a quem era delegada a tarefa de venda dos produtos ao mercado. Inicialmente, os comissários apenas representavam o produtor na negociação do produto. Com o decorrer do tempo, foram transformando-se em banqueiros dos produtores; e (ii) os corretores – intermediários entre os ensacadores e os exportadores. Aos corretores cabia buscar as informações nos escritórios dos ensacadores. O corretor recebia a ordem de procurar uma partida de café nas condições estipuladas pelo comprador (Levy, op. cit.).

Havia, então, no Rio de Janeiro, trinta e cinco corretores de mercadorias, dos quais

três dedicavam-se exclusivamente às negociações com café. Os corretores tinham ajudantes chamados zangões. Os zangões eram, normalmente, estrangeiros que, devido às suas nacionalidades, não podiam conseguir a patente para se tornarem corretores. À medida que o comércio se especializava, mais fácil ficava distinguir as atividades do comissário das atividades do corretor. Nas manifestações contrárias ao monopólio, o intermediário surgia como elemento imprescindível para o comércio livre (Levy, op. cit.).

Até o século XIX, era oscilatória a importância dos corretores, dado o constante questionamento dos legisladores sobre esta atividade. Existiam, de um lado, os que se manifestavam entendendo que a atividade do corretor era elemento imprescindível para o comércio livre; de outro, aqueles que consideravam que a atividade propiciava retenção de capital alheio e fraudes (Levy, op. cit.). Entretanto, na prática, sempre se optou pela utilização da atividade do corretor.

Na época, a vida urbana era pacata, marcada por hábitos coloniais. No entanto, as várias crises financeiras imprimiram um caráter especulativo às atividades, com exceção da agricultura. Predominavam as aplicações de curto prazo, os juros eram elevados por conta dos riscos de um mercado que, constantemente, beirava a crise de liquidez (Levy, op. cit.).

Até o século XIX, as atividades de intermediação financeira eram desenvolvidas por indivíduos independentes, não havendo instituições especializadas para tal fim. As operações financeiras eram então de caráter usurário e produziam fortes laços de dependência porque, ao controlar a intermediação, controlava também a circulação de mercadorias. Já no período pré-capitalista, o dinheiro era oferecido no mercado com vistas à sua acumulação, servindo de instrumento de domínio da circulação sobre a produção de mercadorias. Com o surgimento do mercado financeiro, no século XIX, há uma ruptura na modalidade de acumulação de capital, passando a um domínio das relações de produção capitalista em escala mundial. (Levy, op. cit.).

O capital financeiro começa a funcionar de maneira autônoma, assegurando o financiamento de operações. Um fluxo do capital produtivo deriva para o capital financeiro. O dinheiro passa a não ser mais vendido ou alugado como mercadoria, mas a fazer parte da produção social através da estipulação de taxas de juros (Levy, op. cit.).

Em 1851, a conjuntura política tornou-se desfavorável ao corretor. O código comercial (i) quebrou o monopólio dos corretores, (ii) proibiu-os tanto de efetuarem negociação por conta alheia, (iii) como de adquirir para si ou para parente qualquer coisa de cuja venda estivesse incumbido; (iv) proibiu-os também de aceitar cargo de gerência em

sociedade, e (v) passou à Junta Comercial a responsabilidade de atestar a veracidade dos títulos negociados. Os corretores ficaram então a mercê de uma máquina administrativa pouco flexível, que não permitia a mobilidade exigida pela profissão (Levy, op. cit.). Um relatório apresentado pelo presidente da Câmara Syndical dos Corretores, menciona que a Junta dos Corretores foi atrofiada pelos anacronismos da Lei de 1851 e que, quando as juntas comerciais avaliavam os processos e autorizavam as negociações, estas já não eram mais eficazes (Levy, op. cit.).

A centralização imposta pelo Estado, dado o ritmo característico do mercado e da morosidade da administração pública, levou os corretores a avaliarem, na prática, a qualidade dos títulos negociados, sem esperar o parecer do governo (Levy, op. cit.).

Levy (op. cit., 83) faz citação de José de Alencar que assim descreve o Rio de Janeiro, no ano de 1857:

“Ide à praça. Vereis que agitação que actividade espantosa preside às transações mercantis, as operações de crédito, e sobretudo as negociações sobre os fundos de diversas empresas. Todo mundo quer acções de companhias; quem as tem vende-as; quem não as tem compra-as. As cotações variam a cada momento (...) Não se conversa sobre outra coisa. Os agiotas farejam a criação de uma nova Companhia; os especuladores estudam profundamente a idea de alguma empresa gigantesca. Enfim, hoje já não se pensa em casamento rico, nem em sinecuras; assinam-se acções, vendem-se antes das prestações e ganha-se dinheiro por ter tido o trabalho de escrever seu nome.”

As expressões utilizadas por José de Alencar esclarecem a importância do mercado de capitais no cenário brasileiro, em meados do século XIX. A atividade, segundo seu relato, se dava em meio à agitação, ao impulso de comprar e vender, apostando no mercado como possibilidade de enriquecimento.

Em 1857, a crise envolvendo Estados Unidos e Inglaterra propagou-se para o Brasil. A conjuntura tornou-se desfavorável ao mercado. A estrutura escravista de produção mostrava sinais de depauperamento, a escassez de trabalhadores rurais foi agravada por uma epidemia de cólera; a inflação acelerava, havia dificuldades para a manutenção dos níveis de investimento. A crise de 1857 promoveu uma alteração no ritmo das operações da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, havendo uma queda de 19% nas transações, além do decréscimo do número de companhias com ações negociadas na Bolsa (Levy, op. cit.).

Em 1860, os corretores readquiriram sua exclusividade. As transferências de títulos só eram admitidas quando transacionados pelos corretores, qualquer outra transação estava sob pena de nulidade. Em 1861, definiu-se que o comprador só teria direito a transferência

dos títulos depois de efetuada a transação, três dias após lhe ser entregue a nota. Abriu-se, desta forma, a possibilidade de especulação através da venda de ação ainda não pertencente ao vendedor (Levy, op. cit.).

Os elevados custos financeiros, a partir da década de 1860, levaram o mercado a perder sua eficiência. Uma crise comercial em 1864 abalou o sistema, levando noventa e cinco empresas à falência. A estruturação econômica de então, marcada pelo endividamento bancário, mobilidade das contas bancárias e falta de liquidez, impedia, na hora de pânico, a realização dos valores dos ativos (Levy, op. cit.). Durante a Guerra do Paraguai, a Junta de Corretores teve participação efetiva nos processos de rearticulação econômica. Os corretores buscaram beneficiar-se através do aumento de suas comissões e da garantia de prioridade nos créditos de falência (Levy, op. cit.).

Já na década de 1890, sentiu-se que a precariedade do controle das informações precisava ser superada tendo em vista o volume de operações. A economia apresentava fortes sinais de recuperação, havia expansão no comércio internacional, principalmente com a atividade cafeeira. As exportações da década de 1840, comparadas com a de 1890, subiram 214%. Nesta esteira, os corretores angariaram ou aprofundaram privilégios, concentrando suas atividades e obtendo exclusividade em todo o trâmite das operações. À medida que os corretores mais ricos formavam uma corporação, ficava mais evidente a vinculação ao controle político estatal, a ação dos mecanismos reguladores e a exclusão dos concorrentes menores (Levy, op. cit.).

Um dos sentidos presentes na atividade dos operadores de bolsa, conforme aponta Filipe (2004) nas análises introdutórias do livro *A Bolsa*, escrito por Weber originalmente em 1894, é descrita abaixo:

Para Weber, as estruturas sociais só existem como estruturas mentais, são como ele próprio diz <<uma representação que flutua na cabeça dos homens reais>>. Diga-se de passagem que a bolsa, pela sua natureza intrínseca, é um objeto particularmente adequado para ilustrar o radical nominalismo <<perspectivista>> de Weber. A imagem que melhor lhe corresponde não será a de uma colméia auto regulada, mas a de uma arena, onde, a pretexto da satisfação de necessidades ingentes, como veremos, da vida econômica moderna, se defrontam, em última análise, as <<vontades de poder>> de incontáveis agentes individuais. (p. 15).

As operações anteriormente praticadas no recinto das bolsas de valores e, ainda hoje, nas bolsas de mercadorias bem lembram a figura de uma arena. Os operadores de bolsa digladiam-se, aos gritos, na expectativa de ganhar a luta, na compra ou venda, pelos melhores preços; enfim, de fechar sua operação de forma mais otimizada possível. Na conjuntura atual, a arena é virtual. Dentre as armas, encontra-se o computador, a boca que

grita deu lugar ao dedo que se movimentava no teclado, mas ainda encontram-se presentes as vontades individuais que, motivadas pelo lucro, digladiam-se em busca de seus objetivos.

Parece-nos que há nos operadores de bolsa muito do que Enriquez (2002) aponta como características das estruturas tecnocráticas e estratégicas. Quanto aos tecnocratas, ele cita que estes têm como credo a racionalidade ilimitada, o poder pertence aos *experts*, são desprovidos de estados de espírito e possuídos da fantasia do domínio total das coisas e seres. Os tecnocratas vêem os outros pelo seu valor econômico. Não ser rentável significa ser desligado, negado enquanto ser humano diferenciado. No que concerne aos operadores de bolsa e investidores também cabe a advertência de Enriquez (op. cit., p 17): “O tecnocrata só pode se identificar completamente, e sem se dar conta, apaixonadamente, a um grupo que reconhece o seu valor eminente. Ele não sabe que um dia também poderá vir a fazer parte dos perdedores”.

Na concepção estratégica destaca-se o imaginário da *performance* e da excelência. Enriquez (op. cit.) adverte que a estratégia se instala em todos os lugares, não apenas na empresa. Contudo, em função do esvaziamento de instituições como o Estado e a família, a empresa se coloca como a principal exportadora de valores, visão e normas. De modo diferente da tecnocracia, a concepção estratégica coloca-se como possível a todos (Enriquez, op. cit.). A organização sob a concepção estratégica, enquanto um elemento da regulação social global pode construir um imaginário social enganoso e uma doença de idealização. Enriquez (op. cit.) afirma:

Imaginário enganoso na medida em que a organização tenta prender os sujeitos na armadilha de seus próprios desejos de afirmação narcísea, em que faz de tudo para atendê-los, e também na medida em que a organização assegura a eles que é capaz de os proteger da quebra de sua identidade. Doença da idealização na medida em que pede aos indivíduos não só para idealizá-la e identificar-se com ela, mas também para dar-lhe o seu amor e a sua devoção incondicionais. O imaginário do logro e a doença da idealização concorrem para a criação de um mito coletivo ou de uma ideologia, não permitindo outras visões de mundo. Assim os valores e as normas são introjetados pelos indivíduos e, melhor dizendo, incorporados (sendo a incorporação um mecanismo que impede a individuação do sujeito, ou seja, a constituição de um ser autônomo e auto-referenciado) (p. 19).

A dimensão do tempo é apresentada por Weber (op. cit.) como uma preocupação presente já na seqüência do século XVI. Ele cita que inicialmente as bolsas dos Países Baixos eram reuniões internacionais, mas que, se apercebendo paulatinamente que o deslocamento para os lugares onde as negociações eram realizadas representava uma “perda de tempo”, passou-se a enviar por correspondência para os negociadores as ordens de compras e vendas. Desta forma, iniciou-se a categoria profissional dos operadores de bolsa. Estes profissionais concentravam em suas mãos a gestão das operações. Weber (op.

cit.) comenta que, apesar de permitido, ainda que outras pessoas quisessem fazer operações por conta própria, seria impossível. Os que assim tentassem se sentiriam como que “abandonados por Deus”. Isto porque só os operadores conheciam o mercado e sabiam ou podiam prever que mercadorias ou valores seriam objeto de grande procura e poderiam ser adquiridos, previamente, a preços baixos. Weber (op. cit.) faz menção da criação da função de corretor na Bolsa, indicando que a missão especial do corretor era acelerar o máximo possível a conclusão dos negócios. Weber (op. cit.) aponta que:

O caráter indispensável do corretor deve-se a circunstância de o grande número de freqüentadores da bolsa – nas maiores circulam milhares – tornar diminuta a probabilidade de se encontrarem os que desejam comprar e os que desejem vender, o que, a acontecer, seria em todo o caso **extremamente moroso** (grifo nosso). Além do mais **o valor em dinheiro (preço) do tempo tem vindo a aumentar extraordinariamente ao longo dos séculos** (grifo nosso). (p. 85).

Numa explanação sobre o trabalho realizado pelo corretor, Weber (2004[1894]) vai afirmar que tanto o comprador como o vendedor anotavam o mais rapidamente possível a quantidade e os preços em um bloco, para passarem logo a execução de outras ordens. Em muitos casos, a palavra tinha de ser substituída pelo gesto, em função do ruído ensurdecedor, semelhante ao de uma trovoadas. O ruído era conjugado com o espetáculo de numerosas aglomerações de pessoas que se empurravam berrando e gesticulando. Os interessados competiam entre si, visto que compradores e vendedores estavam no mesmo lugar.

Referindo-se aos corretores que operam por conta própria, Weber (op. cit., p. 135) nos indica que: “A sua ‘arte’ assenta num **conhecimento rigoroso da situação do mercado, tudo dependendo da rapidez** (grifo nosso) com que compram a um para venderem a outro, no que nem sempre se saem bem”.

Os profissionais que atuavam em bolsa à época de Weber (op. cit.), assim como os de hoje, podem fazer grandes fortunas na bolsa; mas, pelo preço apontado por Weber, que também hoje continua presente, as grandes tensões nervosas que fazem da vida do especulador algo nem tão invejável como muitos imaginam. Podemos dizer que há um imaginário nos operadores de que eles sempre alcançarão os lucros. Weber (op. cit., p. 147) cita este fato como presente em sua época ao dizer: “Todos e cada um sabem que esta alta dos preços acabará por dar lugar à tentativa contrária, mas esperam que tal só aconteça depois de realizado com ganho e que o certo e esperado prejuízo só a outros caiba por sorte.”

Weber (op. cit.) traz em seu livro, *A Bolsa*, algumas modificações ocorridas no exercício da atividade do corretor. Inicialmente, o corretor procurava um parceiro em função da instrução que havia recebido. Encontrado o par para fechar o negócio, o corretor colocava as partes em contato e recebia sua corretagem a partir do momento em que o negócio fosse fechado. A nova modalidade operacional vai requerer, então, do corretor outras condutas, Weber explica:

Acontece que o tráfego especulativo actual já não tem necessidade de um tal corretor. O preço de compra ou de venda de uma mercadoria modifica-se, muitas vezes, **em poucos minutos** (grifo nosso). **O custo do tempo encareceu imensamente** (grifo nosso). Sendo assim, o mandante que às 12 horas e 15 minutos encarrega um corretor de vender 100.000 rublos a prazo, por um curso de 211 marcos por 100 rublos, **não pode permitir-se esperar duas horas** (grifo nosso) – prazo dentro do qual o corretor lhe prometeu encontrar comprador dentro daquele preço – pois nesse mesmo tempo a tendência dos cursos pode ter-se invertido por completo. Nos nossos dias, o mandante exige muito mais do corretor, que, **além de conhecer perfeitamente o mercado, deve ser capaz de lhe dizer imediatamente**, (grifo nosso) se é possível ou não vender rublos por aquele preço. Se o corretor não quiser perder a sua remuneração, **terá de pronunciar-se imediatamente** (grifo nosso); encarregando-se, portanto, de executar a ordem, se considera que o preço exigido será atingido e que o lote em causa será vendido pelo preço estipulado. (...). Caso não encontre qualquer comprador pelo preço estipulado, mas apenas por um preço inferior, ele próprio terá, quer queira ou não, de subvencionar o défice, ou seja a diferença resultante. Inversamente, se o corretor encontrar comprador por um preço mais elevado do que o estipulado, não há razão, aos seus olhos, para que não embolse a diferença. E foi assim que, com toda a naturalidade, acabou por surgir, à margem dos corretores por procuração, uma outra profissão: a dos corretores *por conta própria*, que já não se limitam a servir de medianeiros entre as duas partes na conclusão de um negócio, mas que eles próprios compram uma das partes para venderem à outra, retirando seu ganho da diferença entre os preços (...). (p. 134-5).

1.3.1 – Oficialização da Profissão

No Brasil, em meados da década de 1840, após pleito dos corretores, foi elaborado um corpo normativo regulamentar da profissão. A lei determinava que o ofício seria vitalício, não podendo ser exercido por mulheres, estrangeiros, militares, padres e falidos. Exigia-se idade superior a vinte e cinco anos e prática no comércio. Os corretores eram nomeados pelo Ministro da Fazenda e eram classificados em: corretor de fundos públicos, navios e mercadorias. A Lei embora regulamentada, não coibia a ação de terceiros. O artigo 13 indicava que a existência de corretores não inibia a operação por conta própria ou de terceiros quando a preços inferiores aos cobrados pelos corretores oficiais. O que levava então os corretores à busca da titulação era a credibilidade, visto que as operações realizadas pelos corretores oficiais, lavradas em livro próprio, poderiam ser registradas em cartório, servindo como prova em juízo e dando veracidade às letras de câmbio (Levy, op. cit.).

Em 1848, foi criada a Junta dos Corretores de Fundos Públicos da Corte, que veio a dar origem à Bolsa de Valores nos moldes hoje existentes. Esta junta recebia dos corretores os preços de compra e venda dos negócios realizados, em função do Estado ter percebido que a centralização e controle poderiam ser utilizados pelo poder político. A elite de corretores, que passou a ser organizada pelo Estado, exigiu, em contrapartida, a exclusividade na intermediação, levando os corretores a organizarem um mercado especializado em títulos. Com a organização da Bolsa de Valores em um lugar fixo, passou a existir um conjunto normativo e a organização que permitiu ao grupo controlar as operações como um todo, além de baratear as operações para os investidores, uma vez que diminuiu o número de intermediações praticadas. (Levy, op. cit.). A criação da Junta dos Corretores compreendeu um tempo de prosperidade. Havia liquidez, crescimento de oferta de crédito e crescimento das sociedades anônimas. As exportações estavam crescendo, iniciando o surto das estradas de ferro (Levy, op. cit.).

Os corretores passaram a reunir-se na Rua da Direita, hoje, Primeiro de março, nervo econômico da época, que irradiava e interceptava informações. Ali, os intermediários se reuniam, podendo intervir a qualquer momento nas operações, convergindo para lá compradores e vendedores de diversos pontos do País e da Europa. O número de intermediações em função da centralização espacial da atividade passou a ser menor, assim como passou a haver controle e difusão das informações (Levy, op. cit.).

A partir de um movimento seletivo de corretores que conseguiram realizar operações de grande vulto, foram criadas regras básicas de comportamento dos operadores que consistiam em: (i) a irreversibilidade da operação – que indicava que uma operação não poderia ser suspensa sob hipótese nenhuma; (ii) a veracidade da ação – que indicava que a venda de uma ação ainda que falsa ensejava a entrega de ação verdadeira; e (iii) a exclusividade nas negociações – que apontava que o grupo de operadores era limitado (Levy, op. cit.).

No ano de 1967, em função das reformas sofridas pelo Sistema Financeiro Nacional, o cargo de corretor oficial deixou de existir e foram formadas as sociedades corretoras, constituídas por ex-corretores oficiais e por corretores autorizados pelo Banco Central do Brasil (BCB). É neste momento que surgem as figuras do operador de pregão e do operador de mesa. A partir de 1997, com a implementação do sistema de mega bolsa, as funções de operador de pregão e operador de mesa foram paulatinamente substituídas pela do operador de mega bolsa, até a sua extinção no ano 2000.

1.4 – A Globalização e o Mercado de Capitais

A globalização e o capitalismo a ela inerente afetam a todos, ainda que de modo diferente, podendo ser considerada como produtora de felicidade para alguns e de infelicidade para outros. A globalização divide e une, divide enquanto une. Há nela, tanto quanto no capitalismo contemporâneo, uma relação paradoxal. Há em ambos fluxos intimamente relacionados que afetam as condições existenciais de populações inteiras. O que para alguns é globalização, para outros é localização, fixação no espaço; o que para alguns é indicador de liberdade, para muitos outros é um destino indesejado e cruel. Para alguns é permitido ser global. Para outros resta fixar-se em sua localidade, o que nem sempre é agradável, visto que quem pretende ditar as regras do jogo da vida são os “globais”. Ser local num mundo globalizado pode constituir-se em signo de privação e degradação social, um processo de progressiva separação e exclusão social. Com a égide da globalização do capital, via mercado financeiro, o global e o local parecem facilmente identificáveis. Os investidores são globais, os trabalhadores são locais. Os trabalhadores são recrutados na localidade e, via de regra, não seguem a companhia, caso esta mude, em função de seus laços familiares, sociais e de propriedade doméstica. Além do que, as Companhias, quando migram, o fazem inclusive buscando mão-de-obra mais barata. Já os investidores – os acionistas – não estão de forma alguma presos às questões de espacialidade. Podem comprar ações de qualquer empresa, através de qualquer Bolsa de Valores, ou corretor. A localização geográfica da Companhia é o que menos importa para a tomada de decisão sobre comprar ou vender, salvo por questões de ordem conjunturais. Não há nada, em princípio, que estabeleça o nível de dispersão dos investidores no espaço. Desta forma, os acionistas são os que movem a Companhia, livres de qualquer determinação espacial, apenas motivados pela oportunidade de maiores resultados financeiros, deixando os trabalhadores presos, como são, à localidade. Os investidores não estão confinados ao espaço, a Companhia pode mudar, ou, se assim acharem mais conveniente, o fluxo de capital pode mudar. Espera-se, de igual forma, que os trabalhadores sejam deslocalizados, sem amarras, sem origens, e que possam se movimentar de modo semelhante aos fluxos de capital. Entretanto, na prática, isso não ocorre e as conseqüências da mudança ficam localizadas, cabendo principalmente aos trabalhadores – localizados – arcar com suas feridas e livrar-se de seus lixos. Apenas os

livres para fugir da localidade podem escapar das conseqüências da globalização do capital financeiro e estes são as minorias (Bauman, op. cit.).

Por outro lado, deve-se ter o cuidado de não levar ao extremo esta dicotomia, global e local. Costumeiramente, considera-se que o global produz homogeneização e identidade diferenciada e o local preserva a heterogeneidade e a diferença. Na verdade, tanto a globalização como a localização devem ser entendidas como regimes de produção de identidade e diferença. As diferenças entre globalização e localização não são pré-existentes ou naturais, mas efeito de um regime de produção. Além disso, a simples defesa do local pode obscurecer e negar estratégias de libertação existentes (Hardt & Negri, op. cit.).

A mobilidade do capital produz uma desconexão do poder face às obrigações. Esta desconexão é sem precedentes e opera uma radicalidade: a incondicionalidade. A Companhia não tem obrigações com o trabalhador, com os jovens, os fracos, com as gerações futuras e com a auto-reprodução das condições de vida. A mobilidade, que se estabelece pela liberdade de mudar, não leva em conta a comunidade (Bauman, op. cit.). O capital é atraído apenas pela possibilidade de lucro. É o capital produzindo capital. Onde as leis forem menos rígidas - sejam as trabalhistas, ambientais ou fiscais - conseqüentemente maior a possibilidade de rentabilidade, é para lá que irá o capital. O capital não tem como condição o dever de contribuir para a vida ou de perpetuar a comunidade. O poder via capital, agora sem raízes, capaz de se mudar sem aviso prévio, é livre para explorar e na hora que bem quiser abandonar, sem responsabilizar-se pelas conseqüências de sua exploração (Bauman, op. cit.).

O dinheiro, no capitalismo contemporâneo, adquire uma mobilidade sem precedentes. E a bolsa, no sentido genérico, é um dos principais mecanismos, atrelada às demais ferramentas do mercado financeiro, para permitir esta mobilidade. A importância da bolsa reside, sobretudo, em permitir a liquidez do capital. A mobilidade está intimamente relacionada à liquidez. Os recursos só podem transitar livremente se forem líquidos.

A mobilidade, como apresenta Bauman (op. cit.), tornou-se, após a guerra espacial, o fator de estratificação mais poderoso e cobiçado. O capital pode mudar-se, diante de qualquer possibilidade de comprometimento maior, para locais mais pacíficos, sempre que o compromisso com a alteridade oferecer qualquer tipo de dispêndio. Sob o imperativo da mobilidade, a distância transforma-se em um produto social. A extensão varia dependendo

da velocidade com que a distância possa ser vencida. Bauman (op. cit.) salienta que as medidas tradicionais de ação faziam alusões a metáforas orgânicas. Era o conflito “cara a cara”, o combate “corpo a corpo”, a justiça “olho por olho, dente por dente”. Na contemporaneidade a elite da mobilidade experimenta uma libertação em relação ao físico. As elites viajam no espaço, mas rápido do que nunca, graças à “incorporeidade” do poder, sobretudo em sua forma financeira. O capital financeiro permite vencer pela mobilidade a corporeidade, ainda que se esteja corporeamente em um lugar. Há objetos que se movem mais rápido do que outros. O dinheiro, como afirma Bauman (op. cit.), move-se rápido o bastante para se manter sempre um passo adiante de qualquer Estado que possa tentar conter ou redirecionar sua viagem. Sendo assim, as ferramentas da política econômica não funcionam mais como antes. Os fluxos financeiros estão bem além da possibilidade de controle dos governos nacionais. O capital não tem mais domicílio fixo, lança-se num campo de forças dispersas e díspares que se encontram em pontos difíceis de prever e se impulsionam sem que ninguém saiba efetivamente como pará-lo. Como afirma Bauman (op. cit., p. 66, 67), “ninguém parece estar no controle agora. Pior ainda – não está claro o que seria, nas circunstâncias atuais, ter o controle. A globalização é a nova desordem mundial”.

Bauman (op. cit.) aponta que os mercados financeiros impõem suas leis e preceitos ao planeta em função da nova porosidade das economias, supostamente nacionais e a condição efêmera, ilusória e extraterritorial do espaço em que operam. Para ele, a globalização é a extensão totalitária das lógicas dos mercados financeiros a todos os aspectos da vida.

A disseminação das regras de livre mercado e o livre movimento do capital fazem com que a economia seja isentada do controle político. Qualquer tentativa do Estado que seja considerada pelo mercado como uma tentativa de tocar na área econômica pode enfrentar uma furiosa punição dos mercados mundiais. O volume diário de US\$ 1,3 bilhão que gira no mercado especulativo é quase igual ao US\$ 1,5 bilhão do somatório das reservas de todos os bancos centrais do mundo. Sendo assim, os Estados não têm como resistir por muito tempo aos possíveis ataques especulativos dos mercados. (Bauman, op. cit.). Contudo, a reação do mercado poderá ser maior ou menor, dependendo do poderio econômico do Estado que pretende influir em sua economia. Entretanto, Giddens (op. cit.) aponta que, na nova economia global, os investidores, no sentido genérico, podem transferir grandes somas de capitais, com um simples toque no computador, e

desestabilizar economias aparentemente sólidas como o granito, como aconteceu durante a crise asiática, no final do século passado. Cabe ressaltar que a globalização não é apenas um fenômeno econômico, ela também é política, tecnológica e cultural. A globalização traz em si algo de revolucionário.

Em função de as fronteiras serem permeáveis, as soberanias tornam-se nominais e o poder anônimo. O padrão dominante exerce-se pela desregulamentação, liberalização e flexibilidade. Toda a dominação busca a estratégia de ter a máxima liberdade de manobra, impondo, ao mesmo tempo, restrições às possíveis liberdades de decisão do dominado. Outrora, os governos estatais utilizavam-se desta estratégia, agora são o mercado e as finanças mundiais as fontes de surpresa e incerteza (Bauman, op. cit.).

Os mais ricos podem beneficiar-se mais com a globalização. As inovações tecnológicas permitem que grandes somas de recursos circulem pelo mundo com extrema rapidez, fazendo com que a especulação possa atingir um grau de eficiência maior. Os recursos financeiros fazem suas viagens globais e imateriais, mas deixa vestígios locais de sua constante mudança de trajetórias. Estes vestígios são dolorosamente reais e palpáveis (Bauman, op. cit.).

Desta forma, o capitalismo, nos moldes em que hoje se encontra, passa a ser modulado, em fluxos, não tendo mais fronteiras territoriais definidas: é o chamado “Capitalismo Mundial Integrado”². É a toupeira dando lugar à serpente³. Se, na sociedade industrial, a tônica estava na produção de bens, na sociedade capitalista, a mais valia que se pretende é diretamente financeira. Desta forma, o dinheiro torna-se a principal referência na sociedade atual.

Na era da globalização, não são apenas os recursos que transitam em sua viagem

² “Capitalismo Mundial Integrado” (CMI) é o termo que, ao final da década de 1970, Félix Guattari propôs para nomear o capitalismo contemporâneo em substituição a “globalização”. Para Guattari o capitalismo é mundial e integrado porque estendeu sua colonização a todo o planeta e porque tende a englobar toda a atividade humana, não restando nenhum setor de produção fora de seu controle. (Guattari, Félix, “O Capitalismo Mundial Integrado e a Revolução Molecular”, in *Revolução Molecular. Pulsões políticas do desejo*, org. Rolnik, Suely. Brasiliense: São Paulo, 1981).

³ Animais utilizados por Gilles Deleuze para referir-se a sociedade disciplinar e a sociedade de controle. A toupeira monetária é o animal dos meios de confinamento e a serpente o é das sociedades de controle. Passamos de um animal a outro, da toupeira à serpente, no regime em que vivemos, mas também na nossa maneira de viver e nas nossas relações com os outros. Parece que é o dinheiro que talvez melhor exprima a distinção entre as duas sociedades, visto que a disciplina sempre se referiu a moedas cunhadas em ouro - que servia de medida padrão - , ao passo que o controle remete a trocas flutuantes, modulações que fazem intervir como cifra uma percentagem de diferentes amostras de moeda. O homem da disciplina era um produtor descontínuo de energia, mas o homem do controle é antes ondulatório, funcionando num feixe contínuo. (Deleuze, Gilles, “Post Scriptum sobre as sociedades de controle”, in *Conversações: 1972-1990*. Ed. 34: Rio de Janeiro, 1992, p. 219-216).

imaterial. As pessoas também se movem através da Web, através de mensagens e informações vindas de toda a parte do mundo que podem ser alternadas na tela. A distância não importa tanto. O espaço deixou de ser um obstáculo. Em uma fração de segundo pode ser anulado, desrespeitado, negado ou conquistado (Bauman, op. cit.). O mercado de capitais e a bolsa de valores utilizam-se da imaterialidade de suas cotas-partes e da fluência das operações para realizar seus negócios e otimizar seus lucros. As ações não são mais físicas como condição de existência e negociabilidade, são paradoxalmente escriturais e virtuais.

Bauman (op. cit.) salienta que na trajetória desregulamentada da competitividade global, os bens e serviços devem despertar desejo e seduzir possíveis consumidores. Devem abrir espaço de forma contínua e rápida para outros objetos de desejo, para que o lucro possa ser alimentado e seja crescente. Ainda que não pontuado diretamente pelo consumo, o mercado de capitais também opera uma espécie de sedução e desperta o desejo. O desejo central está marcado pelo potencial de produzir possíveis lucros. As ações negociadas em bolsa exercem um certo fascínio, têm uma espécie de “charme” que seduz os investidores a comprá-las. Ocorre que o “charme”, o fascínio e a sedução que estão ligados ao potencial de se obter resultados positivos variam. Desta forma, da mesma maneira que há atualmente um frenesi de consumo, há no mercado um grande volume de compras e vendas, de mudança de posição.

A tecnologia compressora do tempo e do espaço e a lógica econômica orientada para o consumidor fazem com que o “agora” tenha uma carreira espetacular. A satisfação do consumidor deve ser instantânea. Os bens consumidos devem satisfazer de imediato, sem exigir aprendizados especiais, assim como a satisfação também deve ser alcançada em um tempo resumido ao mínimo. A redução de tempo é melhor alcançada se os consumidores não concentrarem o desejo em um objeto por muito tempo. Isto implica na necessidade de consumidores impacientes, indóceis, facilmente instigáveis e que também perdem o interesse facilmente. Desta forma, a sociedade de consumo sobrepõe o esquecimento ao aprendizado. Há aspectos, na sociedade de consumo, conforme pontuado por Bauman (op. cit.), e mecanismos que sempre estiveram presentes nas bolsas. O investidor que compra uma ação, assim como o consumidor, apesar dos destinos diferentes, espera uma satisfação também imediata. Espera o lucro, e lucro no menor tempo possível. Ao se comprar uma ação, não se espera que o investidor seja um conhecedor profundo de todos os aspectos que possam envolver o desempenho de

determinado “papel”⁴. Até porque, isso, numa economia globalizada, é praticamente impossível, dado o número de variáveis que podem comparecer em sua evolução de preço. O papel, atingindo um patamar de preço considerado satisfatório, é logo eliminado para que outro seja comprado e assim continue a possível escalada dos lucros. Um papel que fique “andando de lado”⁵, ou aquele que cai, é eliminado mais rapidamente possível para que os recursos fiquem livres para outros “objetos de desejo” que possam materializar-se em lucros. No mercado de capitais também encontramos os indóceis, os facilmente instigáveis e que perdem o interesse facilmente. A cultura do mercado de capitais, assim como a sociedade, opera no esquecimento. O investidor esquece o lucro, mas, muito mais ainda, esquece o prejuízo. Seu tempo de avaliação é mínimo, sua capacidade de se reportar ao passado pode ser paralisadora, sua necessidade de girar a carteira na tentativa de melhores lucros é insaciável. Este é um dos aspectos que estaremos desenvolvendo na parte sobre as análises da pesquisa de campo.

Na sociedade globalizada de consumo, a relação entre necessidade e satisfação se inverte. A esperança de satisfação precede a necessidade. Os consumidores estão em movimento, procuram, buscam, não encontram. Mas não encontrar ainda não é sinônimo de mal-estar, mas promessa de bem-aventurança. Movimentam-se não tanto pela avidez de adquirir, nem pelo acúmulo de riqueza financeira, mas pela excitação de uma sensação nova. São, antes de tudo, acumuladores de sensações. Os consumidores precisam manter-se sempre em alerta. Não podem dormir, precisam estar constantemente expostos a novas tentações para alimentarem um estado de excitação constante (Bauman, op. cit.). No mercado de capitais, a esperança do ganho movimenta os investidores. Buscam, continuamente, uma ação para comprar, operam na tentativa constante de se enquadrarem na máxima: “comprar na baixa e vender na alta”. Cada novo dia, conforme relatado por um dos entrevistados, nasce como o grande dia, o dia do acerto, o dia de “fechar” o grande cliente, o dia de comprar a ação certa. Como os consumidores, estão sempre em alerta, ainda mais no mercado globalizado da contemporaneidade. Qualquer fato novo pode produzir a necessidade de mudança no rumo da viagem. Os fatos acontecem e são veiculados numa velocidade alucinante, não percebê-los de forma adequada pode significar a ruína. Os operadores de bolsa parecem os acumuladores de sensações referidos por Bauman (op. cit.) quanto ao consumo. As sensações se intensificam segundo a oscilação

⁴ Nome genérico para se designar as ações e demais títulos operados nos mercados financeiros e de capitais.

⁵ Expressão utilizada para referir-se a um papel cujo preço não sobe nem desce.

das ações, marcada pela volatilidade peculiar ao mercado de capitais.

A globalização é um fenômeno diversificado que está colocando diante de nós novas formas de risco e novas formas de incerteza, principalmente aquelas de caráter econômico. O risco, neste caso, está ligado à inovação, e sempre existe uma tendência para minimizar o elemento ativo do risco. Talvez, de uma forma mais intensa do que possamos perceber, a globalização está reestruturando nossas formas de viver. Do mesmo modo que a globalização cria mecanismos de escala interplanetária, afeta a nossa vida cotidiana, influencia também aspectos íntimos e pessoais. Desta forma, a globalização não é um incidente passageiro, mas uma mudança nas circunstâncias em que vivemos e em nossa forma de viver (Giddens, 2006).

No mundo dos globalmente móveis, o espaço perdeu a sua capacidade restritiva e pode ser transposto facilmente. O encolhimento do espaço abole o fluxo do tempo. As pessoas estão sempre sem tempo. Vive-se no tempo, o espaço não importa, porque pode ser transposto a qualquer momento (Bauman, op. cit.). Nas bolsas, as dimensões do espaço sempre foram desafiadas e o fator tempo sempre reduzido ao máximo. Com a globalização dos mercados, os recursos fluem cada vez mais sem maiores obstáculos. O tempo torna-se então questão de “vida ou morte”, de “céu ou inferno”, de ganhar ou perder. Como salienta Carreiro (2005), o tempo coloca-se como um dos dados mais importantes do contemporâneo, o elemento que deve ser levado em conta. Uma oportunidade de comprar ou vender a um preço melhor pode ser perdida em frações de segundos. Não estar o tempo todo em dia com as principais bolsas e as informações mundiais também pode selar o destino do investidor no cenário globalizado.

O mercado de capitais, por via principalmente das bolsas de valores, exercem, ainda que de forma indireta, uma pressão nas políticas econômicas. Faz-se necessário criar condições favoráveis para que haja confiança dos investidores e encorajá-los a investir nos mercados. Isso traz conseqüências nas medidas a serem adotadas pelos governos no que tange a gastos públicos, redução de impostos e normas do mercado de trabalho. Quanto a este último aspecto, a ação investe no sentido de torná-lo cada vez mais flexível e fácil de moldar. A intenção é, cada vez mais, tornar a flexibilidade do trabalho uma espécie de variável econômica que os investidores possam considerar (Bauman, op. cit.).

A seguir, dada a intensidade das mudanças ocorridas nas bolsas de valores, enfocaremos as principais alterações das operações em bolsa com reflexo direto na atividade dos operadores.

1.5 – As mudanças tecnológicas na bolsa de valores

O mercado de capitais brasileiro tem experimentado uma grande expansão nos últimos anos. Este fato pode ser atribuído a dois elementos principais: (i) a estabilidade econômica e (ii) a aplicação de recursos na tecnologia de informação.

No caso do mercado financeiro e, especificamente, o bancário, o *home banking* consolidou-se de forma irreversível, transformando-se em referência na automação em negócios bancários. No caso do sistema bancário brasileiro, a década de 1960 marcou o início da utilização da tecnologia de informação, visando à necessidade de atender a expansão geográfica e à ampliação dos serviços.

A década de 1990 trouxe à cena o conceito de banco virtual, cuja ênfase encontra-se no auto-serviço e no *home banking*, operado através das redes de comunicação. É fato inconteste que as tecnologias de informação têm propiciado uma redução de custos na realização dos negócios, assim como um maior aproveitamento tanto do tempo do trabalho dos profissionais no processamento de documentos e informações, como do tempo dos usuários de tais transações.

Seguindo a tendência do mercado financeiro, as instituições que operam no mercado de capitais sempre buscaram inovações tecnológicas que possibilitassem maior rapidez e precisão no fechamento de seus negócios. Desta forma, na década de 1970, os boletos que eram utilizados para realizar as negociações foram substituídos por cartões perfurados e os negócios passaram a ser registrados eletronicamente.

No ano de 1972, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) implementou o pregão automatizado, permitindo que houvesse a disseminação de informações *on line* e em *real time*, através de uma grande rede de terminais de computador.

Na década de 1980 foi implantado pela Bovespa o sistema privado de operações por telefone – SPOT, que permitia acesso direto entre instituições, investidores e a bolsa mediante um simples toque na tecla, sem necessidade de discagem. As mesas de operações das grandes instituições tinham centenas de posições ligadas através de linhas privadas e de discagem direta ao mercado. O operador identificava o cliente ou instituição que queria falar com ele pela posição da luz que piscava intermitentemente na mesa de operações.

Em 1990, foram iniciadas, através dos terminais da Bovespa, as negociações através do sistema de negociação eletrônica CATS – Computer Assisted Trading System –

que operava simultaneamente com o pregão de viva-voz e foi o precursor do sistema de mega bolsa, que o substituiu em 1997. O mega bolsa é operado através de profissionais habilitados que recebem as ordens dos clientes e as executam diretamente nos terminais de computador ligados à Bovespa. Atualmente 99,5% das ordens transmitidas levam em média 0,62 segundos por ordem, para serem processadas.

Em 1999, a Bovespa implementou um moderno e ágil sistema de negociação no pregão, o *home broker*. Baseado no conceito do *home banking*, permitiu ao usuário comprar e vender ações e derivativos através do acesso direto ao pregão eletrônico, em tempo real. Além de autonomia e rapidez, em função do acesso em tempo real, este sistema traz maior segurança aos investidores. Um dos pontos relevantes de sua implantação foi a expansão da participação das pessoas físicas, que cresceu substancialmente a partir de então.

Recentemente, a Bolsa de Valores de São Paulo noticiou que o sistema de *home broker* teve um incremento de 117,78% em sua média mensal de investidores no sistema, comparando-se o ano de 2006 com o de 2007. No mesmo período, o volume médio mensal passou de R\$ 6 bilhões para R\$ 15,6 bilhões. O número de operações processadas atingiu a média de 1,7 milhão de transações por mês, com 135.603 usuários. Ainda que o *home broker* tenha permitido o acesso direto do investidor ao pregão, certas operações envolvendo maiores riscos, volumes, e necessidade de garantias adicionais só podem ser realizadas através dos operadores de mega bolsa.

No mesmo ano de 1999, a Bovespa criou o *after market*, que permite a negociação de ações no período noturno, após o horário regular, de forma eletrônica. As operações são dirigidas por ordens e fechadas automaticamente por meio do sistema do *home broker* e processadas em tempo real no sistema mega bolsa. A totalidade das ordens enviadas tem um limite de R\$ 100 mil por investidor para o período e os preços das ordens não podem exceder à variação máxima positiva ou negativa de 2% em relação ao preço de fechamento do pregão diurno. Apesar de pouco difundido, o *after market* corresponde em torno de 5% dos negócios realizados na Bovespa e tem batido recordes contínuos de números de operações realizadas.

No ano de 2006, a Bovespa desenvolveu uma nova tecnologia de informação em parceria com a HP, Intel e Microsoft. Esta tecnologia tem permitido uma maior flexibilidade de adaptação ao contínuo aumento do volume das transações no mercado de capitais. Hoje, as operações são realizadas exclusivamente por meio eletrônico, o que

proporciona maior segurança e agilidade. A base tecnológica da Bovespa é comparada aos mercados mais desenvolvidos do mundo, sendo o Brasil hoje considerado um centro de excelência e referência mundial em infra-estrutura do mercado financeiro e de capitais.

Apesar da grande contribuição possibilitada pela implementação da tecnologia de informação, os aspectos básicos concernentes às operações de mercado continuam sendo os mesmos. Faz-se necessário que o investidor esteja técnica e psicologicamente preparado para transitar nas areias movediças do mercado, onde o risco e a incerteza se conjugam em função da possibilidade de altas taxas de remuneração. O risco sempre esteve diretamente associado às melhores possibilidades de rentabilidade, de forma que o maior grau de rentabilidade sempre trará um maior grau de risco e vice-versa. No que tange ao preparo técnico, cabe ao investidor conhecer as ferramentas de apoio à tomada de decisões e as escolas de análise de investimentos grafista (histórica) e fundamentalista (situação econômica e conjuntural das empresas). Ainda que haja toda uma dimensão técnica e operacional para que os negócios sejam realizadas, na prática, não podemos deixar de considerar que há também o fator emocional que envolve a tomada de decisão frente ao risco, incerteza e volatilidade do mercado acionário.

Com a entrada no mercado da atividade dos operadores de mega bolsa uma atividade inteira foi suprimida no processo da intermediação de compra e venda de ações: a do operador de pregão. O operador de pregão era o profissional encarregado de fechar os negócios de compra e venda diretamente no recinto de operações das bolsas de valores. O investidor transmitia a ordem para o operador de mesa, que, por sua vez, transmitia a ordem do cliente para o operador de pregão que, na “roda” da bolsa, fechava o negócio nas quantidades e preços indicados. Os negócios eram fechados no “grito” dos operadores de mesa e, principalmente, no “grito” dos operadores de pregão. Com a implementação da atividade do operador de mega-bolsa, as ofertas passaram a ser disponibilizadas na tela do computador, cabendo aos operadores de mega-bolsa fechar diretamente as operações *on line*, dependendo, agora, não mais do grito, mas da agilidade e precisão do dedo no teclado do computador para que as operações sejam concretizadas. Inicialmente, os operadores de pregão também tinham a função de manter os operadores de mesa informados das oscilações e cotações das ações negociadas.

Podemos perceber que o mercado de capitais caminha, em função da associação da estabilidade econômica à globalização e à constante implementação de novas tecnologias, mercados e modalidades operacionais, rumo à expansão. Contudo, da mesma forma que a

atividade de operadores de pregão foi suprimida em função da introdução de novos recursos operacionais, podemos conceber que no futuro outras atividades ligadas às operações em bolsa poderão ter o mesmo destino. É possível que, com o decorrer do tempo, as operações de *home broker* assumam uma importância cada vez maior, não só pelo crescimento, como também pelo aumento do nível de segurança destas operações. Sendo assim, a atividade dos operadores de mega bolsa, por exemplo, não mais seria necessária. Nesta suposição, os compradores e vendedores fariam diretamente as suas ofertas nos computadores, que disponibilizariam tais informações para os investidores em geral. Os investidores fechariam diretamente seus negócios e as operações seriam cruzadas e processadas eletronicamente, dependendo apenas da execução do investidor. O *home broker* e o *after market* podem se constituir em um excelente laboratório para isso, visto que, nestas modalidades operacionais, a figura do operador de mega bolsa já não é necessária. Constatamos, assim, que toda essa dinâmica do capitalismo atual e seus intercursos levam a um mercado de capitais em expansão trazendo, por outro lado, o risco de lançar uma classe de profissionais à extinção: a dos operadores de bolsa.

Esta possibilidade, ainda que distante, tem levado muitos trabalhadores do mercado a se angustiarem com a possibilidade do término de suas profissões. Ocorre que, com as práticas da economia, finanças e informações globalizadas, põe-se em movimento uma rede com significações distintas, com reflexos intrínsecos segundo a posição que se ocupa. A nova classe trabalhadora pode oscilar entre dois extremos, pode estar no topo ou em baixa. O impacto dessa oposição pode trazer como consequência uma aguda incerteza existencial, ansiedade e medo. Por outro lado, a necessidade de diminuir esses medos e neutralizar o efeito do potencial descontentamento é, por sua vez, um possível fator para o aumento da polarização. A globalização e seus intercursos podem promover uma insegurança profissional, atingindo, como consequência, complexas questões existenciais (Bauman, op. cit.).

II. Trabalho, produção de subjetividade e mercado de capitais

2.1 – O Trabalho como categoria social

Para que tenhamos uma compreensão da construção do trabalho como categoria importante para a produção de subjetividade, faz-se necessário um rápido retrospecto do sentido do trabalho em diferentes momentos da história. Na civilização grega, matriz da sociedade ocidental, o laço social estava fundamentado nas atividades éticas e políticas, e não no trabalho. A escala social apoiava-se em uma divisão hierárquica do trabalho. O operário estava no limite inferior, seguido pelo artesão e agricultor. No topo, encontravam-se os cidadãos, que eram os que se dedicavam à atividade política. A atividade teórica era considerada a mais digna. Segundo Platão, a contemplação das idéias era a finalidade dos homens livres. Para os gregos, a escala de valores do trabalho e, como consequência, do trabalhador, media-se através da dependência. O trabalho digno era aquele que tinha um valor intrínseco. Se o trabalho fosse realizado por motivos tais como a sobrevivência, o trabalho era considerado indigno.

Da mesma forma que a sociedade grega, a feudal também dividia o trabalho em hierarquia. A Igreja não valorizava o trabalho, estando este ainda atrelado à condição bíblica de castigo como consequência da queda humana. O lucro, nesta época, era considerado pecado. A partir da Reforma Protestante, o trabalho passa a ter seus aspectos positivos ressaltados, rompendo seus laços de caráter punitivo. O lucro também perde o

seu caráter pecaminoso passando a ser considerado uma forma de Deus honrar a pessoa. A Reforma Protestante permite um suporte moral que eleva a condição do trabalho, valorizando-o e abrindo as portas para que o capitalismo adquira esse sentido de trabalho. É no século XVIII, época em que Benjamin Franklin (1748) cunha a expressão “tempo é dinheiro”, que o trabalho transforma-se em uma categoria homogênea associada à criação de riqueza e permitindo o elo entre o indivíduo e a sociedade.

No século XIX, o trabalho consolida-se como meio produtor de riqueza e de criação individual. Os ideais de progresso estavam atrelados ao trabalho, visto como possibilidade única de emancipação do homem. Para Hegel, o homem deveria, através do trabalho, humanizar a natureza e civilizar o mundo, sendo este o objetivo último da história. No mesmo século XIX, surge Marx, herdeiro da teleologia da história encontrada em Hegel, apontando que a apropriação coletiva dos meios de produção possibilitaria a desalienação do homem e o resgate de sua essência através do trabalho coletivo e criativo. No século XX, desaguou o embate político entre o capitalismo – com sua ênfase na propriedade privada e o socialismo – com sua ênfase na propriedade pública. Durkheim, considerado o precursor da sociologia como disciplina acadêmica (virada do século XIX para XX), coloca o trabalho como categoria central da solidariedade que caracteriza as sociedades modernas. Para ele, a divisão do trabalho é o elemento fundamental da coesão social, porque torna os indivíduos interdependentes, unindo-os ao invés de dividi-los. As relações de trabalho assumem, no século XX, a forma de emprego, transformado em um modelo de integração social através de um conjunto de regras e proteções que caracterizam o que Robert Castel chama de “propriedade social”. Os países industrializados sustentam um pacto social movidos pela promessa do pleno emprego e na segurança através das relações de trabalho. A promessa da distribuição de renda e do emprego assalariado e estável eleva o trabalho a uma nova ordem social. O trabalho passa a ser a mola propulsora da integração e coesão social (Nardi, op. cit.).

Entretanto, a partir da década de 1970, como salienta Arrighi (2006), há uma mutação social em torno do trabalho. Passamos da fórmula de acumulação fordista-kneisiana para a acumulação flexível. Devido ao aumento do poder do capital financeiro, sua mobilidade e o enfraquecimento do Estado Nacional, o autor aponta para uma época de incertezas.

2.2 - Trabalho e produção de subjetividade

Como já aventado, vivemos uma época em que o trabalho e a produção de subjetividade apresentam novos ares. Com o surgimento tanto do taylorismo como do fordismo, o modo de subjetivação se processava através da disciplina e de um modelo de comportamento que era comum à fábrica, à família e à escola. O taylorismo caracterizava-se pela racionalização do trabalho, visando à eliminação de movimentos inúteis e a utilização de ferramentais próprios à realização de cada tarefa. O fordismo apresentou um sistema de produção e gestão padronizado e especializado. A divisão entre concepção e execução, o controle rígido e a parcialização das tarefas estarão presentes, em maior ou menor escala, tanto no taylorismo como no fordismo. No fordismo, espera-se uma produção padronizada em massa com base em uma organização técnica e social taylorista. A inovação era concebida como uma perturbação. No pós-fordismo, a inovação é o que vai agregar valor ao produto, devendo-se desta forma fazer uso da criatividade. A classe dominante é aquela cuja criatividade está a serviço do capital. Cada sistema de produção, para além de ser um sistema industrial, deve ser visto como sistema de produção que define modos de vida e produz subjetividades (Nardi, op. cit.).

Podemos distinguir dois modelos básicos de discurso gerencial e prática de trabalho que pode nos lançar na diferença entre os processos de produção capitalista de duas épocas distintas. No período fordista, a burocracia se impunha como possibilidade de avaliação meritocrática. A carreira podia ser planejada dentro de uma mesma empresa com segurança e com possibilidades de aperfeiçoamento, desde que comprovada a lealdade do trabalhador à empresa e a capacidade para o desempenho de sua função. Estando presentes estas condições, o emprego era assegurado. A segurança era considerada indispensável e necessária à satisfação das demais necessidades. No Brasil, esse discurso não se aplica integralmente. Ainda que tenha havido uma ampliação da assistência médica, da aposentadoria e de outros benefícios, estes se aplicavam apenas a mão de obra formalmente contratada e a rotatividade no emprego era alta. Apesar disso, os trabalhadores qualificados podiam encontrar trabalho em outros postos com relativa facilidade, o que permitia uma dose ainda que mínima de planejamento do futuro. Embora houvesse limitações concernentes ao fordismo periférico e da conjuntura política encontrada no Brasil, na ocasião, pode-se dizer que os trabalhadores, em decorrência da

conjuntura econômica e das relações de trabalho, tinham o controle e o domínio de seu tempo, podendo constituir-se em proprietários de si mesmos, mesmo que essa propriedade fosse limitada (Nardi, op. cit.).

Na era pós-fordista, o ideal da empresa se estabelece nas equipes e nos projetos que se movem para a satisfação dos clientes. A partir da década de 1990, as empresas buscam eliminar a hierarquia e todo trabalho que não seja diretamente ligado à produção. Isto promove uma cadeia de demissões em que os demitidos são impulsionados a abrir seu próprio negócio e continuar prestando serviços à empresa, agora sob a forma de pessoa jurídica. Os trabalhadores são auto-organizáveis e autocontroláveis. O líder deve ser capaz de atuar em várias áreas. Ele deve ser um “mago da manipulação dos símbolos que definem o momento do mercado”. A gestão deixa de ser baseada no “racionalismo frio e tecnicista” e passa a “intuição criativa” (Nardi, op. cit.).

Na era pós-fordista, a racionalidade burocrática dá lugar ao risco, à mobilidade e à mudança. A segurança deixa de ser um valor, sendo substituída pela liberdade. A excitação pelo aumento da autonomia deve ser maior do que o medo do risco e da insegurança associada à dificuldade de planejar o futuro (Nardi, op. cit.).

As novas formas de uso e de gestão do trabalho demandam um novo tipo de trabalhador. Enfatiza-se a qualidade, a cooperação, a multifuncionalidade e a polivalência; enfim, um trabalhador mais qualificado e mais flexível. Através de programas de qualidade e o *empowerment* pretende-se o aumento da autonomia e, conseqüentemente da possibilidade e capacidade de decisão. O objetivo é manter somente as competências centrais da empresa. Desta forma, busca-se a terceirização, a redução dos níveis hierárquicos, a reengenharia de processos e o conseqüente enxugamento, como forma de fugir às amarras das normas trabalhistas, aumentar a flexibilidade, reduzir os custos e obviamente incrementar os lucros (Nardi, op. cit.).

Capelli (1987, apud Nardi, op. cit.) evoca as normas de gestão dos trabalhadores na atualidade: “o *empowerment* – transferência do poder de decisão para o trabalhador, aumentando a responsabilidade sobre os erros; o trabalho em equipes semi-autônomas, eliminando a função de supervisores através da internalização das metas; e a multifuncionalidade, quebra da monotonia do trabalho taylorizado que resulta em aumento das exigências”.

A nova gestão do trabalho carrega paradoxos, visto que, se, por um lado, pretende aumentar a autonomia, por outro, elimina a possibilidade de ascensão profissional, há

pouca adesão à empresa e um aumento do estresse (Nardi, op. cit.). Em função disso, pode ser observada uma mudança bem maior no quadro funcional. Cada vez mais fica reduzido o tempo de permanência em uma empresa. Anteriormente, era comum ao trabalhador buscar segurança através de sua continuidade na empresa, através do tempo de permanência em atividade nesta. Na avaliação de um currículo, dava-se valor meritório ao “tempo de casa” e à ascensão no quadro de funcionários da empresa. Na atualidade, os sinais se inverteram, as carreiras de longo prazo transformaram-se em sinônimo de não adaptação a uma sociedade na qual, dentre os valores cultuados, temos o risco, a mobilidade, a mudança e a inovação. As modernas práticas de gestão de trabalho associam a insegurança e o risco ao exercício da liberdade. A expectativa recai sobre indivíduos que sejam empreendedores de si mesmos, que saibam encarar com competência e iniciativa as incertezas da atualidade. A lealdade e o compromisso duradouro cedem lugar à competição extremada. Os profissionais passam a investir em suas carreiras profissionais, dando mais valor ao aspecto individualista. A nova gestão do trabalho propõe a troca da segurança pelo risco e pela autonomia. Se antes o trabalhador podia planejar minimamente sua carreira e futuro, agora cai a garantia de carreira ascendente e vitalícia até para os executivos. A experiência deixa de ser valorizada, assim, como a exigência de lealdade a empresa, como afirmado anteriormente. Os trabalhadores lançam-se, como conseqüência, a uma preocupação com o desenvolvimento da carreira no sentido individual, visto que a permanência no emprego pode depender quase que exclusivamente da internalização das metas de produção (Nardi, op. cit.).

Os trabalhadores são na verdade lançados nas malhas da ilusão; seja pela empresa ou pelo discurso hegemônico. Tais malhas são provenientes de discursos e expectativas paradoxais. As empresas apregoam, por exemplo, o trabalho em equipe, mas acirram a competitividade interna através das metas individuais e coletivas. Concedem uma maior autonomia, mas barram a ascensão profissional. Querem que os trabalhadores sintam-se em família, mas estão prontos para despedi-los ao menor sinal de outro poder cumprir melhor sua função. Isso promove tensões, mesmo que desconhecidas ou negadas, serão produtoras de infelicidade para aqueles que se vêem imersos nela. O novo modelo de gestão apresenta o paradoxo da dedicação completa, mas, por outro lado, empurra para o desenvolvimento da própria carreira, visto que não há mais segurança de carreira, e o envolvimento esperado se refere aos projetos e não às pessoas (Nardi, op. cit.).

Vê-se que o novo modelo de gestão pretende transformar o empregado em alguém

que busca o aperfeiçoamento constante. Sua preocupação deve residir no aumento da produtividade, na racionalização dos processos na otimização dos custos, com vista à permanência da empresa no mercado. O discurso da permanência tem duplo sentido. Apresenta-se como uma solicitação de colaboração, mas, por outro lado, também se apresenta como uma ameaça constante. O trabalhador fica exposto a uma sobrecarga, ao menos psicológica, pela intensificação do ritmo, o que pode resultar em conseqüências para sua saúde. Espera-se do trabalhador uma dedicação total e sem erros. No Japão, onde boa parte das inovações gerenciais teve seu berço, têm-se constatado um número de mortes crescente, inclusive por suicídio, decorrentes de questões relacionadas ao trabalho. Quando o ideal da empresa tenta neutralizar integralmente o desejo do trabalhador, barra-se a possibilidade do indivíduo canalizar sua agressividade para fora, levando-o a dirigi-la para si mesmo, trazendo, com isso, o adoecimento (Nardi, op. cit.).

Há uma relação direta entre trabalho e produção de subjetividade, segundo a qual o trabalho pode ser visto como uma potência estruturadora das relações sociais. As experiências cotidianas do trabalho produzem modos de agir, pensar e sentir mais ou menos duráveis, e que fazem conexão com valores, necessidades e projetos pessoais (Nardi, op. cit.).

Foucault, em suas últimas obras, articula os modos de subjetivação em relação com a moral, ética e trabalho. As “práticas de si” se constituem pela relação do indivíduo com a regra e produzem modos de se conduzir. As experiências de trabalho das gerações anteriores levavam a uma “prática de si” em que as referências coletivas se desdobravam entre a vida ética marcada pela lealdade e o orgulho do trabalho realizado. Na atualidade, ainda que os trabalhadores sejam concitados a ser empreendedores, não há condições favoráveis para isso. A experiência adquirida é desqualificada pela inovação, o desemprego cresce de forma galopante e o futuro, assim como o presente, é marcado pela incerteza. Há uma indeterminação radical quando a empresa e o trabalho conseqüentemente deixam de ser conduzidos por atores identificáveis, passando a conduzir-se pela esteira da globalização. Perde-se o sentido de governabilidade da própria vida. Quando a alçada decisória é inalcançável, os trabalhadores vivem um presente imediato. Resta ao trabalhador a gestão das urgências de cada dia (Nardi, op. cit.).

A análise da subjetividade é um processo interdisciplinar e, em função disso, permite muitos olhares sem que haja uma possibilidade de esgotar-se o assunto. A palavra subjetividade diz respeito àquilo que é próprio do sujeito, mas que é produzido na relação

do indivíduo com o seu contexto.

Subjetividade e trabalho relacionam-se a partir da maneira como os sujeitos experienciam e dão sentido aos seus trabalhos. A análise desta relação fica, como conseqüência, atrelada a aspectos históricos e sócio-econômicos de cada época em que esta relação é investigada. Como aponta Nardi (op. cit., 22), tanto Deleuze como Guattari e Rolnik observam que as transformações do capitalismo trazem uma produção de subjetividade diferenciada, em função das mudanças sociais implicarem em reconversões subjetivas que trazem as ambigüidades da economia sócio-política que as constitui.

A análise da subjetividade em suas relações com o trabalho implica em compreender como se processam as experiências que produzem modos de ser, pensar e sentir. A subjetividade deve ser pensada através dos processos e modos de subjetivação: os primeiros dizem respeito a como o indivíduo se relaciona com as regras que a sociedade lhe apresenta, enquanto os últimos apontam para o modo preponderante de como os sujeitos relacionam-se com a regra e estão ligados a ela enquanto uma obrigação (Fonseca, 1995).

Os processos de subjetivação se referem às diferentes formas através das quais os sujeitos se constroem e são construídos a partir de suas experiências de vida. A existência adquire significado e sentido segundo um determinado jogo de verdades próprio a cada contexto espaço-sócio-temporal. Apesar de serem muitos os fatores que fazem parte do processo de subjetivação - além dos que estão na esfera do inconsciente, ao qual não se tem acesso imediato - nos é possível identificar os dispositivos de socialização presentes na família, na escola, na religião, nos códigos das sociedades e no trabalho. Este conjunto de dispositivos caracteriza os modos de subjetivação presentes a cada contexto (Nardi, op. cit.).

No contexto da modernidade, o trabalho e a posição que o indivíduo ocupa na família adquirem relevância. A constituição de uma família ou a saída da casa dos pais e o ingresso no mercado de trabalho, apesar de não serem eventos únicos, marcam de forma importante a autonomização do sujeito. O trabalho é, para o contexto desta pesquisa, de caráter essencial. Os valores atribuídos ao trabalho e às condições de inserção no mercado de trabalho interferem nos processos de subjetivação, e o trabalho e a própria sociedade encontram-se num momento de incertezas e instabilidade (Nardi, op. cit.).

Para Foucault, as relações do sujeito com a regra devem ser pensadas a partir da compreensão de como o sujeito se define de maneira ativa, pelas práticas de si, que não são

inventadas por ele mesmo, mas são esquemas encontrados na cultura e que lhe são propostos, sugeridos ou impostos pelo grupo social. A apropriação desses esquemas culturais aponta para as relações saber-poder, cuja compreensão nos permite apreciar a relação entre os sujeitos e os jogos de verdade, que se referem ao conjunto de regras de produção da verdade. A verdade, por sua vez, remete ao modo como os homens governam-se uns aos outros e a si mesmos. Corresponde às construções lógicas que os sujeitos utilizam para compreender quem são. Enquanto saber utilizado para compreensão de si mesmo, a verdade sustenta um ideal para cada grupo ou cultura. Desta forma, as resistências e formas de dominação que marcam os modos de subjetivação serão justificadas pelas verdades produzidas. Por outro lado, o poder deve ser entendido a partir de seu caráter relacional como força que constitui o sujeito e está presente em toda sociedade (Nardi, op. cit.).

Os jogos de poder e verdade que se encontram nas relações de trabalho modificaram-se na fase atual do capitalismo, no contexto da acumulação flexível e da globalização. A autogestão passou a ser um princípio importante nesta etapa das relações de trabalho (Nardi, op. cit.). Não resta dúvida de que as modificações do trabalho oriundas dos avanços tecnológicos e das inovações organizacionais tiraram o trabalho do lugar pensado pelo modelo clássico da sociedade industrial. Entretanto, isso não significa perda de centralidade. O trabalho continua central sob o ponto de vista da estrutura social, material e psíquica dos sujeitos. Pela falta que o trabalho faz à sociedade, pelo desemprego e pela precarização, pode-se perceber o quanto ele continua central (Nardi, 2006).

Um aspecto importante na relação entre trabalho e subjetividade é o surgimento da categoria indivíduo. A “sociedade de indivíduos” surge no século XIV com o capitalismo mercantil. Até então, a sociedade caracterizava-se pela subordinação hierárquica e política. Com o surgimento do capitalismo mercantil emerge a figura do indivíduo e a relação entre os homens passa a ter base econômica. Até o feudalismo, apenas o rei é o indivíduo; o servo não era proprietário de si mesmo. A sociedade de indivíduos é criada a partir da prevalência do econômico sobre outras esferas do social. A partir daí, surge a separação entre propriedade e trabalho, tendo o trabalho e o mercado adquirido importância central na sociedade. A propriedade passa a englobar não apenas a propriedade de bens, mas também a propriedade de si mesmo. Entretanto, a sociedade de indivíduos, consolidada através da Revolução Francesa, sob o lema da igualdade, fraternidade e liberdade, não permite, de fato, o exercício de direitos iguais aos cidadãos. Na medida em que os

trabalhadores não eram proprietários, ficavam sem a posse de si mesmos por terem que vender suas forças de trabalho, pressionados pela fome e o tempo, ficando assim sem condições de negociar uma remuneração justa, e deixando, como consequência, de governarem a si mesmos. A vida do trabalhador era de outro, o tempo não lhe pertencia, era de quem comprava sua força de trabalho (Nardi, 2006).

Apenas no século XX, com o surgimento da “propriedade social” (Castel, 1998), os indivíduos poderão gozar de forma mais ampla os direitos de cidadão. A propriedade social é, de forma análoga à propriedade privada, geradora de segurança. O surgimento da propriedade social vai permitir ao indivíduo ser proprietário de si mesmo, na medida em que não pode ser negociada e depende de um conjunto de direitos e obrigações. Quando o indivíduo adquire a propriedade social - assim como a aposentadoria - resta ao Estado apenas cumprir a sua obrigação.

O conceito de propriedade social torna-se, então, importante em função de sua possibilidade de dar suporte, ainda que mínimo, à existência dos indivíduos. Este conceito reveste-se, assim, de importância também para análise dos processos de subjetivação dos trabalhadores. É interessante notar que é durante os trinta anos gloriosos (1945-1975) que surgem grandes movimentos como o de libertação feminina, dos direitos civis dos negros, dos homossexuais, dos estudantes e da contracultura. A partir do momento em que os indivíduos podem apropriar-se de suas próprias vidas, pelo afastamento do imperativo da sobrevivência e por encontrarem-se relativamente acolhidos pelos suportes sociais do Estado, surge a ambiência para a reflexão e a crítica às regras instituídas, que estabeleciam um dado modo de viver (Nardi, op. cit.).

Ainda que de forma desigual, o trabalho assume importância central na sociedade moderna como forma de integração e proteção social.

2.3 – Construção social do dinheiro

Querer ganhar dinheiro não é algo que sempre povoou a mente do ser humano. O dinheiro não existe desde sempre, mas, a partir de suas origens obscuras, expandiu-se para colonizar o mundo, seja na forma de moeda, notas, lançamentos contábeis ou como uma noção de felicidade que penetra no coração dos homens e das mulheres (Buchan, 2000).

Aristóteles invocou a mitologia para reforçar a idéia de que o dinheiro, por si só, não podia constituir-se em riqueza. Mídas, segundo a mitologia, a tudo que tocava transformava em ouro. Aristóteles, nessa linha de pensamento, indicou que o dinheiro não podia ser riqueza porque, ainda que alguém o tivesse, mesmo assim poderia esse morrer de fome. Naquele tempo, ainda que no alvorecer do dinheiro, os homens já se direcionavam a seu significado mais profundo. Começavam a identificar no dinheiro o potencial de satisfazer qualquer propósito mortal e permitir que qualquer necessidade se realize. Sendo assim, o dinheiro se transforma no propósito absoluto e objeto de desejo mais intenso, pela sua potência de satisfazer qualquer desejo. Para Aristóteles, a acumulação do dinheiro não só era antinatural, como também, carregava em si a possibilidade de perverter o Estado e capturar todas as formas de arte. (Buchan, op. cit.).

Schopenhauer (apud Buchan, op. cit.) via a acumulação do dinheiro como algo natural e inevitável. Ele dizia que o dinheiro era como um Proteu infatigável, sempre pronto a transformar a si mesmo no atual objeto dos nossos mutáveis desejos e múltiplas necessidades. Outros bens podem satisfazer apenas um desejo e uma necessidade. Todos os bens são bons para um determinado propósito, isto é, apenas relativamente bons. O dinheiro, por si só, é o bem absoluto, pois defronta não apenas uma necessidade concreta, mas a própria Necessidade em abstrato.

Desde cerca de 1180, os proprietários de terras exigiam cada vez mais que os arrendamentos fossem pagos em dinheiro ao invés de serem pagos em produtos do plantio ou serviços. Na ocasião, muitas outras funções sociais, incluindo o serviço militar, também começaram a ser avaliadas ou absolvidas em dinheiro. Um elemento estranho começa a penetrar o mundo auto-suficiente do Senhor das terras. Este era para Georg Simmel (apud Buchan, op. cit.) o momento mágico da emancipação humana. O texto seguinte apresenta a essência do pensamento de Simmel:

O nível onde a pessoa está realmente excluída do produto e as exigências não se estendem mais a ela, é alcançado com a substituição do pagamento em bens, produtos ou serviços pelo pagamento em dinheiro. Por essa razão, tem sido visto, até certo ponto, como uma *magna carta* da liberdade pessoal no domínio da lei civil [...]. O senhor do feudo que pode exigir uma quantidade de cerveja ou aves domésticas ou mel de um servo, determina desse modo a atividade deste último em certa direção. Mas no momento em que ele impõe simplesmente uma arrecadação em dinheiro o camponês fica livre, na medida em que pode decidir se vai criar abelhas ou gado ou qualquer outra coisa.” (p. 83, 84)

É interessante notar que se, por um lado, a possibilidade de pagamento em dinheiro ao senhor das terras apresenta-se inicialmente como tendo um caráter libertador, por outro, traz para o camponês o risco decorrente da incerteza do negócio que ele estaria desenvolvendo, que antes era compartilhado com o senhor das terras. Visto que este iria exigir o pagamento em dinheiro, a cobrança fica, assim, independente do sucesso ou fracasso do camponês. Desta forma, o caráter libertador que o pagamento em dinheiro permitiu ao camponês trouxe, a reboque, um aprisionamento.

A partir de 1620, tratados sobre o dinheiro jorravam das gráficas de Londres e Edimburgo, algumas vezes desalojando os tratados sobre religião e política. Nesses livros, o dinheiro surge dos metais preciosos, pela acumulação dos metalistas, passa pelas restrições da doutrina usurária e começa a demonstrar um poder incomum. Poderia ser utilizado num vastíssimo comércio de artigos de luxo, equipar exércitos, frotas, para conquistar tirania, acaso, naufrágio, incêndio e até a própria morte, e para revelar, aos seus adeptos, os mecanismos secretos da sociedade. O sonho medieval de um mundo fixo de valores comerciais e morais estáveis, de dinheiro bom e preços justos, obrigações terrenas e recompensas celestiais dá lugar a um mundo flutuante, em que a terra, as pessoas e as coisas são atiradas, de um lado para o outro, por grandes ondas de dinheiro. Surgem novas classes monetárias como as do banqueiro, negociante, especulador, jogador, economista e prostituta (Buchan, op. cit.). A partir da invenção da moeda inicia-se, ainda que de forma latente, a flexibilidade. Com o passar do tempo, seu curso torna-se intenso, porque o dinheiro já nasceu com sua característica essencial de meio circulante e líquido.

Em 1630, os holandeses haviam dominado o dinheiro, mas também estiveram sujeitos ao seu domínio. O preço das tulipas subiu vertiginosamente durante toda a estação de 1635-36. Até a estação seguinte, o comércio tinha perdido toda a relação com qualquer objeto físico. O comércio era, segundo a frase que os holandeses tomaram dos italianos, *in*

blanco: ‘em branco’ ou ‘no espaço’, ou, como agora denominaríamos, as operações eram feitas a descoberto. Nenhuma das partes pretendia entregar ou receber nada. Estavam simplesmente apostando no preço futuro dos bulbos para que, no dia combinado, o perdedor pagasse a diferença entre o preço do contrato na corporação e o preço atual do mercado. Em 1637, o preço da tulipa atingiu seu apogeu, tornando transparente a conduta irracional do povo. Por outro lado, existe sempre algo de visionário nas grandes especulações, ou perderiam o caráter de especulações. As tulipas colonizaram o mundo. A ilusão está na concepção do tempo. O grande especulador do mercado de ações procura condensar o futuro em poucos dias, descontar a longa marcha da história e capturar o valor presente de todas as riquezas futuras. É a sua demanda insistente por tudo, agora mesmo. Quer possuir o futuro, em dinheiro, agora mesmo, de forma tal que não pode tolerar nem mesmo a noção de futuro (Buchan, op. cit).

A partir de 1865, o mundo era dos banqueiros. No início, as pessoas tinham desejado o dinheiro, agora, elas caíam de joelhos e o adoravam. O “evangelho” americano era: ganhe dinheiro. Ganhe-o rapidamente. Ganhe-o em abundância. Ganhe-o em uma abundância prodigiosa. A fé em Deus foi substituída pela fé no crédito. A era do dinheiro, o Deus do século XVII, veio depois da Era da Fé e desalojou o Deus da Idade Média, mergulhando o mundo no mais bravio e perigoso mar de instabilidade. Desta forma, o dinheiro, que foi uma invenção para transmitir os desejos humanos, acabou por adquirir um *status* independente. Passou a ser visto por homens e mulheres não como uma conveniência para satisfazer os desejos humanos, mas como um objetivo ou instituição independente, que possui autoridade eterna e impessoal. O dinheiro permitiu que os seres humanos expandissem não apenas suas posses, mas também os seus desejos além dos limites, limites estes que considerados supremos por seus predecessores. A esta altura, o dinheiro se tornou um sistema que pode reunir os desejos dos povos mais dispersos e despachá-los para destinos inimagináveis. O dinheiro passa a ser valorizado não pelo seu poder de permitir o atendimento de desejos; mas sim como objeto de todos os desejos. O dinheiro foi entronizado como o Deus de nosso tempo (Buchan, op. cit.) E parece-nos, pelo menos no que tange aos operadores participantes da pesquisa, que a bolsa de valores é o lugar onde o dinheiro pode ser não apenas cultuado; mas, acima de tudo, adquirido. Talvez, como o objeto capaz de satisfazer a todos os desejos, não apenas usufruído, mas, para além disso, incorporado ao ser, como a prótese de todas as próteses. De fato, existe a possibilidade de altos ganhos no mercado de capitais. Entretanto, a possibilidade de perda

também sempre se faz presente. Na verdade, para se observar adequadamente o *timing* do mercado, faz-se necessário um acompanhamento e atenção quase que sobre-humanos.

Um episódio internacional, iniciado no final de 1984, que permitiu ganhos expressivos na Bolsa dos Estados Unidos da América, ocorreu, quando, em decorrência da entrada do fluxo de capital japonês, o índice Dow Jones subiu duzentos por cento em três anos. Este episódio serve para demonstrar que, com a globalização dos mercados financeiros, qualquer bolsa, em qualquer lugar do mundo, pode sofrer as conseqüências do fluxo de capital e, desse modo, permitir altas lucratividades ou grandes prejuízos. Na verdade, da mesma forma que o fluxo positivo de recursos produz alta, o fluxo negativo, ou seja, a saída de recursos da bolsa produz queda nos preços das ações.

Apesar da existência de algumas escolas de análise sobre comportamento do preço das ações, nenhuma delas permite ao operador uma segurança plena. As possibilidades, na verdade, fogem do alcance das pessoas. Na revista *Balanço Financeiro* de abril de 1987, foi publicada a seguinte história:

Dias atrás encontrei um especulador que se mortificava por não ter dado atenção a um analista de gráficos que tinha prognosticado a queda de determinado papel.

Fui conferir e notei que o que o grafista tinha afirmado era o seguinte: “O preço vem oscilando entre a linha de resistência a 16 e a linha de suporte a 14. No momento está testando a resistência a 17, e, se rompê-la, a meta será 23. Mas, se recuar e o suporte for ultrapassado a 14 poderá chegar a 11”.

Por esta interpretação, o que quer que acontecesse – alta, baixa, ou estabilidade – estaria sempre dentro do oráculo (Bazin, op. cit. p. 46).

Uma das crenças americanas em relação ao mercado é que o dinheiro transmite conhecimento e que o preço de um bem, de um título ou mesmo de um índice de mercado, assim como o Dow Jones, dão um quadro preciso da realidade. Essa crença tem sido organizada num corpo doutrinário conhecido como teoria dos mercados eficientes. Na sua forma vigorosa – ela tem formas fracas e médias –, a teoria assegura que os mercados condensam todo o conhecimento relacionado com os seus integrantes e são por definição corretos. Quando um preço ou o índice mudam é porque houve algum incremento ao conhecimento relativo ao bem ou ao título, tal como a alta de juros, uma geada ou o suicídio de um executivo. Buchan (op. cit.) adverte que esta teoria não pode suportar sequer um pensamento momentâneo. Para ele, quando se compra ou se vende um título, não se sabe se ele vai subir, descer ou se manter no preço inicial de compra. O que leva alguém a comprar, segundo ele, é que se deseja que aconteça uma dessas coisas. Desta forma, o que está condensado no preço é o resíduo, não do conhecimento, mas do desejo organizado, que pode reagir ou não a novas informações. Para Buchan (op. cit.), a doutrina

do mercado eficiente é apenas mais uma tentativa de se aplicar leis racionais a uma área que, por si só, é irracional. Para ele, um mercado não pode operar por leis, pois as leis seriam descobertas, e deixaria de ser mercado. Sendo assim, a teoria dos mercados eficientes é, para ele, uma ilusão que tem conseqüências emocionais profundas. Por fim, Buchan (op. cit.) vai considerar que se um preço de mercado contém todo o conhecimento humano, aqueles investidores que saem do mercado no ápice e com os seus ganhos de capital intactos são, por definição, seres sobre-humanos e devem ser festejados como deuses. E encerra, citando Baruch e Goldsmith, os quais, em 1929 e 1987, respectivamente, eram consultados como se fossem oráculos até em questões nas quais eles obviamente não tinham experiência. Quando não acompanharam adequadamente a virada seguinte do mercado e perderam grande importância em dinheiro, foram esquecidos como se nunca tivessem vivido.

Uma das peculiaridades da bolsa é que a possibilidade de ganhar ou perder não está atrelada, apenas, ao fato de ela ter variação positiva. Um operador pode ganhar tanto na alta como na baixa, dependendo da posição em que ele esteja carregando⁶. Além disso, é possível que o Ibovespa⁷ tenha um tipo de oscilação, quer positiva ou negativa, ao mesmo tempo em que determinados papéis tenham oscilações opostas às indicadas pelo referido índice.

Matérias recentes, publicadas em jornais e revistas, de grande circulação, demonstram o quanto a possibilidade, tanto de ganhos como de perdas, está continuamente presentes nas bolsas de valores:

O jornal O Globo, do dia 22 de janeiro de 2008, estampou na página de economia a matéria com o título: “Tremor nas Bolsas”. A matéria afirma que, em decorrência do pacote anunciado pelo presidente dos Estados Unidos, W. Bush, na sexta-feira, o mercado ficou nervoso. As bolsas registraram forte perda. Na Europa, foi o pior dia desde 11 de setembro. A Bolsa de Frankfurt caiu 7,16%. As de Bolsas de Mumbai e Hong Kong, na Ásia, caíram 7,41% e 5,49%, respectivamente. As bolsas de São Paulo e Lima caíram 6,60% e 8,35%, respectivamente.

Já no dia 24 de janeiro de 2008, o mesmo jornal estampou na página de economia a manchete com o seguinte título: “Dia de Gangorra nas Bolsas”. A matéria retratou o

⁶ Carregar uma posição diz respeito ao conjunto de ações, títulos, tipo de mercado ou se um determinado investidor esta comprado ou vendido.

⁷ Índice que forma uma carteira teórica composta pelas principais ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo que é utilizado para medir a sua performance.

impacto, nas principais bolsas mundiais, do corte da taxa básica de juros dos Estados Unidos. O mundo do mercado de capitais ficou dividido em dois blocos: (i) as bolsas asiáticas, que subiram, tendo a de Hong Kong e a de Jacarta variação positiva de, respectivamente, 10,72% e 7,92%, em função de que, quando o corte de juros foi anunciado, as bolsas asiáticas já se encontravam fechadas; e (ii) as bolsas da Europa e da América do Sul, que caíram, tendo a Bolsa de Frankfurt e de São Paulo variação negativa de 4,88% e 3,32%, respectivamente. No mesmo dia, as ações da Motorola e Apple caíram 18,75% e 10,65%, respectivamente.

No dia 29 de janeiro de 2008, o mesmo jornal noticiou, na página de economia, que devido à turbulência no mercado financeiro, estava ocorrendo uma fuga de aplicações em bolsa, títulos e fundos do país que somavam um saldo negativo de US\$ 4,844 bilhões. Por outro lado, a notícia dá conta de que as bolsas asiáticas abriram a semana em baixa, acumulando perdas mensais nunca vistas desde 11 de setembro, influenciadas pela provável recessão americana e japonesa, bem como pela crise do mercado imobiliário dos Estados Unidos.

A Revista Época, da semana de 21 de janeiro de 2008, aponta para o efeito da crise do mercado imobiliário americano, em que, além da demissão de altos executivos, os bancos já reconheceram perdas de US\$ 100 bilhões, até aquele momento. Entretanto, segundo estimativas dos próprios bancos, as perdas podem alcançar US\$ 700 bilhões até 2010.

2.4 – A atividade dos operadores de bolsa

O processo de reestruturação de capital afetou de forma plena o profissional mediador das operações no templo do capitalismo de nossos dias. A bolsa é, para Bazin, (2006, op. cit. p. 244), “o templo dos interesses materialistas; o microcosmo em que todos se dedicam, de forma exclusiva e em tempo integral, à abominável, porém inofensiva, ocupação de fazer fortuna.” Enriquez⁸ afirma que a bolsa de valores é a quintaessência do capitalismo contemporâneo.

No que tange ao trabalhador, os novos movimentos organizacionais visam à eliminação, tanto quanto possível, de todo o trabalho chamado improdutivo, ou seja, aqueles que não criam valor. Sendo assim, diversas atividades assemelhadas são suprimidas e/ou aglutinadas na ponta da produção (Antunes, 2006).

No mercado de capitais brasileiro, desde o final da década de 1960, as atividades estão divididas entre dois blocos distintos: o *front-office* e *back-office*. O *front-office* ou “linha de frente” é, para o mercado, a atividade produtiva. O *back-office* ou retaguarda é formado por aqueles que dão o suporte para que a “linha de frente” possa realizar as operações. A retaguarda é, para o mercado, considerada atividade improdutivo.

No auge do taylorismo/fordismo, a grandeza de uma empresa media-se pelo número de funcionários. A partir do movimento da acumulação flexível, os exemplos a serem seguidos são os da empresa enxuta que, independentemente disso, tem os melhores índices de produtividade. As estatísticas mundiais apontam para a tendência que vem ocorrendo no trabalho, em que a classe típica da era fabril vem reduzindo-se constantemente. O ABC paulista, que tinha aproximadamente 240 mil operários na década de 1980, 20 anos depois tinha aproximadamente 110 mil. Campinas, que na mesma época tinha em torno de 70 mil metalúrgicos, caiu para 37 mil. No mercado financeiro, os bancos, em função dos ajustes impingidos pela política econômica e o avanço da tecnologia de informação, tiveram seu contingente funcional, que era de mais de 800.000 pessoas, em 1989, reduzido para 570.000 em 1996, continuando este número a se retrair (Antunes, op. cit.).

Durante a década de 1980, a bolsa de valores começou a permitir que os corretores de valores do mercado iniciassem seu processo de enxugamento, que se intensificou na

⁸ Eugene Enriquez por ocasião da banca de qualificação realizada em 2007.

década de 1990. Não só algumas atividades, que antes eram realizadas pela “retaguarda”, passaram a ser realizadas pela “linha de frente”, como a própria “linha de frente” passou por um processo de liofilização⁹. Na década de 1980 as operações eram realizadas com a utilização de basicamente cinco níveis operacionais, além do departamento técnico e da “retaguarda”. O departamento técnico foi amplamente terceirizado, o trabalho realizado pela “retaguarda” foi informatizado e algumas tarefas, assim como os níveis operacionais foram aglutinados nos operadores de bolsa.

Bazin (2006), retratando um fato ocorrido em um dos pregões da bolsa de 1992, ainda que não tivesse este objetivo, ilustra bem o enxugamento ocorrido com os operadores de bolsa:

Atualmente os seis operadores que sua corretora mantém no pregão atuam em todos os postos, **jogando em todas as posições** (grifo nosso). Antes da introdução do sistema Cats, em 1990, pelo qual as operações são fechadas eletronicamente, o salão ficava congestionado de operadores, comprando ou vendendo, nos postos designados para cada papel, as ações que fossem apregoadas.

Neste momento só podem ser apregoados de viva voz dezenove nomes de empresas; uma vez que há 569, os restantes 550 só são negociados através do Cats.

Por causa da concentração dos negócios, as corretoras não mais precisaram manter os operadores nos pregões; dispensaram alguns e reaproveitaram outros em atividades internas.

Os operadores remanescentes ficaram sem iniciativa e agora são tratados nas corretoras como simples cumpridores de ordens.

Agora são dezenove as ações apregoadas; há seis meses eram vinte e três e cinquenta há dois anos. O número vai se estreitando, provavelmente até a hora em que teremos não mais do que cinco, justamente os papéis especulados. Outros operadores terão de mudar de atividade, uma vez que seu espaço terá sido ocupado por computadores (p. 20)

Passados menos de oito anos, não existiam mais operadores de pregão nos recintos da bolsa de valores, sendo esta etapa da atividade totalmente transformada em trabalho morto, já que é realizada por computadores. Hoje, as operações realizadas através do computador de cada operador de mega bolsa ou *home broker*, são enviadas e processadas automaticamente pelos computadores da Bolsa de Valores.

O Toyotismo, que se apresenta como uma das principais ferramentas da reordenação da produção e do trabalho, tem sua sustentação em alguns pilares, dos quais destacamos os seguintes (Antunes, 2006):

- (i) produção vinculada à demanda;
- (ii) trabalho com multivariabilidade de funções;
- (iii) produção flexível, onde se opera simultaneamente várias máquinas;
- (iv) utilização do *just-in-time*, para enxugamento do tempo de produção;
- (v) utilização de estoque mínimo;

⁹ Processo pelo qual se retira as gorduras. Expressão utilizada para enxugamento da empresa.

(vi) apropriação do *savoir faire* intelectual e cognitivo do trabalhador.

A indústria de corretagem, por sua vez, ainda que substancialmente diferente da indústria de transformação, tem alguns elementos em comum:

(i) sua “produção” sempre esteve vinculada à demanda, de forma que as operações só se realizam quando existem compradores e vendedores interessados. O que se negocia, ao final, quando se trata de mercado à vista, é a capacidade produtiva das empresas, ainda que nem sempre seja esta a motivação. Neste sentido, é um negócio abstrato.

(ii) a multivariabilidade de funções deu-se em duas bases: a primeira, através da quebra dos “especialismos”, a partir da qual um operador passa a intermediar papéis diferentes e nos diversos mercados. A segunda, por ocasião do desenvolvimento tecnológico e informacional, em que os operadores passaram a exercer outras atividades além daquelas consideradas de praxe.

(iii) se, no toyotismo, o operário passa a operar várias máquinas, os operadores de bolsa, principalmente a partir da globalização, passam a operar em vários mercados. Operar, neste sentido, não significa apenas fazer uma determinada operação, mas aponta para a necessidade de acompanhar os vários mercados internacionais, em função de sua influência em cascata. Passou a ser comum aos operadores possuir vários terminais a sua frente pelos quais os diversos mercados e diversos papéis são acompanhados atentamente, e são atreladas as notícias de conjuntura político-econômica que podem afetar os diversos mercados.

(iv) as instituições do mercado sempre procuraram apropriar-se do *savoir faire* intelectual e cognitivo dos seus participantes. Quando se tratava de funcionários, a apropriação dava-se através da utilização de atrativos como o de pagar bônus sobre os resultados alcançados; no caso de clientes, através da tentativa de modelar as operações destes.

O trabalho realizado no mercado de capitais, através dos operadores de mega bolsa, é considerado trabalho improdutivo, visto que, nesta qualidade, sua atividade é de um mero intermediário. Sendo assim, não se constitui em elemento vivo no processo de valorização do capital e criação de mais valia. Neste sentido, o trabalho dos operadores pode ser considerado como criador de anti-valor (Antunes, op. cit.). Por outro lado, é no mercado de capitais e através dos operadores e suas operações que hoje mais se coloca a esperança de se ficar rico e em curto espaço de tempo. Os integrantes do mercado de capitais consideram que seu trabalho, principalmente aquele voltado para o *private equity* e oferta primária de papéis de uma empresa, criam valor. Ocorre que, em relação ao mercado de

capitais, a criação de valor não está direcionado para uma mercadoria consumível, mas sim para o patrimônio de uma empresa ou, em última análise, sua ação. De qualquer forma, cabe salientar que no capitalismo contemporâneo as empresas ocupam-se muito mais em consolidar uma marca do que um produto.

Na égide da acumulação flexível, além da redução do trabalho improdutivo, há, como observa Antunes (op. cit.), uma tendência crescente de imbricação entre trabalho material e imaterial, visto que o trabalho exige cada vez mais a dimensão intelectual do trabalhador. Tem-se, nessa esfera, o trabalho imaterial, produzindo, ao mesmo tempo, subjetividade e valor econômico, demonstrando que a produção capitalista tem invadido a vida em todos os seus sentidos. Outro aspecto é que os sistemas de produção, com todo o seu crescente desenvolvimento tecnológico, fazem com que diversos tipos de trabalho vivo passem a ser trabalho morto, desempenhado pelos computadores, em todos os segmentos de atividades, mas, notadamente, na área de serviços. Por outro lado, à medida que o saber-fazer é incorporado aos sistemas operacionais informatizados, as máquinas tornam-se mais inteligentes, visto que se dotam do saber intelectual do trabalho. Como o saber humano não pode ser suprimido, cada vez mais se faz necessária uma maior interatividade entre a subjetividade e a máquina inteligente (Antunes, 2006).

Não se pode deixar de perceber que também há, no trabalho do operador de bolsa, precarização, principalmente daqueles com menos “cacife”. Parece-nos que a precarização está presente principalmente na utilização da mão de obra dos operadores como terceirizados. Eles são, na maioria dos casos, obrigados a criar uma empresa para prestar serviços, deixando assim de obter as garantias trabalhistas e ganhando em decorrência, apenas, das operações realizadas, sem uma remuneração fixa garantida. Além disso, é digna de nota sua crescente responsabilização no processo. Isto se dá pela aglutinação de funções, como já observado; pela intensificação do ritmo de trabalho e pela necessidade constante de monitoração dos mercados nacionais, internacionais e as conjunturas políticas econômicas. Este aspecto tem levado a uma apropriação do trabalho pelo capital que se excede, em muito, o que poderia ser considerada uma jornada adequada de trabalho. Marx (apud Antunes, op. cit.) considerava que a redução da jornada de trabalho era condição essencial para uma vida emancipada. Principalmente no mercado de capitais, sob a égide da globalização financeira internacional, ainda que haja redução da jornada de trabalho, os trabalhadores estarão sempre tendo o seu tempo de trabalho dilatado, visto que os mercados funcionam vinte e quatro horas por dia. Além disso, todo o processo de

operação, mesmo considerando uma jornada comum de oito horas, intensificou-se, o que também acarreta um maior tempo real de trabalho.

O capital pretende utilizar-se ao máximo dos recursos, meios de produção e pessoas, independente de onde ele lança seus laços. Antunes (op. cit.) cita um trecho do livro *Japan in the Passing Lane*, de Satoshi Kamata, que traz uma reportagem clássica sobre a Toyota, que ele caracterizou como “a fábrica do desespero”, cujo principal objetivo era reduzir o “desperdício”:

De modo metafórico: se o trabalhador respirava, e enquanto respirava havia momentos em que não produzia,urgia produzir respirando e respirar produzindo, e nunca respirar não produzindo. Se pudesse o trabalhador produzir sem respirar, o capital permitiria, mas respirar sem produzir, não. E com isso a Toyota conseguiu reduzir em 33% o seu “tempo ocioso”, o seu “desperdício.” (p. 204).

O que se pode constatar é o aumento da exploração da força humana através, principalmente, da intensificação do tempo e ritmo de trabalho. Como adverte Antunes (op. cit.), a jornada pode até diminuir, mas o ritmo se intensifica. Por outro lado, no que tange às terceirizações, que estimulam o desemprego estrutural e a perda dos poucos benefícios sociais existentes no Brasil, essas sempre existiram. Mesmo na época do fordismo, era comum a terceirização dos restaurantes, limpeza e transportes; o que ocorre é que também no que concerne a terceirização, houve uma intensificação (Antunes, op. cit.)

Referindo-se aos analistas do mercado, cujo trabalho serve de apoio aos operadores e que cada vez mais vem sendo incorporado às atividades dos operadores ou terceirizados, Bazin (op. cit.) diz que eles levam sua profissão como se fosse um sacerdócio. Eles são como a engrenagem de uma máquina de pensar que funciona vinte e quatro horas por dia. Não dormem, porque, no mercado, todos têm a alma presa ao assunto. Talvez seja esse o ideal do capitalismo, que pretende ser expandido, na teia dos negócios e do consumo, para todas as atividades que envolvem recursos financeiros: fazer com que os trabalhadores tenham a alma presa aos negócios e ao consumo. Se no capitalismo tardio bastava capturar o corpo, agora ele não se contenta senão capturando, além do corpo, também a alma do trabalhador e do consumidor.

III – Pesquisa: Operadores de bolsa

3.1 - Metodologia

O método escolhido para o desenvolvimento do presente trabalho foi o da pesquisa qualitativa, que vem sendo crescentemente utilizado em ciências sociais e na psicologia. Como indica Flick (2004), a relevância específica da pesquisa qualitativa na esfera social, e aqui poderíamos incluir também a esfera psicossocial, deve-se à pluralização das esferas da vida. A diversidade das esferas de vida e a mudança social acelerada e constante fazem com que os pesquisadores fiquem diante de novos contextos e perspectivas psicossociais.

Na pesquisa qualitativa, a subjetividade do pesquisador e daqueles que são objetos da pesquisa são partes indissociáveis do próprio processo de pesquisa (Flick, op. cit.). Além disso, dado o caráter necessário de reflexão e a especificidade desta pesquisa, será também utilizada a experiência do pesquisador, em sua trajetória profissional de aproximadamente 30 anos no mercado financeiro e de capitais.

3.1.1 – Coleta de dados e entrevistados

Foram utilizadas entrevistas semi-estruturadas como método de coleta de dados. As entrevistas foram inicialmente gravadas e posteriormente transformadas em texto através da transcrição, seguindo critérios definidos. As situações que nos permitiram a análise

empírica foram reconstruídas a partir destes textos, que foram a principal matéria-prima para as interpretações. Entretanto, levou-se em consideração, também a metalinguagem. Os textos permitiram (i) a representação dos dados essenciais nos quais as análises se basearam, e (ii) serviram de base à interpretação (Flick, op. cit). Os dados verbais e não-verbais foram colhidos individualmente e transcritos de forma a orientar a pesquisa para a categorização.

A pesquisa desenvolveu-se assim, para a análise de casos concretos, em sua particularidade local e temporal, através das expressões e atividades dos operadores de bolsa, em seus contextos locais. Para a coleta de dados, foram entrevistados operadores de bolsa de valores, que usualmente participam do mercado de capitais, não apenas exercendo a atividade de intermediação, mas também como integrantes do sistema, atuando como compradores e vendedores de títulos para sua carteira própria. O que determinou a seleção da atividade dos operadores de bolsa para estudo foi a sua relevância para esta pesquisa e não a sua representatividade. Em termos de representatividade para o mercado de capitais poderíamos pensar nos investidores institucionais, nos estrangeiros e nas pessoas físicas que investem grande volume de dinheiro e existem em maior quantidade em relação aos operadores de bolsa. Aqueles detêm o maior poder de ação, movimentando os maiores volumes de recursos no mercado, e de alguma forma pretendem ditar o seu comportamento. Cabe ressaltar, entretanto, que os investidores, no sentido específico do termo, em regra, não possuem uma relação de trabalho com o mercado de capitais. Por outro lado, os operadores de bolsa são aqueles que sofrem as pressões do dia-a-dia em função das oscilações do mercado, da demanda dos investidores e de seu desejo de enriquecimento. Como veremos posteriormente, na análise das categorias, é comum estes profissionais iniciarem suas carreiras no mercado de capitais, movidos principalmente pela possibilidade de ganhar dinheiro.

Em se tratando de pesquisa qualitativa, o acesso ao campo de estudo e aos dados a serem coletados é uma questão complexa e que exige bastante das pessoas envolvidas. Este fator foi decisivo em relação ao número de pessoas que participaram da pesquisa. Foram contatados 30 operadores, sendo que apenas 4 disponibilizaram-se para participar da pesquisa. Houve um grande esforço para que houvesse um número maior de participantes, mas estes declinaram, alegando, em sua maioria, falta de tempo. Houve inclusive uma participação efetiva e intensa da orientadora da pesquisa, revendo e interpelando pessoas de seu contato, com vivência no mercado de capitais, na expectativa de conseguir outros

participantes; mas, infelizmente, no sentido prático, a ação foi infrutífera, visto que a experiência resultou ser a mesma já experimentada anteriormente. Entretanto, a alegação de falta de tempo para participar da pesquisa não é um dado aleatório ao tema da pesquisa. Oportunamente, discutiremos sobre este aspecto. Por outro lado, o número de pessoas que deve participar de uma pesquisa qualitativa ainda é um procedimento em aberto e em fase de construção mais objetiva. Em regra geral, opta-se não pelo número de entrevistados-participantes, visto que a quantidade de entrevistas pode ocasionar uma superficialidade e não é esse o resultado que se pretende com uma pesquisa qualitativa. Ao contrário, pretende-se uma análise interpretativa que leve em consideração muito mais a profundidade da análise. Ainda que a intenção tenha sido obter um número maior de participantes, entendemos que o número pequeno de entrevistados não prejudicou a pesquisa. Como veremos, há uma convergência de dados nos discursos analisados. Desta forma, o fenômeno da saturação já se encontrava presente com as entrevistas realizadas. Aumentar o número de entrevistados, ao final, serviria apenas para reforçar a saturação já presente na pesquisa realizada.

Excluído:

As entrevistas se deram, segundo solicitação dos participantes, em seus ambientes de trabalho. A entrevista com o participante “A” ocorreu, na parte da manhã, antes da abertura do pregão, de acordo com o horário por ele definido. O entrevistado teve uma postura de cooperação, respondendo a todas as questões levantadas de forma bem participativa. Entretanto, quando faltava em torno de 20 minutos para a abertura do pregão, o entrevistado começou a demonstrar sinais de ansiedade por estar ali, indicando que precisava encerrar a entrevista. As demais entrevistas ocorreram, por solicitação dos entrevistados, na parte da tarde, durante o transcorrer do pregão. O nível de cooperação foi bem menor que o primeiro. As respostas eram muitas vezes lacônicas, precisando que fossem muito mais incitados a participar. Não era raro que os participantes interrompessem a entrevista para executar algum tipo de atividade, assim como tentar ao máximo acelerá-la.

3.1.2 – Critérios para análise dos dados coletados

As entrevistas individuais, depois de serem gravadas, foram transcritas. Após a análise do conteúdo verbal e não-verbal, as entrevistas foram categorizadas em suas partes.

As categorias consideradas mais importantes foram objeto de análise mais apurada e é apresentada no item "3.4".

Ainda que de forma alguma haja a pretensão de estabelecer qualquer caráter longitudinal na pesquisa, importantes observações foram coletadas na pesquisa bibliográfica, notadamente aquelas referentes ao final do século XIX e meados do século XX. Estas observações serviram de base para avaliarmos as possíveis rupturas e continuidades do segmento bursátil, ao longo do tempo.

As entrevistas foram transcritas com a utilização das convenções abaixo, a fim de orientar a construção das categorias e a análise interpretativa dos textos.

Quadro de Convenções para a transcrição

Símbolo	Significado
	Sobreposição de fala: ponto exato no qual o entrevistado fala enquanto o entrevistador está falando
(0,2)	Tempo aproximado das pausas que o entrevistado fez em seu discurso
...	Ampliações do som das palavras enunciadas
<u>Palavra</u>	O sublinhado demonstra realce ou ênfase
Pa-la-vra	O hífen indica a interrupção da palavra/som
<i>palavra</i>	O itálico indica a aceleração no discurso
PALAVRA	As letras maiúsculas indicam aumento da amplitude
↓	A seta para baixo indica diminuição de amplitude
Palavra'	O apóstrofo indica quebra de som da palavra
(palavra)	Os parênteses delimitam uma transcrição incerta, encerrando um palpite do transcritor
[palavra]	Categorias ou sub-categorias

3.1.3 – Implicações do autor com a pesquisa

Iniciei minhas atividades profissionais no mercado financeiro no final da década de 1970, aos 19 anos de idade. Exerci minhas atividades profissionais em empresas de *leasing*, distribuidora de títulos e valores mobiliários, corretoras de títulos e valores mobiliários, bancos de investimentos e bancos comerciais. Todas as empresas nas quais trabalhei tinham em comum uma intensa atividade voltada para o mercado de capitais e,

notadamente, o segmento da bolsa de valores.

As décadas de 1980 e 1990 implicaram em períodos extremamente complexos para economia nacional e especialmente para o mercado de capitais. E essa complexidade se sobrepunha a todos os setores da empresa, não apenas para a mesa de operações. Todos os funcionários viviam a ambiência do mercado, independente de sua função. No período em que trabalhei no mercado de capitais, minha função era mais estratégica e de avaliação de risco, não tendo trabalhado diretamente na mesa de operações. Neste sentido, a remuneração básica recebida não estava atrelada às operações realizadas. O maior componente do salário, diferentemente do pessoal da área de operação, era fixo, cabendo um percentual sobre os resultados globais da empresa.

No que tange a operações específicas em bolsa de valores, mantive duas posturas distintas: (i) adquiria ações, preferencialmente, de *underwriting*¹⁰ e de empresas em que o departamento técnico ou a mesa de operações da instituição em que trabalhava detinha informações importantes sobre a perspectiva de preços. Nestes casos, a expectativa era de lucros no menor espaço de tempo possível. Quando as ações atingiam patamares que se considerava adequados, próximos às máximas de preço esperadas, eram vendidas. Neste caso, o risco era menor, sendo destinado para essas operações cerca de 30% do patrimônio pessoal; e (ii) comprava ações de empresas concordatárias¹¹. Nas operações com empresas concordatárias o risco era maior e o prazo de maturação do investimento também. Neste caso, a oscilação das ações dependia efetivamente da capacidade que a empresa desenvolvia de fazer caixa e saldar suas dívidas. Como não tinham seus passivos¹² corrigidos e a inflação era alta na época, as empresas concordatárias eram, em muitos casos, uma boa opção de investimento, apesar de ser considerado um mercado bem menos nobre. Por outro lado, quando a empresa não conseguia saldar seus compromissos, perdia-se todo o capital aplicado. A ação virava pó, como se dizia no mercado, pó¹³. Nestas ações, eram aplicadas em torno de 10% do patrimônio pessoal. Por serem, como dissemos, ações de empresas concordatárias, seus valores eram mais baixos do que da maioria das outras ações, permitindo, assim, a aplicação de um menor volume de recursos, com a

¹⁰ Operação de subscrição de ações fora da Bolsa de Valores que permitiam, na ocasião lucros reais superiores a 50% do capital investido em períodos de tempo inferiores a 30 dias, quando os papéis passavam a ser negociados em nas Bolsas de Valores.

¹¹ Empresas com dificuldades financeiras, que tinham sua moratória devendo pagar suas dívidas no prazo máximo de dois anos, sem correção monetária, sob pena de ser decretada sua falência.

¹² Grupo de contas contábeis que representam as dívidas e obrigações de uma empresa.

¹³ Uma ação virava pó, neste caso, quando a empresa falia. Era uma alusão a descrição bíblica da criação do homem e sua morte: “do pó fostes formados e ao pó voltarás”.

possibilidade de um maior potencial de ganhos. As operações próprias eram sempre realizadas no mercado à vista, uma vez que sempre foi um mercado bem menos especulativo do que os mercados a termo, futuro e de opções.

As operações em bolsa eram sempre rodeadas de muita expectativa e emoção. A experiência se aproximava, de fato, a excitante experiência de um jogo, só que não de um jogo qualquer. Era a experiência de um jogo rápido, com múltiplas variações e resultado completamente incerto. Quando se compra uma ação, sempre se espera estar comprando por um bom preço. Bom preço de compra, neste caso, não é o valor real do ativo, mas aquele que, atingindo-se a expectativa do preço de venda, permitiria um bom retorno financeiro. Bom preço, então, é o menor preço possível. Ocorre que, em muitos casos, após a compra, mesmo que inicialmente se considerasse que o preço de compra era adequado, a ação caía. Começava uma das pontas do dilema, e as alternativas eram: (i) comprar mais para diluir o preço de compra e caso o papel subisse aos patamares antes previstos, vendê-los com uma lucratividade ainda maior, (ii) manter a posição intacta, para não correr maiores riscos naquela posição, e (iii) vender as ações, por considerar que, por algum motivo, a estratégia falhou, e não sair da posição naquele momento representará maiores prejuízos futuros, visto que a bolsa, ou aquele papel específico, passou a ter uma tendência de baixa.

Por outro lado, bom preço para a venda é o maior preço possível e o lucro só se realiza efetivamente, no mercado à vista, quando as ações são vendidas. Para além disso, é lucro apenas potencial, que pode tornar-se real ou não. Aqui temos a segunda ponta do dilema: (i) o preço estampado naquele momento é o preço máximo possível e neste caso vale a pena vender; (ii) o preço subirá mais e, como conseqüência, vale a pena aguardar, e (iii) o preço vai cair rapidamente e deve-se vender agora e observar a descida do preço, para novamente comprar a um preço baixo e, assim, manter-se a lucratividade.

Naquela ocasião, assim como hoje, vários fatores concorriam para a oscilação dos preços das ações, entre eles: (i) a procura e a oferta, (ii) os dados específicos da empresa cuja ação era negociada, (iii) as diretrizes da política econômica, que naquela época andava à deriva e, como tal, a qualquer momento mudava de rumo, e, por último, (iv) as altas taxas de inflação e juros experimentados. Na ocasião, as bolsas brasileiras eram menos afetadas pela política internacional, mas, por outro lado, a alta inflação e a política econômica eram fontes constantes de potenciais prejuízos.

Há de se notar que, mesmo que todo este exercício se desse com a ação de apenas

uma empresa, já seria complexo. Ocorre que, na verdade, o procedimento se repetia com várias ações. Uma das importantes estratégias de investimentos é não concentrar a aplicação de recursos em ação de uma só empresa, já que se, porventura, aquela ação for mal, todos os recursos ficariam comprometidos. Desta forma, este acompanhamento alucinado dava conta de uma carteira composta por dez a vinte ações diferentes. Extrapolando minha experiência, e pensando no acompanhamento exercido pelos operadores de bolsa, as carteiras de ações variavam entre vinte a quarenta ações diferentes, nos mercados à vista, termo, futuro e de opções, cujos preços eram também diferentes nas diversas bolsas do país. Vale ressaltar que os operadores acompanhavam não só as posições próprias, mas também as de seus diversos clientes. Independente disso, qualquer ação, mesmo aquela que não se tinha no momento, poderia revelar-se, a qualquer instante, uma excelente opção de investimento.

Há no dinheiro, por si só, uma fascinação e, a bolsa trazia a possibilidade de multiplicar o dinheiro a índices inimagináveis, adicionando ainda uma gama variada de emoções. Parece-me que, inicialmente, a fascinação das operações em bolsa se dá, principalmente, em função da possibilidade de ganho e seus desdobramentos enquanto poder de compra e, como consequência, de sedução. No mercado circula muito dinheiro e o próprio volume de recursos que gira faz com que a subjetividade seja afetada por essas cifras. Os números são elevados e, por conseguinte, há todo um excesso que se estabelece. O dinheiro também remete a um imaginário de poder, onipotência, ampliação da vida e de suas possibilidades. A fascinação também se estabelece, de forma secundária, porém não menos importante, pelos mecanismos do próprio mercado. Podemos pensá-lo através da metáfora de um mar bravio que chama os operadores e investidores para surfá-lo. As ondas são grandes, não domadas e traiçoeiras, vencê-las leva ao topo, leva a ficar por cima, leva à glória. Não vencê-las provoca a asfixia, o afogamento, mas o mar convida os operadores e investidores, mostrando quase sempre seu lado misterioso e desafiador. As emoções parecem ser decorrentes de sua dinâmica de montanha russa, com seus altos e baixos, segurança e insegurança, certeza e incerteza, alegria e medo. Isto a todo instante, intensificado não só pelo tempo, como também pela quantidade de ações diferentes, que oscilam de forma diferente, e alimentado pelos diversos tipos de mercados possíveis, assim como por toda a conjuntura político-econômica que cerca a bolsa.

Em minha experiência com o mercado financeiro, não houve aplicação de recursos em bolsa superiores a 50% do patrimônio pessoal. Entretanto, eu vivenciava diuturnamente

o elevado grau de alavancagem das empresas nas quais trabalhava, que girava em torno de vinte vezes de seu patrimônio. Isto significa dizer que, caso todos os ativos da empresa desvalorizassem apenas 5% em um dia, ainda naquele mesmo dia a empresa quebraria, perdendo toda a capacidade de honrar seus compromissos, inclusive os compromissos com os funcionários. Além disso, havia as operações de investidores, como o ainda conhecido Naji Nahas e outros de menor expressão, mas que caso não honrassem seus compromissos produziriam uma quebradeira generalizada, como de fato ocorreu. Acontece que as empresas do mercado financeiro eram, em última análise, os garantidores finais dos clientes, de forma que, caso um destes não honrasse seu compromisso, a empresa era obrigada a fazê-lo. Em função destes aspectos, cada dia poderia reservar uma surpresa catastrófica, que comprometeria seriamente as expectativas de emprego e salário, e seus desdobramentos.

Durante meus vários anos de exercício profissional, vivenciei vários *booms* e vários *crashes* nas bolsas de valores. Estive presente no mercado de capitais quando o país vivia uma expectativa inflacionária avassaladora e, por esta razão, a equipe econômica do governo editava constantes planos econômicos, na tentativa de conter a inflação e equilibrar a economia nacional.

Dentre os Planos econômicos editados no Brasil nesta época, conforme pode ser observado no Anexo II, dois merecem destaque. O primeiro foi o Plano Cruzado I, editado pelo então presidente José Sarney, que modificou o nome da moeda para cruzado e congelou o preço dos produtos e serviços, promovendo a desindexação da economia. O curioso do Plano Cruzado I foi o comportamento desempenhado, principalmente, pelos agropecuaristas e consumidores. Em função do congelamento de preços estabelecido, os agropecuaristas retiraram o gado de corte do pasto, promovendo na ocasião uma crise de abastecimento. O governo não tinha, então, condições de importar produto de qualidade para tentar contrabalançar a demanda interna. Como consequência do aumento desenfreado da procura, a carne começou a ser vendida com ágio cada vez mais elevado. Os consumidores pagavam o ágio e a compravam de forma clandestina, na medida em que a venda fora dos preços de tabela era proibida pelo governo. Desta forma, aquilo que poderíamos chamar de uma variável não econômica, a disposição dos consumidores de pagar ágio e burlar a proibição do governo fez ruir os pilares de um plano econômico que poderia ser tecnicamente considerado bom.

O segundo foi o Plano Collor I. Este pela crise sistêmica que produziu no mercado

financeiro. Naquela época houve o bloqueio de contas correntes e aplicações financeiras, sendo contempladas, inclusive, as cadernetas de poupança, o que foi considerado um confisco imposto pelo governo. O Plano Collor I desencadeou uma grande crise de liquidez. Destacou-se a criatividade dos profissionais do mercado que, desenvolveram estratégias operacionais para negociar e liberar os recursos bloqueados. Por ocasião da edição do Plano Collor I, muitas pessoas ligadas ao mercado foram ao desespero e algumas acabaram cometendo suicídio.

No ano de 1997, deixei de exercer definitivamente minhas funções diretamente no mercado de capitais, iniciando minha carreira de consultor externo. Minha saída do mercado se deu em duas etapas, a primeira em 1994, após decretação do plano Real, com a conseqüente extinção da correção monetária. Naquela época, foi necessário que as instituições do mercado se adaptassem aos novos patamares de patrimônio líquido, fato que já vinha trazendo problemas para muitas empresas desde a década de 1990, se intensificando na ocasião. Em particular na empresa que trabalhava à época, como Diretor Executivo Estatutário, havia desde o início da década de 1990, com o Plano Collor I, a necessidade contínua e estressante de manter os níveis mínimos de recursos determinados pelo BCB, meta que era conseguida a duras penas e ao custo de muita criatividade, tendo em vista que a empresa estava à beira da liquidação. O fato de ser Diretor Executivo Estatutário trazia uma questão adicional, que estava relacionada ao fato de que, se a empresa fosse liquidada pelo BCB, todo o meu patrimônio pessoal seria sumariamente bloqueado, independente de culpa ou dolo. Além disso, em decorrência da crise de liquidez, houve a necessidade de uma reestruturação severa na área de pessoal, com a finalidade de reduzir custos. Na ocasião, entrei em choque com a Presidência da empresa dado que eu pretendia criar um misto de pessoas a serem demitidas. Em cada setor ficaria uma pessoa indispensável para a empresa pelos seus conhecimentos, sendo as demais vagas de cada setor preenchidas segundo uma ordem estabelecida pela necessidade pessoal e pela possibilidade futura de cada funcionário. Obviamente, segundo os ditames do máximo de produtividade engendrado pelo capitalismo, a Presidência queria que permanecessem os melhores, independente da necessidade pessoal de cada um. Dois anos e meio após minha saída, a empresa em que trabalhava veio, confirmando minhas expectativas de então, a ser liquidada pelo BCB. Em um período de tempo não muito distante do meu pedido de exoneração, amanheci um dia em um estado tão elevado de tensão que todo meu corpo estava como que enrijecido. No final do mesmo ano de 1994,

entrei em outra empresa do mercado de capitais, não mais como Diretor Estatutário - para não correr riscos desnecessários - com o fim de reestruturá-la para incremento de sua lucratividade e patrimônio, o qual se encontrava em limites inferiores aos necessários. Após a conclusão de meu trabalho, em meados de 1997, pedi demissão da empresa, saindo definitivamente do mercado de capitais.

Posteriormente, ao sair do mercado de capitais, cursei psicologia. Contudo, desde 1997 até os dias de hoje, presto serviços de consultoria administrativa e financeira. Os meus principais clientes são pessoas físicas e jurídicas ligadas, direta ou indiretamente, ao mercado financeiro e de capitais. Atualmente, minha principal atividade é a reestruturação financeira e societária em empresas que pretendem abrir seu capital e ter seus títulos negociados em bolsa de valores.

Em meu período de exercício de atividades no mercado de capitais três aspectos sempre me chamaram a atenção: o dinamismo, a potência e a absorção das pessoas pelas atividades concernentes ao mercado. Todos os três são, em minha opinião, traços característicos do mercado de capitais. O dinamismo se estabelece em todas as etapas das operações. Antes da abertura do pregão, a avaliação do cenário econômico e dos possíveis impactos no mercado, durante o pregão, o acompanhamento das cotações e tendência dos principais papéis. O dinamismo estava intimamente atrelado à velocidade, em todos os setores da empresa. Havia uma pressão advinda de todos os lados: do mercado, dos clientes, da direção da empresa e dos funcionários que fechavam as operações, em relação aos demais funcionários. A potência dizia respeito à possibilidade de ganhos e a engenhosidade presente no mercado financeiro. O volume de dinheiro que circulava nas empresas era bastante elevado. Uma das empresas em que trabalhei ganhava por dia, só com corretagens de operações em bolsa, em torno de 800 mil reais. O dinheiro era o sonho de toda possibilidade. Com ele era possível comprar tudo o que se queria; apartamentos luxuosos para morar e casas cinematográficas para o fim de semana; os melhores carros, os melhores médicos, os melhores hospitais. A empresa era envolvida numa aura de luxo e exagero. A vida parecia se expandir na dimensão das possibilidades financeiras de cada um. A engenhosidade estava na estruturação das operações; nas engenharias financeiras; nas reestruturações societárias; na abertura de capital e no desenvolvimento de produtos. Todo o dinamismo e velocidade, potência e engenhosidade presentes no mercado absorvia as pessoas, que se entregavam integralmente àquela roda viva, em que o valor financeiro parecia ter uma preponderância incontestável.

Durante os anos de vivência no mercado de capitais, minha relação com a família sempre foi bastante conturbada. Por minha distância física, promovida pelo excesso de afazeres, estresse, viagens e pelas constantes “esticadas” após o trabalho, comuns ao pessoal do mercado, sob pretexto de se aliviar as tensões do dia-a-dia.

Minha experiência pessoal no mercado de capitais, assim como o próprio método escolhido, aponta para a não neutralidade do pesquisador na análise dos dados coletados. Deve-se esperar, desta forma, uma interação subjetiva do autor da pesquisa tanto nas entrevistas que deram base à coleta dos dados, como em sua análise e na construção da presente pesquisa.

3.1.4 – Eixos de Investigação

Através da entrevista semi-estruturada, pretendeu-se investigar as seguintes temáticas:

→ Atividade profissional

- Função
- Tempo de trabalho
- Iniciação no mercado
- Cotidiano profissional
- Requisitos para a profissão

→ Ambiência profissional

- Inovações tecnológicas
- Relacionamento com colegas de trabalho

→ Momentos especiais da atividade

Maior satisfação

Maior preocupação

Experiência de ganho

Experiência de perda

Reações face às perdas

→ Importância da atividade

Para a sociedade

Para a família e pessoal

Significado do mercado

→ Perspectivas Pessoais

Alvos e metas

Perspectivas em relação ao mercado

Projeto de aposentadoria ou paralisação de atividade

→ Atividades extra-profissionais

Cotidiano pós trabalho

Relação família/trabalho

Relação com amigos

Noções de saúde

Internet, jornais e TV.

3.2 – Participantes das Pesquisas

Nesta parte, apresentamos um breve contexto e síntese das entrevistas realizadas. Os participantes estão identificados por letras a fim de que se mantenha o sigilo necessário de suas identidades.

3.2.1 - Participante "A"

O participante "A" tem 27 anos de idade, é solteiro e exerce a atividade de agente autônomo de investimento e operador de mega bolsa. Considera necessário e facilitador exercer as duas atividades simultaneamente. Desenvolve suas atividades, no mercado, há 6 anos e possui formação superior incompleta em economia. Sua motivação para entrar no mercado de capitais foi financeira e, na medida em que começou a comprar e vender, foi gostando da atividade. Relata que sua rotina profissional não é igual todos os dias, visto que cada dia contém um fato novo. Começa suas atividades buscando informações, fatos novos e relevantes através da leitura de informativos e troca de idéias com seus colegas e outras pessoas do mercado. Ao iniciar o pregão, atende os clientes e fica "naquela correria". Vê as inovações tecnológicas do mercado com receio, acredita que, daqui a algum tempo, a máquina vai substituir o homem por completo no mercado. O participante "A" opera por conta própria. Sua maior satisfação é ter uma rentabilidade com a carteira do cliente e atendê-lo bem, além de ganhar dinheiro nas operações que faz para si mesmo.

A maior preocupação na atividade que exerce é cometer algum erro na operação. Considera que os valores importantes para se trabalhar no mercado são: (i) educação, (ii) bom relacionamento, (iii) não ser tímido, (iv) ética, e (v) profissionalismo. Atribui importância ao mercado de capitais para a sociedade em função da: (i) possibilidade de crescimento do mercado, (ii) possibilidade de poupança para as pessoas, e (iii) possibilidade de as empresas captarem recursos com um risco e taxa menores. Para a família, considera que a importância do mercado é apenas financeira. Já vivenciou os momentos de alta e de queda no mercado. Em ocasião de baixa, relata que a sensação é de frio na barriga, uma sensação de perda instantânea. Em ocasião de alta, diz que é uma satisfação enorme, “enche o peito para falar”, procura o cliente. Em caso de perda

financeira de seus clientes, tenta incentivá-los a comprar mais, buscando os fundamentos do papel¹⁴. Em se tratando de perdas com papéis de sua carteira própria, diz que sua atuação é zerar - vender os papéis com prejuízo –, “jogar a bola para frente e esquecer”. Seu cotidiano após o trabalho é leitura, praia e prática de esporte. Busca o lazer para relaxar, porque considera que, apesar de ser apaixonado pelo mercado, ele é estressante. Considera que seus três principais sonhos são: (i) estudar, (ii) criar uma independência financeira, e (iii) ter uma família. Perguntado sobre o que não gostaria que acontecesse, disse que era o mercado acabar. Não gostaria que seus filhos, caso os tivesse, trabalhassem no mercado, principalmente se fosse filha. Relaciona saúde com ter energia e vontade para trabalhar, ter um bom astral e não ter uma doença que impeça de trabalhar e praticar esportes. Considera que o mercado afeta as relações com a família, principalmente por causa do estresse e das perdas financeiras. Atraiu o significado do mercado ao ataque às “Torres Gêmeas”. Para ele um bom profissional é aquele que sabe interpretar as notícias e está sempre por dentro não só do que está acontecendo, como também do que vai acontecer. Sua perspectiva em relação ao trabalho no mercado é financeira, e seu projeto para o futuro é sua independência financeira. Considera que se leva muito do mercado para a vida pessoal, acha que a pessoa fica mais esperta, negocia melhor, tem mais lábia, fala rápido, imprime um “ritmo de correria”.

3.2.2 – Participante “B”

O participante "B" tem 64 anos de idade, é casado e exerce a atividade de agente autônomo de investimento e operador de mega bolsa. Desenvolve suas atividades no mercado há 38 anos, e possui formação superior completa em direito. Sua motivação para entrar no mercado de capitais foi financeira. Considera que existem três formas de se ficar rico: (i) casar com uma mulher rica, (ii) ganhar na loteria, e (iii) trabalhar no mercado de capitais. Diz que sua atividade é lidar com as pessoas e com dinheiro. Vê as inovações tecnológicas do mercado como de primeira linha e de primeiro mundo, considerando que elas são necessárias, porque permitem que se tenha acesso ao mercado sem sair de casa. O

¹⁴ Os fundamentos do papel referem-se à análise da empresa, da conjuntura econômica no momento e do mercado de um determinado papel, na expectativa de uma avaliação de seu valor de mercado e perspectivas de alta ou baixa

participante "B" opera por conta própria. Sua maior satisfação na atividade que exerce é ver todo mundo ganhar dinheiro. A maior preocupação é com a ignorância dos investidores. Considera que para se trabalhar no mercado de capitais se faz necessário ter formação de e para o mercado. Atribui importância ao mercado de capitais para a sociedade em função de seu dinamismo e por ele, hoje, ser tudo, tudo deriva do mercado. Para a família considera que a importância do mercado é financeira, por ser onde o dinheiro circula. Já vivenciou os momentos de alta e de queda no mercado. Em ocasião de alta, diz que a sensação é de plena satisfação, é ter acertado no papel certo. Em ocasião de baixa, relata que a sensação é um tipo de depressão por não ter sabido comprar. Em caso de perda financeira, procura identificar o motivo pelo qual o papel caiu; se não houve motivo, compra mais, se houve motivo, vê se vale a pena vender. Após o trabalho encontra lazer em cinema, teatro e jantares. Considera que não tem mais sonhos, que está satisfeito e que já ganhou o que queria. Perguntado sobre o que não gostaria que acontecesse, disse que era o mercado acabar, porque o seu “café da manhã, almoço e janta é o mercado”. Gostaria que seus filhos trabalhassem no mercado. Relaciona ter saúde com viver na plenitude sem que nada violente a pessoa. Já foi vítima de enfarte. Considera que o mercado de capitais afeta as relações com a família e o cotidiano, principalmente por causa do estresse e das perdas financeiras. Afirma que o mercado conduziu sua vida até o momento em que teve um enfarte; depois do enfarte, acha que o mercado não conduz mais. Atraiu o significado do mercado a um distribuidor. Para ele, “o mercado distribui para todos os que participam nas empresas”. Diz que o mercado é o mundo. Para ele, um bom profissional é aquele que está sempre se atualizando acerca das novas medidas, regras e resoluções. Sua perspectiva em relação ao seu trabalho no mercado de capitais é o crescimento do país.

3.2.3 - Participante "C"

O participante "C" tem 52 anos de idade, é casado e exerce a atividade de agente autônomo de investimento e operador de mega bolsa. Desenvolve suas atividades no mercado, há 31 anos, e possui formação superior completa em economia. Sua motivação para entrar no mercado está relacionada ao fato de seu pai ser do mercado, quando ele entrou, e também pelo dinheiro. Considera que os jovens, hoje, buscam o mercado só em

função de dinheiro. Relata que sua rotina profissional é primeiramente buscar informações, fazer a leitura dos fatos e procurar saber as novidades do dia. O dia-a-dia consiste em comprar e vender, ver subir e ver cair, mas diz que “n” fatores movem o mercado, porque não há um dia igual ao outro, e as coisas são decididas na hora. Vê as inovações tecnológicas do mercado como excelentes, na medida em que deram transparência ao mercado e permitiram que todos os compradores e vendedores de ações, independente de seus capitais aplicados ou da localidade em que se encontram, passassem a ver iguais uns aos outros. O participante "C" opera por conta própria. Sua maior satisfação na atividade que exerce é ganhar dinheiro. A maior preocupação é a ação dos conglomerados de permitir operações com menores custos, o que faz com que as instituições menores percam seus clientes, além dos jovens que entram no mercado trazendo uma formação cada vez melhor. Considera que os valores importantes para se trabalhar no mercado são: (i) a formação, e (ii) bom relacionamento. Entende que o mercado de capitais é importante para a sociedade por ser o espelho da economia. Para ele, o mercado reflete a situação global do país. Se o país está bem, o mercado reage subindo, se está mal, o mercado reage caindo. Para a família, considera que o mercado tem 100% de importância. Até os humores são reflexos do mercado. Já vivenciou os momentos de alta e de queda. Em ocasião de baixa, relata que a sensação é de “rir amarelo”, tenta se convencer de que existem coisas mais importantes na vida. Tenta não se afetar. “Aqui tem um ditado que diz que o menor prejuízo é sempre o primeiro. Em caso de alta é céu azul de brigadeiro”. Em caso de perda financeira de seus clientes, “corre junto o páreo, sofre junto”. Disse que, após o trabalho, dedica-se ao lazer, mas não relatou a que tipo se referia. Seu principal sonho é a independência financeira. Perguntado sobre o que não gostaria que acontecesse, disse que era o mercado acabar. Não gostaria que seus filhos trabalhassem no mercado, como primeira opção. Relaciona saúde com ter alegria de viver e dar valor a coisas simples. Considera que o mercado afeta as relações com a família, principalmente, por causa do estresse e pelo fato de que não ter ganhado ou ter perdido afeta a vida e as relações para o bem e para o mal. Atraiu o significado do mercado ao de um catalisador de energia. Para ele, um bom profissional é aquele que tem formação e busca informação. Sua perspectiva em relação ao seu trabalho no mercado é o crescimento financeiro do país, e seu projeto para o futuro é sua independência financeira. O participante “C” considera que se leva do mercado, para a vida pessoal, as variações do humor e o estresse.

3.2.4 - Participante "D"

O participante "D" tem 63 anos de idade, é casado e exerce a atividade de agente autônomo de investimento. Desenvolve suas atividades no mercado há 40 anos e possui formação superior completa em economia. Suas motivações para entrar no mercado de capitais foram a possibilidade de ganhos financeiros e a dinâmica do mercado. Relata que sua rotina profissional é fazer entrevistas, análises e acompanhamento de clientes. Considera que as inovações tecnológicas do mercado são extremamente válidas e positivas. O participante "D" opera por conta própria. Sua maior satisfação na atividade que exerce é ver suas indicações e análises serem correspondidas. Considera que os valores importantes para se trabalhar no mercado são: (i) bom relacionamento, e (ii) formação técnica. Atribui importância ao mercado de capitais por ser ele a base da sociedade e por permitir a participação de todos nas mesmas condições de igualdade. Já vivenciou os momentos de alta e de queda. Sua reação é observar e buscar se tem fundamento para a alta ou para baixa. Seu cotidiano, após o trabalho, consiste em leitura, filmes e música. Perguntado sobre o que não gostaria que acontecesse disse que era o mercado acabar. Gostaria que seus filhos trabalhassem no mercado. Relaciona saúde com ter bem-estar. Considera que o mercado afeta suas relações com a família e seu cotidiano, pois ficava sempre na expectativa de alguma notícia, algum fato, ou algo relevante. Para ele, um bom profissional é aquele que está sempre presente, está sempre estudando e buscando informações relevantes. Sua perspectiva em relação ao mercado é todos estarem participando. Para ele, a bolsa de valores é o lugar onde se pode ficar rico honestamente. Em termos pessoais, espera conseguir sobreviver ao dia-a-dia do mercado de capitais até os 70 anos.

3.3 – Análise das entrevistas

O quadro a seguir pretende apresentar, de forma sucinta, o discurso dos profissionais entrevistados. A divisão dos profissionais por faixa etária de até trinta e cinco anos e após trinta e cinco anos deu-se em função da noção existente de que até os trinta e cinco anos as pessoas se encaixam na classe dos que são mais suscetíveis às idéias de enriquecimento rápido. Nesta faixa, as pessoas mostram um interesse maior em especular, na tentativa de ascender mais depressa na escala social. A partir dos trinta e cinco anos, as pessoas tendem a assumir posições mais cautelosas e conservadoras (Bazin, op. cit.).

Quando se foi a campo, na tentativa de conseguir participantes para realização das entrevistas, não se objetivou distinção de idade ou de qualquer outro tipo. Do grupo de pessoas entrevistadas, apenas uma situa-se na faixa de até 35 anos. Entretanto, com a análise dos discursos e aspectos da metalinguagem, podemos perceber que a estrutura de pensamento em relação ao mercado e o conseqüente discurso do participante com até 35 anos de idade aproxima-se bastante daquele que sofreu revés em sua participação no mercado de capitais. Pode-se constatar, com bastante clareza, que a própria atenção dispensada e o tempo despendido na entrevista com esses entrevistados foi bem maior do que com os demais. Este aspecto nos leva a inferir que quanto maior o capital financeiro mais os entrevistados são levados a uma participação menos intensa na entrevista.

Quadro Comparativo Resumido de Algumas Respostas		
Questão:	Até 35 anos de idade	Mais de 35 anos de Idade
1. Motivação para entrar no mercado	Perspectiva de Ganhos Financeiros	Perspectiva de Ganhos Financeiros
2. Rotina de Trabalho	Obtenção de informações acompanhamento do mercado, atendimento a clientes e realização de operações.	Obtenção de informações acompanhamento do mercado, atendimento a clientes e realização de operações.
3. Mudanças tecnológicas	Olhar pessimista	Olhar otimista
4. Operação por conta própria	Sim	Sim
5. Maior satisfação na atividade	Ganhar dinheiro.	Ganhar dinheiro

6. Maior preocupação na atividade	Errar.	- Atingiu o alvo: A falta de conhecimento das pessoas, em geral, sobre o mercado de capitais. - Não atingiu o alvo: Medo da concorrência.
7. Valores importantes para a atividade	Bom relacionamento, brigar pelos interesses próprios e dos clientes, saber vender.	Formação de e para o mercado
8. Importância do mercado para a sociedade	Muito grande	O mercado é a sociedade, o mercado é tudo. É o lugar onde você pode ficar rico honestamente.
9. Importância do mercado para a família	Financeira	Financeira
10. Sensação na hora da perda	Frio ruim na barriga, perda instantânea.	Uma espécie de depressão, o riso amarelo. As pessoas são como que vacinadas para lidar com o prejuízo.
11. Sensação na hora do ganho	Enche o peito para falar, procura o cliente.	Plena satisfação.
12. Experiências com ganhos e perdas	Sim	Sim.
13. Recursos na hora da perda	Se for do cliente tentar recuperar o prejuízo; se for papel, próprio zerar (vender a posição), “bola pra frente”, esquecer.	Avaliar se é possível recuperar. Quando se trata de dinheiro, não existem artifícios.
14. Influência do mercado no cotidiano	Sim, leva-se muito do mercado.	O estresse e o humor variam de acordo com os ganhos e perdas. Expectativa de uma notícia, um fato novo, algo relevante.
15. Cotidiano pós-trabalho	Leitura e esporte para relaxar, o mercado é muito estressante.	Cinema, passeio, jantares e teatro. Um lazer amplo
16. Sonhos	Independência financeira	- Atingiu o alvo: viver bem - Não atingiu o alvo: independência financeira para poder parar de trabalhar.
17. Não gostaria que acontecesse	O ser humano não ser mais necessário e o mercado acabar.	O mercado acabar
18. Gostaria que um filho trabalhasse no mercado	Sim, mas preferiria que ele buscasse algo diferente.	- Atingiu o alvo: sim - Não atingiu o alvo: como 2ª opção.
19. Gostaria que uma filha trabalhasse no mercado	Não	- Atingiu o alvo: sim - Não atingiu o alvo: como 2ª opção
20. Noção de saúde	Ter energia para acordar, vontade de trabalhar, poder praticar esportes e relacionar-se bem com as pessoas.	Viver na sua plenitude, sem que nada o violente.
21. Problemas sérios de saúde	Não	Enfarte
22. Problemas do mercado em relação à família	Sim, estresse. Principalmente em momento de perda.	Sim

23. Problemas do mercado em relação a amigos	Não.	Não
24. Significado do mercado	Ajudou a construir o que tenho, vai ajudar a construir meu futuro.	O mercado é o mundo
25. Símbolo do mercado	O acidente com as torres gêmeas	Um catalisador
26. Um bom profissional	Sabe interpretar as notícias, está sempre por dentro do que está acontecendo.	É o que está sempre atualizado.
27. Perspectivas em relação ao trabalho	Abrir novos clientes e aumentar o patrimônio	O crescimento do país e do mercado.
28. Projeto para o futuro	Ter R\$ 3MM até os 45/50 anos.	- Atingiu o alvo: não tem projeto para o futuro - Não atingiu o alvo: Independência financeira, para parar de trabalhar.
29. Semelhanças e diferenças entre atividades do trabalho e extra-trabalho	Muito semelhante. Fica mais esperto, mais vendedor, fala rápido, imprimi um ritmo de correria por conta da profissão.	No início o ritmo do mercado conduzia a minha vida, depois do enfarte, infelizmente, mudou.

3.3.1 – Precarização do trabalho dos operadores

Uma característica atual da acumulação flexível é impor a precarização do trabalho. O neoliberalismo e o discurso da globalização afinam-se, buscando a política de abertura do mercado. O importante é a abertura, não importa se, para que isso ocorra, haja sacrifícios éticos ou injustiças sociais. As políticas neoliberais concebem um mercado que tem, em si mesmo, uma força reguladora por excelência. Sendo assim, preconizam que é imperioso, principalmente aos países emergentes, reduzirem ou, preferencialmente, eliminarem as barreiras protecionistas e a regulamentação das relações de trabalho. Conforme salienta Nardi (op. Cit.), as teses neoliberais apontam para três medidas principais a serem adotadas, que pretendem inserir no mercado internacional: (i) ruptura da estrutura sindical; (ii) submissão das políticas sociais às lógicas do mercado; e (iii) manutenção de uma determinada taxa de desemprego, que desencoraja as reivindicações trabalhistas e incentive a “saúdável” competição entre os trabalhadores.

Para Bauman (1998), a desregulamentação universal, a cegueira moral da competição do mercado e a liberdade concedida ao capital à custa de todas as outras liberdades, o despedaçamento das redes de segurança socialmente tecidas e

societariamente sustentadas, bem como, o repúdio a todas as razões não econômicas, deram um impulso novo e implacável ao processo de polarização que se estabelecia entre as estruturas legais do estado de bem-estar, os direitos de negociação dos sindicatos e da legislação trabalhista e o capital.

No que se refere à atividade dos operadores de bolsa, esta precarização pode ser observada em diversos pontos das entrevistas realizadas.

3.3.1.1 – Autonomia e precarização do trabalho

Todos os participantes da pesquisa são agentes autônomos de investimentos. Ainda que a expressão “autônomo” traga embutida uma idéia de liberdade na realização de suas atividades, isto não é o que acontece na prática. Na verdade, a autonomia traz mais benefícios para as corretoras de valores do que para os operadores, visto que aquelas deixam de ter obrigações trabalhistas e previdenciárias. Além disso, a autonomia permite às corretoras pagarem, aos operadores, apenas na relação direta ao que foi produzido, implicando, também, em redução dos custos. Este fato pode contribuir para que o operador lance mão, de forma mais incisiva, da realização de operações próprias no sentido de gerar mais recursos financeiros rapidamente.

A contratação dos operadores como autônomos de investimento leva a ter maiores custos e menos direitos no exercício da atividade de intermediário. Isto porque, na prática, o que as corretoras exigem para que sejam contratados é a abertura de uma empresa de agente autônomo de investimento, com registro na CVM, o que permite que a corretora deixe de ter os encargos trabalhistas sobre o pagamento do trabalho dos operadores. Observa-se que os operadores ficam também prejudicados por perderem o direito ao 13º salário e férias.

No sentido da realização dos negócios, sempre houve uma autonomia relativa dos operadores, principalmente quando operam por conta própria, porque, neste caso, são eles que decidem o que comprar e o que vender, quando comprar e quando vender. Nos casos de operações por conta própria, os limites estão diretamente ligados à capacidade dos operadores de liquidar suas operações e, se for o caso, assimilar possíveis prejuízos. Obviamente, são as operações por conta própria que os lança diante das incertezas e riscos do mercado; mas, por outro lado, possibilitam ganhar mais dinheiro. No caso de operações para clientes, existe um conjunto de regras e limites operacionais que são previamente

traçados pela CVM, pelo BCB e pelas corretoras, limites estes que devem ser obedecidos pelos operadores, sendo estes autônomos ou não.

As regras para a realização das operações sempre seguiram as normas estabelecidas pela CVM e Bolsa de Valores. A tela de entrada dos dados no computador é estandardizada, permitindo que apenas as operações digitadas naquele formato pré-estabelecido sejam aceitas.

No que tange à autonomia ligada à atividade de operador para clientes, trata-se de uma ficção. O operador, ainda que autônomo, no sentido de não ter vínculo empregatício, não pode operar senão na corretora em que esteja credenciado. Só é permitido, ao operador, estar credenciado em uma única corretora. Por outro lado, as grandes operações, em termos de volume, acontecem nos horários específicos do pregão. Não estar presente na instituição, acompanhando o mercado, nestes horários, pode significar a perda do *timing* de uma operação e, como consequência, a perda do cliente e de recursos financeiros deste ou pessoais. Os clientes não admitem não ser atendidos no momento em que querem. Isto se dá, principalmente, em função da volatilidade do preço das ações. Sendo assim, considerando que o pregão ocorre em horários estabelecidos, os operadores não têm liberdade de tempo.

3.3.1.2 – Atividades pré e pós pregão e precarização do trabalho

Além da necessidade de presença dos operadores nos horários definidos de pregão, podemos observar, de forma bem ampla, que a jornada de trabalho é bastante estendida. Os entrevistados indicam que iniciam bem cedo suas atividades, através de leituras, trocas de informações, interpretação das notícias e tendências para o mercado do dia. Precisam buscar as informações cujas origens são locais e globais. Estar atentos às notícias de ordem políticas e econômicas é fundamental no processo decisório sobre o que fazer no dia. Podem manter uma determinada posição de ações, comprar mais, vender e/ou comprar outros papéis que considerem mais rentáveis ou com menos probabilidade de baixa naquele momento. Experimentamos uma época em que as notícias borbulham, a todo instante e por todos os lados. Espera-se, assim, dos operadores, uma capacidade impar de sintetizar as informações, avaliar sua relevância e antecipar, adequadamente, seus impactos na economia, na bolsa de valores e em papéis específicos. A partir da globalização da economia e dos mercados, a gama de informações e sua complexidade tomaram contornos

ainda mais expressivos.

A globalização da economia e dos mercados vai interferir, também, nas atividades pós-pregão. Isto porque, em nossos dias, há sempre algum mercado funcionando, a qualquer hora em algum lugar do planeta, produzindo tendências mundiais em maior ou menor escala, dependendo da importância do país e dos acontecimentos. Os fatos políticos e econômicos que se refletem no mercado não têm hora para acontecer. Em qualquer momento do dia e em qualquer país do mundo, teme-se que ocorra um ataque terrorista, uma declaração de guerra, notícias sobre o desempenho econômico de um determinado país ou uma grande empresa, assim como as próprias oscilações das bolsas internacionais.

Sendo assim, podemos perceber que, se, por um lado, como disse o participante “C”, “os operadores não levam trabalho para casa”, por outro, podemos dizer que o trabalho não pára. O trabalho, aqui, toma um contorno extremamente diferenciado em sua materialidade. É um trabalho de pura intelectualidade e abstração. É um funcionamento quase que contínuo, movido na velocidade do mercado e alimentado pelas informações que borbulham de quase todo o lugar do planeta.

Toda esta ambiência do campo profissional faz com que o tempo de trabalho seja significativamente estendido, não só em sua intensidade, como também em sua dimensão. Provavelmente, este aspecto leva os operadores a terem um discurso bem afinado sobre a necessidade de lazer, marcadamente por razão do estresse produzido pelo trabalho, ainda que esse lazer possa ser interrompido a qualquer momento, em função de uma nova notícia que interfira significativamente no mercado.

Cabe realçar que, como a autonomia dos operadores pressupõe um comissionamento pelas operações realizadas, todo trabalho que não se reveste de um caráter prático, no sentido de uma operação de compra ou venda realizada, não é remunerado. Isto faz com que a extensão da jornada de trabalho legal seja considerada um não-trabalho no sentido de remuneração.

3.3.1.3 – Inovações tecnológicas e precarização do trabalho

A partir, principalmente, da década de 1990, como apontado no capítulo I deste trabalho, o mercado financeiro brasileiro e a bolsa de valores passaram por todo um processo de re-aparelhamento tecnológico e informacional. Uma das modificações que

podemos considerar mais notáveis deu-se com a implantação do sistema de operações, denominado mega bolsa, que permitiu que o pregão passasse a ser todo realizado eletronicamente, sem a necessidade da mediação humana no recinto do pregão para que as operações fossem realizadas. A implementação do mega bolsa levou a eliminação de ao menos dois degraus no processo de realização das operações em bolsa de valores: (i) a do auxiliar de pregão e (ii) a do operador de pregão. A partir de então, o operador de mega bolsa recebe a ordem de operação do cliente e ele mesmo a executa nos terminais computadorizados do mega bolsa, não sendo mais necessário transmiti-la para um terceiro. Antes da estruturação do mega bolsa, os negócios eram transmitidos pelos operadores de mesa aos auxiliares de pregão que, por sua vez, transmitiam ao operador de pregão, ou, em alguns casos, os operadores de mesa transmitiam as ordens diretamente aos operadores de pregão.

Além da redução expressiva do número de pessoas envolvidas em todo o processo de negociação, o participante “A”, por exemplo, relata o seu medo de que o trabalho humano seja totalmente substituído pela máquina, com o passar do tempo. A perspectiva de não poder exercer a sua atividade profissional produz medo, que é um tipo de sofrimento. Este sofrimento não pode ser facilmente apaziguado, visto que o passado aponta para a redução drástica dos profissionais envolvido nas operações, sem que, no presente, haja nada nem ninguém que possa ser responsabilizado pelo processo. Em relação ao futuro parece que este processo tem um grande caráter de irreversibilidade. Considerando que todos os participantes da pesquisa dizem que gostam do mercado, o sofrimento pode ser considerado ainda maior.

Além da precarização do trabalho, promovida pelos avanços tecnológicos, houve, no Brasil, a partir da década de 1990, uma retração do emprego na atividade financeira. Isto se deu em função da grande expansão dos conglomerados financeiros, em decorrência da flexibilização da legislação que permitiu tanto o acesso ilimitado das instituições financeiras internacionais, como também a liberação da necessidade de carta-patente para exploração de atividades financeiras no país. Bastava ter os recursos financeiros necessários e a capacidade técnica exigida pelo BCB para que se criasse uma nova instituição financeira. A concorrência que se estabeleceu, atrelada à estabilização econômica, notadamente, a partir de 1995, incrementou a fusão e incorporação de várias instituições. Isto, por fim, levou várias instituições financeiras e instituições auxiliares, tanto de pequeno e médio, como de grande porte, à liquidação.

3.3.2 – Imaginários dos operadores de bolsa

Os participantes “B”, “C” e “D”, sem exceção, exaltam a excelência e a necessidade das inovações tecnológicas do mercado. Conforme salienta o participante “B”, “elas são de primeiro mundo”. O participante “C” disse que: “aposta que dado à facilidade principalmente da internet os jovens serão no futuro uma fatia importante do mercado de capitais”. As mudanças tecnológicas, segundo o participante “C”, permitem a todos, igualmente, ver o que está acontecendo no mercado. Ele cita que: “a gente vê tudo na tela, quer dizer, todo mundo vê igual”. Ele afirma que, antes, os operadores de bolsa dependiam daquilo que o operador de pregão mostrava. Agora, “ele está vendo o que eu vejo, o que você está vendo, o que o rico está vendo, o que pobre está vendo” (grifo nosso). Parece-nos que há aqui um mito: todos verem igual e, como consequência, o rico ver igual ao pobre. Possivelmente, o capitalismo contemporâneo, mais do que nunca, apregoe isso e a bolsa de valores, como seu importante templo, busque cada vez mais mecanismos de aproximação. Na medida em que se todos podem ver igual, sem exceção, também todos, independente de condições prévias ou possibilidades de acesso, são responsáveis únicos, tanto de seus sucessos como de seus fracassos. Aprofundando este aspecto, poderíamos dizer que esse discurso atende bem ao neoliberalismo, em que o Estado, além de ver suas funções reduzidas, também deixa de ter suas responsabilidades constitucionais, tais como: a saúde, a educação e a habitação. Este imaginário - todos verem igual - pode ser um recurso utilizado pelos operadores para a realização de suas próprias operações no mercado, na medida em que, se todos vêem igual, o operador vê igual a todos, vê, inclusive, o que vêem os maiores do que ele, os mega-investidores. A par de todo o avanço tecnológico que permite uma rápida difusão de informações, ainda estamos longe de poder afirmar que, num sentido amplo, os pequenos investidores vêem igual aos grandes investidores. Na conjuntura atual, é impossível a todos ver igual. As lentes são diferentes em todos os sentidos, os acessos não são iguais e as informações são divergentes. Pode-se até ver igual, mas o que será determinante é a diferença de recursos para se interpretar os dados apresentados e agir sobre eles. Quando muito, este imaginário aponta para uma utopia do mercado. Em linha próxima de raciocínio, o participante “D” considera que o mercado “traz uma forma de você participar a qualquer nível da sociedade, o pequeno o médio ou o grande investidor, hoje, têm condição de participar nas mesmas condições de igualdade”.

O participante “B” afirma que: “minha maior satisfação no mercado é ver todo

mundo ganhar dinheiro”. Parece-nos mais uma utopia. Para que todos possam ganhar no mercado, é necessário que haja uma estabilização mundial da economia, ou uma grande mudança de mentalidade dos investidores, de modo a acabar com as especulações, o movimento e a volatilidade do mercado. Desta forma, os investidores objetivariam, principalmente, os dividendos, e a oscilação dos papéis em bolsa estaria orientada quase que exclusivamente pela lucratividade das empresas e como consequência, pelo seu estado de “ex” ou “com” dividendos¹⁵. Conforme aponta Bauman (op. cit.), a pobreza não é uma doença que precisa ser curada no capitalismo, ao contrário, o capitalismo se alimenta da pobreza. Nesta direção, pode-se então pensar que, sempre que houver capitalismo no modelo atual, haverá pobreza, oportunidades diferenciadas de investimentos, fluxo indiferenciado de capitais em busca das melhores oportunidades, e, como consequência, capital especulativo entrando e saindo, produzindo oscilações; ou seja, uns ganham e outros perdem. O mesmo participante “B” diz que sua maior preocupação no mercado é “os investidores se manterem ignorantes por não procurarem assessoramento”. Parece-nos que esta posição reforça o imaginário da participação igual de todos, visto que estamos diante da impossibilidade de todos os investidores terem acesso ao assessoramento para decidir o quê e quando comprar ou vender. Na verdade, os que não têm assessoramento são os pequenos investidores, não por que não querem, mas, principalmente pela inacessibilidade e pela dificuldade de compreensão e domínio dos meandros do mercado.

O participante “B”, aponta que: “as mudanças tecnológicas permitem não sair de casa e ter o mercado dentro de casa”. Parece-nos que esse discurso também é efeito do capitalismo contemporâneo em sua vertente flexível, que pretende ser doador não só de recursos financeiros, mas também de tempo. Neste sentido, você pode ter o mundo dos negócios em sua casa sem sair da frente da tela do computador. Podemos identificar, neste pressuposto, um imaginário que aponta para um individualismo levado a sua radicalidade. Ter o mercado dentro de casa pode significar a independência de todos. Aponta, também, para o paradoxo do “viajante imóvel”, que vai para todo o lugar sem sair do lugar. O capitalismo, em sua vertente atual, não pretende capturar apenas o corpo, mas também a alma. Não se contenta em manter o seu domínio e captura apenas no trabalho, agora quer fazê-lo também em casa. Ter o mercado dentro de casa parece-nos uma armadilha para capturar a alma. Isto decorre da extensão do trabalho e extensão da exposição aos ditames

¹⁵ Considera-se que as ações podem ter basicamente dois estados: “ex” e “com”. O papel “com” é aquele que ainda não pagou os dividendos propostos, sendo também chamado de “cheio”. O papel “ex” é aquele que já pagou os dividendos propostos.

e à dinâmica do mercado, que passa a ser vivido, não só em tempo real, mas também, em tempo quase que integral.

Referindo-se ao *home broker*, o participante “C” disse que este “permitiu o acesso ao mercado de capitais aos que antes não tinham, em função do capital a ser investido e da interiorização das negociações”. Em suma, uma democratização do mercado de capitais. Já o participante “D”, expõe que, com o *home broker*, a pessoa tem “a mesma condição de participar, o pequeno e o grande nas mesmas condições”. Se, “tem uma oferta de compra ou de venda, você vai lá e participa igualmente, em condições de igualdade de 100%”. O imaginário que nos parece presente aqui trata da possibilidade de acesso de todos, sem discriminação de condição social, de gênero, de idade ou de localidade. Na verdade, sabemos que estamos distantes disso. Ainda que hoje uma parcela mais significativa de pessoas possa atuar diretamente no mercado, isto não é sinônimo do acesso de todos em igualdade de condições. Há inúmeras barreiras sob o ponto de vista técnico, econômico e social.

Percebemos, assim, que o imaginário do operador parece povoado pelo mito da visibilidade igual de todos, da igualdade de condições e acesso e da possibilidade irrestrita de obtenção de ganhos.

Outro elemento que merece destaque no operador trata do imaginário do “tudo ou nada”. Parece que o mercado de capitais impulsiona sempre para extremos opostos e duais. O dia-a-dia dos operadores é marcado pelas altas e baixas, gangorra característica da oscilação dos preços dos ativos; pelo comprar e vender; pelo lucro e prejuízo. Toda essa relação parece fomentar o imaginário do todo poder ou nenhum poder, da vida e da morte, do ser e do não ser, presentes nas fantasias arcaicas.

3.3.3 – Expressões simbólicas sobre o mercado

Durante as entrevistas, algumas expressões nos permitem perceber que, ao que parece, os operadores entrevistados tendem a supervalorizar o mercado. A supervalorização surge ao se referirem ao mercado como centro potencial absoluto de suas aspirações e possibilidade de posses, em detrimento, em alguns casos, de si mesmo. Alguns entrevistados atribuem ao mercado uma supremacia natural e indiscutível de toda a

possibilidade de realização financeira, tanto para fins pessoas quanto da sociedade.

Podemos observar este aspecto a partir de algumas entrevistas, como por exemplo:

(i) O participante “B”, ao ser perguntado sobre a importância que ele atribuía ao mercado para a sociedade, respondeu que “o mercado é a sociedade, porque tudo deriva do mercado”. Pelo que parece, este entrevistado não concebe uma sociedade sem o mercado de capitais. Mercado e sociedade, em seu discurso, tornam-se sinônimos. Esta afirmação parece ser fruto do imaginário de potência atribuído ao mercado, trazendo uma naturalização do mesmo. Este participante iguala o mercado de capitais à sociedade, pois, segundo pensa, “tudo deriva do mercado”. Quando solicitado a expressar, em uma frase ou imagem, o que significava o mercado, disse que ele “é o mundo. É a distribuição das empresas, elas vendem e distribuem para todos que participam com ela”. Parece que, para ele, só existe mundo se houver mercado, e participar do mercado significa obter seus possíveis benefícios. Estando no mercado, está-se no mundo.

(ii) Quando perguntado sobre a importância do mercado de capitais para a sociedade, o participante “C” disse que “(...) o mercado de capitais é o espelho da economia (...) o mercado é o espelho do que está acontecendo na (...) política e economia (...). Em tese, ele é o que o país vive.” O participante “C”, ao ser solicitado a resumir em uma frase ou imagem o que significava o mercado para ele, disse que “é como se ele fosse um catalizador de energia (...) porque tudo que acontece vai lá pra dentro”. É interessante a ligação entre um catalizador e o mercado, ainda que possa ter sido feita de forma, talvez, não tão consciente. Em química, um catalizador é uma substância que modifica a velocidade de uma reação química. Nesse sentido, o mercado funcionaria como algo que modificaria, ou quem sabe, ditaria a velocidade das reações sobre fatos e eventos políticos, econômicos e sociais. Essa velocidade de reação acabaria por transformar-se em um elemento importante no contemporâneo: o tempo e suas implicações na subjetividade, que será objeto de análise específica no decorrer deste trabalho. No sentido figurado, a expressão “catalizador” indica o que estimula ou dinamiza. O que representa o mesmo sentido da palavra catalizador, na química.

Se o participante “B” considera que “tudo deriva do mercado”, o participante “C” coloca que “tudo que acontece vai lá pra dentro”. Seria, de outra forma, afirmar que, ao conhecer o mercado e fazer uma leitura adequada dele, o investidor conheceria o tempo contemporâneo e seus desdobramentos.

(iii) Já o participante “D”, quando perguntado sobre a importância do mercado para a

sociedade, disse que “o mercado de capitais é a base da sociedade, sobretudo capitalista”. Para este participante, o mercado “traz uma forma de você participar a qualquer nível da sociedade, o pequeno, médio ou grande investidor, hoje, têm condição de participar em igualdade de condições”. Este participante coloca o mercado como o ponto de apoio da sociedade e considera que participar do mercado é participar da sociedade. Além disso, considera que todos podem participar igualmente do mercado, aspecto comentado no item que trata do imaginário do operador. Quando solicitado a resumir o significado do mercado em uma frase ou imagem, este participante disse que o mercado “representa toda a oportunidade de que todos possam participar e se beneficiar dele (...) é a única atividade (...) especificamente, a bolsa de valores (...) é o lugar que eu acho que o investidor fica rico honestamente. O mercado te dá a oportunidade de ficar independente ou ser rico (...) honestamente dentro de seus próprios valores.” Ao que tudo indica, para este participante, fora da Bolsa de Valores, não há atividade que permita a constituição de riqueza sem que haja violência de princípios pessoais.

(iv) O participante “A”, quando solicitado a resumir, em uma frase, ou imagem, o significado do mercado de capitais coloca que “o mercado deu-me e ajudou a construir o que tenho e, com certeza, espero eu, vai me ajudar a construir meu futuro”. Temos aqui uma interligação total do mercado e o atingimento de suas metas pessoais. No que se refere à imagem, o participante referiu-se ao ataque às “Torres Gêmeas”. “Pô (...) gozado o que me veio à cabeça agora (...) eu estava começando no mercado (...) foi uma imagem que marcou muito (...). Você vê aquele avião entrando na torre e repercutiu de uma tal maneira no mercado que foi uma *paúra*, uma loucura (...) só quem tava na hora mesmo para ver que foi uma loucura (...), é uma imagem assim negativa, mas que marcou bastante”. O mercado de capitais, neste sentido, tem uma dimensão catastrófica, visto que a possibilidade de perda é sempre eminente. É comum ver os recursos voarem na velocidade de aviões supersônicos e colidirem com a esperança de enriquecimento de muitos.

Todos os entrevistados relataram o medo de que o mercado acabasse, ou de que, de alguma forma, se vissem fora dele. Ao serem perguntados sobre algo que não gostariam que acontecesse, o participante “A” disse que era ele “sair do mercado”; o participante “B” disse que era que “o mercado acabasse, ainda que eu ache que isso não existe” e concluiu dizendo: “eu gosto do mercado. Eu como, almoço e janto o mercado. Meu café da manhã, almoço e janta é o mercado. Respiro o mercado”. O participante “C” relatou que “fora o mercado acabar, porque não vai acabar nunca, isso aí é uma coisa que não existe, é a

pessoa quebrar”. O participante “D” indicou que era o “fechamento do mercado, uma mudança de sistema para um outro sistema que não tivesse mercado”. Pode-se perceber que há, em todos os participantes, uma relação bastante intensa com suas atividades no mercado de capitais.

3.3.4 – Influências do trabalho no cotidiano

Em geral, todos os participantes consideram que suas atividades profissionais influenciam em seu cotidiano pós-trabalho e nas relações familiares. O participante “A” afirma que o seu trabalho é desenvolvido em meio a uma pressão muito grande. O trabalho, segundo ele, já trouxe problemas com membros da família motivados pelo estresse, principalmente quando ocorre perda de dinheiro. Sobre a influência do trabalho no cotidiano, o participante “A” relatou que “a gente leva muita coisa para a vida pessoal, fica mais esperto com relação a finanças, sabe negociar, fica vendedor, leva o estresse, fala rápido, tem mais lábia com as mulheres, sabe operar, se irrita no trânsito, imprime um ritmo de correria por conta da profissão”. Pelo que se pode inferir do discurso deste participante, assim como do dos demais, há neles o que Gaulejac¹⁶ vai apontar como a gestão do trabalho levada para a gestão de todo o campo da vida. Neste caso específico, poderíamos dizer que os operadores são levados a gerir suas vidas nos moldes da gestão da bolsa.

O participante “B” afirmou que o mercado é dinâmico e autônomo, ele determina tudo, “por isso é mercado”. Sendo assim, o mercado influi na vida cotidiana das pessoas. Para ele, em decorrência do dia-a-dia do mercado, a pessoa “pode estar mais ou menos estressado (...) você fica mais, ou, menos, mal humorado em função de uma grande perda”. Sua relação com o mercado assume, como vimos na página anterior, a metáfora do alimento. Este participante já teve um sério problema de saúde e considera que o mercado contribuiu de forma efetiva para tudo em sua vida, inclusive para a enfermidade. Sobre as incertezas do mercado e seus impactos na vida das pessoas, apontou que os humores oscilam segundo o sobe-e-desce dos preços dos ativos. Lembramos, por ocasião da entrevista, os sucessivos planos econômicos que foram editados no Brasil, o que levou o entrevistado a dizer que o plano Collor “matou muita gente, foi um suicídio, foi um

¹⁶ Palestra proferida por Vincent de Gaulejac no XIV Colóquio Internacional de Psicossociologia realizado na UFMG em 2007.

suicídio coletivo, matou muita gente.” Este participante considera que o mercado conduziu, durante muitos anos, o ritmo de sua vida, mas que, agora, após a enfermidade, não conduz mais. Há, nesse discurso, um grande paradoxo. Se, por um lado, o participante diz que o mercado não conduz mais a sua vida, por outro, diz que ingere o mercado.

O participante “C” afirmou que o mercado é 100% até nos humores que as pessoas têm. Para ele, “é inegável que quando você tá (...) ganhando dinheiro na bolsa, você fica mais feliz (...). Aí você vai ser um cara mais legal (...). É inegável, também, que quando você perde (...) você vai ser um pior amigo e um pior parente naquele momento.” Para este participante, quem trabalha no mercado não leva trabalho para casa, no sentido de ter coisas a cumprir ou executar. Mas leva para casa “o chegar chateado”. Segundo este participante, “uma das grandes reclamações que as mulheres fazem (...) é que o cara chega em casa putó”. Porque não acertou ou porque perdeu (...). Então eu acho o seguinte (...) o maior ônus desse mercado é o depois do trabalho. O dentista vai para casa mais ou menos (...) mas a bolsa lida com dinheiro e pode ter aquela coisa muito pessoal, pô, você se sentir um cara, pô, hoje me dei bem, hoje me dei mal, aquilo ali te afeta muito, você vê amigos, do seu lado, fazendo fortuna, e você não fazendo nada (...). Ele [o operador] leva [para depois do trabalho] uma carga emocional que ele recebeu, de 10 às 6, operando, e não dá para em meia hora o cara apagar aquilo tudo (...)”. Perguntado se gostaria de acrescentar algo mais a entrevista, o participante “C” colocou que “o mercado de capitais, hoje, é uma profissão moderna, bem dinâmica, na medida em que nem um dia é igual ao outro. No mercado de capitais “você tem que aprender a lidar com as emoções, tem que ter agilidade em algumas coisas”. Por fim, colocou que o mercado “é bonito (...) apesar de machucar muito”. Para ele, quer se queira ou não, o “mercado é o espelho da economia e mexe na vida de todo o mundo, esteja na bolsa ou não (...), até o taxista (...) paga um pouco dessa conta.”

O participante “D” indicou que, no início de suas atividades, o mercado mexia consigo, mas que, após 40 anos de experiência, estava calejado. Para ele, o mercado “mexia em todo o sistema emocional (...) ficava na expectativa de alguma notícia, de algum fato novo, se saía algum fato relevante.” O participante colocou que o desenvolvimento de suas atividades ocorreu em meio a preocupações em decorrência das crises. Ele citou: “tivemos aí o Plano Collor, o Naji, essas coisas todas trouxeram uma preocupação. Mas sempre o mercado é maior que isso tudo, ele suplanta (...) desde a crise de 29, da Bolsa de Nova Iorque, que o mercado suplantou. O mercado sempre suplanta, o

mercado é sempre maior do que a crise.” Como salientou Muniz¹⁷, é interessante notar que o entrevistado atribui unicamente ao mercado a capacidade de sair da crise, dando a ele o *status* de “super-sujeito”. Na verdade, um dos ingredientes, fundamentais para que o mercado saia da crise é a intervenção do Estado, com seus mecanismos reguladores. No que tange aos reflexos de seu trabalho, na vida fora do trabalho, o entrevistado citou a época em que ele “viajava sempre ligado, mesmo de férias, eu tinha que estar sempre preso, eu tinha um *back-up*, eu me reportava sempre àquele *back-up* (...), então, eu não me desligava totalmente. Minhas férias nunca eram férias exatas, eu estava sempre ligado”.

Pode-se compreender que um importante elemento presente nas atividades cotidianas dos operadores de bolsa, e que possivelmente extrapolam as atividades profissionais, é o que poderíamos chamar de metáfora da gangorra. As oscilações do mercado se caracterizam por um contínuo “sobe” e “desce”, o que leva os operadores a uma experiência constante de perda e ganho. Assim como os jogadores, os operadores são expostos aos momentos do “tudo ou nada”.

3.3.5 – Sistemas defensivos da profissão

A partir do desenvolvimento de suas pesquisas voltadas para a psicodinâmica do trabalho, Dejours (1992) percebe que há entre a organização do trabalho e o funcionamento psíquico um conflito que pode ser reconhecido como sofrimento. Este sofrimento, ao mesmo tempo que se coloca como chave que possibilita a análise, também suscita nos trabalhadores estratégias defensivas. As pesquisas, inicialmente, estavam centradas na análise das dinâmicas do trabalho que, ora conduziam ao prazer, ora ao sofrimento, assim como no modo como seguiam diferentes desdobramentos. Os trabalhadores apresentavam comportamentos que, apesar de incomuns, não poderiam ser considerados patológicos. Estavam ligados às estratégias defensivas, cuja função seria lutar contra certos tipos de sofrimento presentes no trabalho, como, por exemplo, o medo de sofrer acidentes. Sendo assim, a nova psicopatologia do trabalho está preocupada com a dinâmica que tange à origem e às transformações do sofrimento psíquico presentes nas relações do trabalho, ao invés de preocupar-se com doenças mentais atinentes a situações de trabalho (Dejours,

¹⁷ Observação de Helder Muniz por ocasião da pré-banca.

1994). O foco, para além das vivências de prazer-sofrimento em si, está no modo como os trabalhadores subjetivam essas vivências. É importante o sentido que as vivências assumem e o uso das estratégias que foram propiciadas pela organização do trabalho, principalmente as defesas coletivas. Tomam lugar de destaque os modos de subjetivação a partir das vivências do trabalho (Mendes, 2007).

As estratégias defensivas se referem, conforme apontam Dejours & Abdoucheli (op. cit.:128), “à modificação, transformação e, em geral, à eufemização da *percepção* que os trabalhadores têm da realidade que os faz sofrer.” Como certas pressões organizacionais não podem ser vencidas em função de sua rigidez, os trabalhadores, através das defesas, minimizam a percepção das pressões que são fontes de sofrimento. Desta forma, o sofrimento encontra um papel fundamental que articula ao mesmo tempo saúde e patologia. Quando as instabilidades psicológicas produzidas pelas pressões do trabalho são enfrentadas e as condições geradoras de sofrimento são transformadas, dá-se lugar ao prazer. Quando o sofrimento não é enfrentado e por consequência não é transformado e o desejo da organização do trabalho se sobrepõe ao desejo do trabalhador, dá-se lugar ao patológico (Mendes, op. cit.).

Para Mendes (op. cit.), a mobilização subjetiva é, segundo Dejours, uma fonte de prazer no trabalho. Identificada como um meio para lidar com o sofrimento, se diferencia das estratégias individuais e coletivas de defesa, visto que implica na resignificação do sofrimento, e não em negá-lo ou minimizá-lo. Neste sentido, a mobilização subjetiva é o processo por meio do qual o trabalhador se engaja em seu trabalho, lança mão de sua subjetividade, inteligência prática e coletivo de trabalho, para promover a transformação das situações causadoras de sofrimento.

No que se refere aos operadores de bolsa, parece-nos que as pressões da organização do trabalho tornam-se, ainda mais amplas, visto que os ditames do mercado e da própria globalização financeira são partes intrínsecas da gênese dessas pressões. Diferentes dos mecanismos de defesa apontados pela psicanálise, as estratégias defensivas, ainda que promovam uma negação da percepção com sua transformação, são operadas coletivamente, sendo a nova realidade construída pelo coletivo ou por toda a comunidade.

As estratégias defensivas funcionam através de um “retorno” da relação subjetiva com as pressões patogênicas. Neste sentido, o trabalhador passa de vítima passiva para agente ativo. Trata-se de uma operação exclusivamente mental, visto que as estratégias de defesa, não modificam a realidade das pressões patogênicas. Quando vários trabalhadores

experimentam, cada um por si, o mesmo sofrimento, eles unem esforços na construção de uma estratégia defensiva comum. Por outro lado, as estratégias defensivas trazem o risco da alienação, na medida em que, ao mascararem o sofrimento, inibem a possibilidade de ação do trabalhador, em face da pressão patogênica, podendo alimentar a resistência à mudança. Quando a estratégia defensiva torna-se em si mesmo o objetivo do trabalhador, a situação subjetiva é percebida como se o sofrimento surgisse em decorrência do enfraquecimento da estratégia de defesa, em vez de ser consequência do próprio trabalho. Desta forma, a estratégia de defesa, que a princípio era nada mais que uma defesa contra o sofrimento, transforma-se em algo como uma “promessa de felicidade, a defesa da defesa”, constituindo-se assim, em “ideologia defensiva” no lugar de “estratégia coletiva de defesa” (Dejours & Abdoucheli, op. cit.).

Ainda que com restrições, entendemos que o exemplo exposto por Dejours (op. cit.) sobre os pilotos de caça aplica-se aos operadores de bolsa. Conforme já salientou Webber (op. cit.), a atividade exercida pelos operadores encontra-se entre as mais desgastantes do sistema nervoso. Com a globalização do mercado financeiro, o crescente risco de perda decorrente disso, e os mecanismos que pretendem fazer tudo *on time*, entendemos que os desgastes se intensificaram. Sendo assim, da mesma forma que parece que há nos pilotos de caça um perfil de personalidade adequado ao desenvolvimento daquela função, parecemos que o mesmo se dá com os operadores de bolsa. Principalmente aqueles que operam por conta própria, como no caso dos participantes desta pesquisa, precisam ter virilidade, desafio ao risco, auto-segurança, ambição e uma busca constante por não cometer falhas.

Retornando as entrevistas realizadas para esta pesquisa, assim como ao percurso profissional do autor no mercado de capitais, nunca se encontrou um profissional do mercado, cuja atividade seja a de operador de bolsa, que tenha iniciado o exercício desta atividade por “acaso”. Eles iniciam nesta atividade por opção pessoal. Por outro lado, os operadores de bolsa sempre foram um grupo muito fechado. Dificilmente alguém totalmente de fora tem acesso à profissão. Isso se dá, entre outros motivos, pela especificidade das atividades em bolsa de valores, o que facilita a construção das estratégias defensivas coletivas. Uma diferença crucial entre as atividades de risco como, aviação, construção civil, indústria química, nuclear e outras, em comparação às atividades exercidas pelos operadores de bolsa encontra-se na dimensão e exposição ao risco. Naquelas atividades a dimensão é quase sempre coletiva, ainda que produzida pela falha de um único indivíduo ou máquina e o risco está ligado à morte ou a limitações corporais em

seu sentido literal. Nas atividades de bolsa a dimensão é mais individual, ainda que possa ter contornos coletivos quando se tratar de operações para a carteira própria da instituição. O risco não é o da morte mas, o de perda de recursos financeiros podendo chegar à possibilidade de falir. É comum, entretanto, como pode ser observado nas entrevistas, que os operadores utilizem a metáfora da morte para significar as perdas ocorridas no mercado. Além disso, também já ocorreram inúmeros casos de pessoas que se mataram após intenso revés financeiro. Contudo, apesar da intensa carga psíquica a que os operadores de bolsa estão expostos, parece que, como no caso dos pilotos de caça apontados por Dejours (op. cit.), aqueles que estão satisfeitos com o seu trabalho não apresentam fadiga, indicando que tal carga, no caso, “negativa”, integra o prazer no trabalho e contrabalança, ainda que não completamente, para o equilíbrio psíquico e a saúde geral. Sendo assim, quando o trabalho permite a diminuição da carga psíquica, torna-se um instrumento de equilíbrio para o trabalhador (Dejour & Abdoucheli, op. cit.).

Apesar do objetivo precípua desta pesquisa não ter sido aprofundar-se nas estratégias defensivas presentes nos operadores de bolsa, elencamos a seguir algumas tendências, que nos parece, poderem, a princípio, indicar a construção de sistemas defensivos destes profissionais:

(I) auto-aceleração

O mercado financeiro é por si só acelerado, como indicamos em “3.4.2”, na categoria “Tempo e velocidade”. As operações em bolsa de valores possuem uma dinâmica própria na qual o tempo e, como conseqüência, a velocidade tornam-se fundamentais para a lucratividade. Este fato coloca os operadores diante de uma pressão que produz uma tensão decorrente da necessidade da tomada de decisões. Desta forma, parece-nos que esta, gera uma angústia que tem como principal válvula de escape a sua própria resolução. A necessidade de uma rápida tomada de decisão levaria, assim, a uma auto-aceleração. Talvez daí decorra uma máxima do mercado que diz que “quem erra rápido conserta rápido”. A auto-aceleração acaba por servir para o incremento da própria velocidade do mercado, sendo utilizada, por fim, como instrumento da dinâmica do mercado. Como adverte Dejour & Abdoucheli (op. cit.), os procedimentos defensivos, mesmo aqueles individuais, podem ser utilizados em proveito da produtividade. A auto-aceleração foi importante, segundo eles, para elucidar, a partir dos referidos procedimentos defensivos, os encadeamentos que conduziram certos trabalhadores a experimentar a auto-aceleração

como estratégia defensiva.

Tal estratégia pode ser observada em ocasiões em que um operador às vezes funciona de forma contrária, quando ele é mais lento, ou, porventura em algum momento, tenha ações que não estejam de acordo com a aceleração esperada. Nestes momentos podemos observar comentários jocosos que vão salientar este fato.

(II) vergonha das perdas

O trabalho de Dejours (op. cit.) relaciona a vergonha à doença, que leva o corpo a ser aceito apenas no silêncio do órgão. Dejours (op. cit.) relaciona a vergonha também à impossibilidade de trabalhar e, como consequência, ao risco de passar fome. Aqui Dejours está se referindo aos operários da construção civil que necessitam de ter um corpo sadio, forte, para realizar o trabalho. Quando a doença lhes extrai a possibilidade de trabalhar, a vergonha emerge. Ser sadio é ser bom trabalhador e poder arcar com a sobrevivência. A doença rompe com esta equação. A vergonha que apontamos nesta pesquisa se encontra em outro patamar. Refere-se à vergonha por amargar prejuízos em suas operações. Os operadores em seu dia-a-dia de trabalho podem ver-se em duas situações delicadas: (i) a perda propriamente dita, e (ii) deixar de ganhar em uma determinada operação. Deixar de ganhar é uma experiência que, em termos psicológicos, é extremamente aproximada a perder, principalmente quando algum operador próximo ganha em operação similar. Tal aspecto pode ser evidenciado quando um dos participantes diz “que quando se ganha na bolsa você fica mais feliz à noite. Então você vai ser um cara mais legal pra tua família. É inegável também que quando você perde, fica tudo uma merda, você vai ser um cara pior”. Este participante diz que quando ganha se sente “o cara” e quando perde se sente “uma merda”. Em outra oportunidade vai afirmar que “pior é quando alguém que está do seu lado está ganhando e você não está fazendo nada”. Parece que a perda apresenta-se como uma ferida narcísica, que põe em cheque a onipotência do operador. Sabemos desde Freud que a vergonha está relacionada ao ideal do ego. Ela está vinculada à forma como somos vistos pelos outros e consequentemente como interiorizamos estes olhares. No caso dos operadores, é como se além da perda propriamente dita, uma outra perda se acrescentasse a esta: ser visto como o que perdeu, ou como o que não soube jogar suficientemente bem. O operador sente, de certo modo, a sua estima de si arranhada ou ferida. Há algo profundo

nele que é simbolicamente arranhado ou ferido, é deste modo que compreendemos a fala do participante “você é um cara pior”. Mas, ao mesmo tempo, os operadores de bolsa vivem em um universo em que há uma extrema visibilidade. Eles sabem que estão sendo continuamente vistos e também têm a mesma atitude para com os outros. Aqueles que ganham muito e os que perdem são figuras muito evidentes. Tais atitudes reforçam o sentimento de vergonha quando não se é bem sucedido. Mas este sentimento só deve se sustentar por um curto tempo. É preciso agir contra. É deste modo que compreendemos a próxima defesa coletiva. Parece-nos que a vergonha da perda impulsionaria um acompanhamento cada vez mais acirrado do mercado, com os seus desdobramentos políticos e econômicos globalizados, na tentativa de não amargar nova experiência de perda.

(III) esquecimento, principalmente, das perdas

Na categoria tratada em “3.4.5”, “Esquecimento e desatrelamento da experiência da atividade”, consideramos vários aspectos no que tange ao “esquecimento” levado a efeito pelos operadores de bolsa. Mas, para além do que ali está apresentado, queremos neste momento, em particular, pensar o “esquecimento” enquanto uma provável estratégia de defesa. A perda financeira, como pode ser facilmente percebido, é uma das pressões que rondam os operadores. Ela por si só é paralisadora. Remoer as perdas significa encarcerar-se na imobilidade e ceder às amarras do medo. Exatamente nesta linha os operadores indicam que, em caso de perdas na bolsa, a solução é “encerrar a posição e mandar a bola para frente”. Para os operadores, esquecer o revés, quando enfrentado, significa a única possibilidade de seguir adiante. Quando se amarga prejuízo a conduta corrente, segundo os operadores, é “limpar a cabeça, isto é, esquecer”.

(IV) luta continuada pela auto-superação

Tanto no que tange às perdas quanto no que se refere às situações de lucro, pode-se observar nos operadores participantes da pesquisa o que estamos chamando de luta continuada pela auto-superação. O possível prejuízo de ontem precisa ser superado por um

lucro hoje, mas o próprio lucro de ontem, também precisa ser superado por um novo lucro hoje. Além disso, os pares da mesa também devem ser superados. Nas operações de bolsa só há lugar para os ganhadores. Talvez, embora isso não apareça com clareza no discurso dos entrevistados, este seja um dos motivos pelos quais os operadores se mantêm, sempre que possível, no *set* de operações, mesmo tendo alcançado a independência financeira.

A luta continuada pela auto-superação também aponta para a necessidade de vencer o medo provocado pelo risco. Há basicamente quatro riscos a serem vencidos: (i) o erro operacional, (ii) o prejuízo, (iii) a perda do cliente, e (iv) ficar fora do mercado. Principalmente os medos do erro operacional e do prejuízo próprio são paralisadores se não vencidos. E estes riscos colocam-se a todo minuto diante dos operadores. Diferentemente de outras atividades, o risco, quando tem conseqüências nefastas, não leva à morte, leva à falência. Mas a falência tem levado muitos à morte, como já dissemos aqui, tanto no sentido real quanto simbólico. Dejours (op cit.) aponta que na construção civil e outras atividades em que o risco de morte se evidencia, os trabalhadores tentam não se dar conta do risco, porque, caso contrário, teriam medo o tempo todo. Podemos considerar que a luta continuada pela auto-superação também se estabelece na dimensão da necessidade de vencer continuamente os desafios que são impostos pelas diversas instâncias que se refletem no mercado financeiro e de capitais. Ainda que o trabalho desenvolvido pelos operadores tenha um lado automático, ele se dá apenas no momento da execução da operação. Antes disso, porém, o operador precisa dar conta de uma vasta complexidade de fatores, cujo domínio completo seria supra-humano. Por outro lado, pode ser que o hipermercado de capitais pretenda forjar o hiper-humano, através da produção de uma subjetividade cuja alma pertença intrinsecamente ao capital. Contudo, o contrário também pode ser verdadeiro. A acumulação de capital pode ficar tão dependente da vida das pessoas que seu destino se mistura com elas próprias.

(V) ilusão de que todo o dia é o grande dia

Algo que nos chama bastante atenção é a capacidade que os operadores têm de renovar suas esperanças em relação a cada novo dia. Não só nas entrevistas, como também na vivência anterior no mercado, tem-se a impressão de que o novo dia sempre reserva algo melhor que o anterior. Os operadores costumam dizer que bolsa é igual a festa, todo o

dia tem. Como tem bolsa todo dia, todo dia traz a possibilidade de ganho, todo dia traz esperança. Se não acertou hoje, amanhã, acertará. Certo entrevistado menciona que “todo dia nasce como o grande dia, o dia de acertar a tacada”.

(VI) exacerbação das vivências da atividade no cotidiano

Ainda que, a princípio, esta aparente estratégia de defesa, possa parecer um contrasenso a indicada em “III”, acima, há um caráter particular nela que nos parece bastante interessante. Apesar deste aspecto não ter sido objeto das entrevistas realizadas para a pesquisa, lembramos o tempo de trabalho, neste segmento, quando recordamos que no dia-a-dia de trabalho tudo era motivo para a realização de apostas. Não importava o que fosse. Podia ser qual time ganharia um clássico, qual time ganharia uma competição, qual piloto ganharia uma corrida, com quantos pontos alguém ganharia um determinado prêmio, quem primeiro “sairia” com uma pessoa em uma determinada festa, tudo era motivo para aposta, e as apostas que tinham algum valor financeiro envolvido. Parece-nos que este fato demonstra uma espécie de desejo manifesto de domar o acaso, o risco, o controverso, o jogo. As pessoas agiam levando a experiência das apostas e do risco do jogo às coisas mais simples do cotidiano. Pode-se pensar, como diz Dejours, que as profissões produzem um certo tipo de modelagem psíquica. Mesmo em situações fora do trabalho se opera o gosto pelo risco e o desejo de ganhar.

(VII) exploração da criatividade

Outro aspecto que cabe destaque diz respeito aos processos psíquicos mobilizados pelos sujeitos na invenção, inovação e criatividade, apontados por Dejours & Abdoucheli (op. cit.) como uma forma de inteligência, chamada por eles de “inteligência heteronômica”, inclusive por ser uma inteligência que se estabelece em ruptura com as normas e regras, constituindo-se, desta forma, em uma inteligência transgressiva (Dejour & Abdoucheli, op. cit.). Também chamada de inteligência astuciosa, funciona subvertendo uma regulamentação anteriormente dada pela organização oficial do trabalho, em benefício da necessidade de sua função. Mais uma vez, resguardando-se as devidas proporções e

campos distintos de análise, podemos dizer que há nos operadores de bolsa e, por que não dizer, na própria essência da atividade do mercado financeiro, uma inteligência próxima à astuciosa que se estabelece na criação e invenção de novos produtos e negócios, subvertendo as normas sem, contudo, sair da legalidade. Um caso exemplar que pode bem ilustrar esse aspecto deu-se por ocasião do Plano Collor. Em 1990, todas as contas de pessoas físicas e jurídicas foram bloqueadas, de forma que todos os brasileiros e as empresas aqui sediadas passaram a contar com apenas cinqüenta mil cruzados livres para serem gastos. O dia seguinte do Plano Collor foi um velório coletivo para o mercado financeiro. Velório no sentido literal, porque alguns empresários e investidores suicidaram-se, mas também, no sentido metafórico, visto que as operações reduziram-se drasticamente. O mercado financeiro e de capitais vive da movimentação de dinheiro e, com o dinheiro nacional bloqueado, praticamente não havia negócios em função da grande crise de liquidez que se instaurou. Houve uma derrocada de preços dos ativos. Quem, por algum motivo, tinha cruzados livres do bloqueio e de compromissos, pôde beneficiar-se de modo importante na ocasião. Não passado muito tempo, os profissionais do mercado começaram a buscar meios e artifícios para movimentar os cruzados bloqueados, criando e desenvolvendo operações das mais diversas a fim que houvesse uma aceleração das atividades. Podemos dizer que surgiram formas de sofrimento criador, em oposição ao sofrimento unicamente patogênico. O sofrimento, quando transformado em criatividade, faz com que o trabalho funcione como um instrumento para a saúde (Dejour & Abdoucheli, op. cit.). Contudo, a “criatividade” encontrada nos profissionais de mercado pode, em alguns casos, ser levada a extremos, ocasionando situações que podem ser consideradas ilegais. Há no mercado um embate constante para a segregação daquilo que é considerado ilegal daquilo que é considerado imoral.

(VIII) uso de bebidas alcoólicas em relação a certas vivências do trabalho

Dentre as estratégias defensivas encontradas por Dejours (op. cit.) em certas categorias profissionais encontra-se o uso do álcool. Nos estudos por ele realizados, ocorreram casos em que o uso do álcool configurava-se como estratégia defensiva muitas vezes de caráter coletivo. O uso da bebida alcoólica é algo muito comum entre os

operadores de bolsa. Seu uso é diário e parece estar atrelado a uma busca de relaxamento nos hoje chamados *happy hour*. Ainda em minha trajetória no mercado de capitais, lembro que era muito comum os encontros diários depois do funcionamento da bolsa, que se estendiam por horas a fio, regadas a whisky e chopp. Além disso, no próprio cenário de trabalho eram bastante comuns as comemorações regadas a bebidas alcoólicas, quando uma operação importante era fechada. Pode-se contatar que também há alguns casos nos quais, além do uso do álcool, há a utilização de outros tipos de drogas em situações não coletivas.

Este período pós-pregão é ao mesmo tempo um momento de relaxamento e de visibilidade, pois é uma situação em que coletivamente se faz saber dos ganhos e das perdas. Esta cena não exclui o trabalho, pois este continua, sendo o pano de fundo do *happy hour*.

3.4 – Categorias de pesquisa e análise

Das análises empreendidas a partir das entrevistas, fruto da pesquisa de campo com os operadores de bolsa de valores, foram destacadas as seguintes categorias: (i) urgência de enriquecimento ou de bem estar financeiro; (ii) compressão do tempo e aceleração da velocidade; (iii) rápida realização dos ganhos e perdas; (iv) incerteza e exposição demasiada ao risco; (v) Esquecimento e desatrelamento das experiências anteriores da atividade; (vi) flexibilidade, movimento, liquidez e volatilidade; (vii) prospecção da novidade e da informação; e (viii) incerteza futura da profissão. Há, nas categorias encontradas, um elemento que parece comum entre elas e que as torna intimamente ligadas uma às outras, fazendo com que, em alguns momentos, não haja tanta clareza onde uma começa e outra termina. Após a exposição a respeito de cada categoria apresentada, estaremos apontando os principais elementos encontrados no discurso dos entrevistados que serviram de norteamento para a construção das categorias.

3.4.1 – Urgência de enriquecimento ou de bem estar financeiro

Excluído: ¶

Pelo que podemos depreender da pesquisa realizada, os operadores ingressam em suas atividades no mercado, tendo como motivação central a possibilidade de ganhos financeiros certos.

A maior satisfação nas atividades que exercem, resume-se em ganhar dinheiro nas operações dos clientes e nas suas próprias operações. O bom atendimento, a abertura de novos clientes e as demais tarefas exercidas são medidas em termos de retorno financeiro. É fácil observar que o ganho financeiro e as questões que envolvem dinheiro permeiam todo o discurso dos entrevistados.

No que tange à importância do mercado para a sociedade, para os familiares e para eles mesmos, há também um atrelamento à questão financeira, visto que os participantes relacionam a importância do mercado à possibilidade de se fazer poupança e à obtenção de ganhos financeiros. Os projetos para o futuro ou são traçados em cifras ou, quando o entrevistado atingiu um patamar de ganho financeiro que considera suficiente, são abdicados ou deixam de ser externalizados. Parece-nos que temos aqui um aspecto

interessante. Alguns entrevistados dizem que não têm projetos para o futuro, uma vez que alcançaram um patamar de dinheiro que consideram suficientes. Por outro lado, continuam exercendo intensamente suas atividades. Se considerarmos que os operadores entram no mercado motivados por ganhar dinheiro, como declinado por todos os entrevistados, o que os leva a trabalhar intensamente após alcançados seus objetivos? Podemos aventar, ao menos, três hipóteses: (i) a primeira, muito corrente neste, é que o mercado é como uma “cachaça”. Envolver-se em suas atividades segundo esta perspectiva, produziria uma espécie de vício. Sem dúvida, podemos constatar que o mercado de capitais promove uma atividade que quase sempre desafia limites. As emoções são constantes, assim como também as apostas. O mercado tem uma capacidade de absorção fora de série e isso pode levar muitos a serem capturados pelos seus laços. Há aqueles que são viciados em trabalho, os chamados *workaholics*. O mercado parece admitir apenas um tipo de profissional, o *workaholic*; (ii) a segunda, seria pensarmos na atividade exercida nas bolsas de valores como possibilidade de ganhos financeiros e estes como tendo uma potência de expansão. Uma das características do capitalismo financeiro é a sua capacidade de expandir-se, e, de alguma forma, podemos atribuir ao dinheiro, meio circulante privilegiado do capitalismo financeiro, esta mesma propriedade. Se levarmos em conta a mediação importante do dinheiro enquanto um valor vital, poderíamos considerar que a expansão do dinheiro pode sugerir uma metáfora da expansão da vida, da mesma forma que colocá-lo em movimento significaria colocar a vida em movimento. Neste sentido, os ganhos ou os movimentos financeiros são contabilizados não apenas como dinheiro, mas como expressões da própria vida; (iii) a terceira hipótese, ainda que com traços paradoxais em relação à anterior, estaria em algo que poderíamos chamar de “reduccionismo da vida e do bem estar ao elemento predominantemente financeiro”. É o dinheiro enquanto instituição de poder. Teríamos, neste sentido, a presença do imaginário de poder vinculado ao dinheiro. Projetar algo para o futuro seria negar o poder que o dinheiro elevou-os no presente. Além disso, é interessante notar que os entrevistados, assim como outras pessoas as quais tivemos acesso em nossos anos de trajetória profissional no mercado de capitais, sempre demonstraram uma grande preocupação em perder dinheiro a ponto de ficarem pobres. Desta forma, permanecer em atividade no mercado pode gerar uma sensação no mínimo de manutenção de posse, além, obviamente, de se constituir como uma atividade que tem contornos bastante criativos e excitantes.

As relações dos operadores do mercado de capitais com o seu trabalho são

marcadamente mediadas por questões de ordem financeira. Não se percebe, pelo menos nos seus discursos, outro elemento que se pronuncie. Embora entendamos que sua atividade precípua esteja vinculada a ganhar dinheiro, poderia surgir alguma menção de operações específicas que seriam mais gratificantes em sua execução do que outras. Mesmo que as operações, sejam elas quais forem, tenham como objetivo final ganhar dinheiro, elas diferem em suas etapas de avaliação e execução. Não estamos neste aspecto, eliminando que um dos sentidos do trabalho é o prazer. O prazer surge quando o trabalho apresenta-se como um espaço para criação, inovação e desenvolvimento de novas formas para execução das tarefas (Mendes, op. cit.), e o mercado de capitais é um ótimo espaço para isso. O que ocorre, entretanto, é que, ao menos no discurso dos operadores participantes, fato que também se evidencia nos anos de experiência do autor no mercado de capitais, não há no discurso corrente lugar para a expressão de satisfação que não contenha o componente monetário.

Não parece haver, para eles, uma espécie de vocação, inclinação ou gosto prévio para o exercício de suas atividades. A dita “paixão pelo mercado” acontece, a partir do momento em que eles aí se inserem, chegando a ser apresentada como alguma coisa indispensável e insubstituível.

Um mecanismo que parece presente no mercado é o mesmo mecanismo que está por detrás do jogo. Há de fato a possibilidade de ganhar; todavia, também há a possibilidade de perder no mercado de capitais. Entretanto, a possibilidade de ganhar é sempre psicologicamente maximizada, ao passo que a possibilidade de perder parece sempre minimizada.

Durante muitos anos do trabalho enquanto categoria social, a possibilidade de enriquecimento era avistada, quando muito, a longo prazo, nunca a curto prazo. Se pensarmos no ciclo dos possuidores de terra e da agricultura, havia uma agregação de valor à colheita que obviamente respeitava não só o ciclo produtivo como também o da circulação e comercialização da safra. Ainda que houvesse um valor adicional de recursos entre o preço de compra da semente, custos do plantio e venda da safra, este nunca era adquirido suficientemente rápido para que, num curto espaço de tempo, se pudesse abdicar do trabalho ou considerar que houvesse produzido riqueza suficiente para isso. O mesmo pensamento pode ser aplicado à pecuária. Ainda que na atualidade haja a engenharia genética, que permite a venda de gado precoce, há a necessidade de se esperar um ciclo de longo prazo entre a cria, a engorda e a venda. Na construção civil, mercado emergente no

Brasil, há bastante tempo, em função do déficit habitacional, com todo o incremento tecnológico existente, o ciclo operacional considerado normal são 18 meses para a construção, adicionados a pelo menos 60 meses para a liquidação pós-venda. Para a indústria e o comércio a relação entre tempo e obtenção de recursos também é alongada, exigindo daqueles que se dedicam a estas atividades a criação de toda uma estratégia de prazo mais dilatado. Além disso, há a necessidade de envolvimento financeiro e de suprimento de insumos e mão-de-obra que faz com que estas atividades sejam extremamente custosas. Para além desses aspectos, a maioria dos brasileiros desempenha atividades como empregado, fazendo com que os recursos recebidos decorrentes do trabalho sejam, quando muito, suficientes para se viver o dia-a-dia, restando a expectativa da aposentadoria após longos anos de trabalho. Para estes, repousava sobre o trabalho não apenas a possibilidade de sobrevivência presente, mas também a expectativa da possibilidade de aposentadoria a longo prazo, quando seria possível a obtenção de algum recurso, na maioria das vezes, minimamente adequado à sobrevivência, sem a necessidade do esforço empreendido pelo trabalho. Ainda assim, dificilmente a maioria dos trabalhadores brasileiros consegue alcançar um patamar de sobra de caixa após seus longos anos de trabalho. Por outro lado, a maioria dos brasileiros do sexo masculino que se aposentam pelo INSS entre os 55 e 65 anos, caso não tenham durante os anos de sua atividade profissional investido em previdência privada, terão como recursos na aposentadoria o teto máximo da previdência pública, que é de aproximadamente R\$ 3.000,00, isto, caso tenham contribuído no valor máximo durante muitos anos de sua vida profissional.

Um dos participantes considera que existem três formas de se ficar rico: “casando-se com uma mulher rica, ganhando na loteria ou trabalhando no mercado”. Parece que, ao menos com relação aos participantes da pesquisa, a opção para tentar ficar rico foi a entrada no mercado de capitais. Outro participante afirmou que “os jovens, hoje, buscam o mercado só em função do dinheiro”. O argumento apresentado por este participante, ainda que possa ser verdadeiro, não é confirmado na pesquisa, visto que, pelo que se pôde observar na pesquisa, todos os entrevistados, inclusive aqueles com idade mais avançada, buscaram no mercado de capitais uma alternativa de enriquecimento.

Pode-se, assim, observar que a urgência do mercado financeiro está substituindo um ganho que era produto de um trabalho de longo prazo. Espera-se, no mercado de capitais, um ganho certo, vultoso e rápido.

Outro aspecto que se pode observar é que há, por parte dos operadores, um reducionismo do sentido de bem-estar primordialmente atrelado a possibilidades financeiras. Um dos participantes relata que “quando você está ganhando dinheiro na bolsa fica mais feliz à noite”. Outro entrevistado considera que o mercado financeiro é importante porque lá é onde circula o dinheiro e compara o dinheiro ao bem-estar.

Em contraposição a outras atividades, os operadores esperam do mercado de capitais uma oportunidade contínua e constante de enriquecimento. Um dos entrevistados apontou que o mercado de capitais “dá oportunidades muito grandes” de enriquecimento “diariamente, a cada minuto”. Podemos, assim, constatar que a esperança dos operadores não é apenas a oportunidade de enriquecimento, mas é a oportunidade de enriquecimento num espaço de tempo extremamente reduzido.

Weber (op. cit.), no final do século XIX, já apontava para elementos presentes no mercado acionário que podem ser considerados como indicativos de que através da bolsa de valores, já naquela época, podia-se buscar o enriquecimento. Weber apontou que, na bolsa, é fácil colher sem ter semeado, que as operações eram feitas com o fim de lucro, e que a atividade permitia a acumulação de riqueza. Obviamente que a bolsa de valores se complexificou largamente desde a época de Weber até o presente. Não dá para pensar nos mecanismos políticos e econômicos que norteiam os preços das ações negociadas em bolsas de valores de forma simplista, mágica ou como apenas um lance de sorte. Não podemos negar que há, por detrás das operações realizadas em bolsa, todo um cabedal de conhecimento mercadológico. Mas, por outro lado, parece que há nos operadores um imaginário, como já citado anteriormente, de possibilidade de enriquecimento rápido.

Desta forma, pelos relatos obtidos, parece que os operadores buscam no trabalho, uma oportunidade de enriquecimento, em um curto espaço de tempo. É como se, no discurso dos operadores, o dinheiro nascesse em árvores, e as pessoas pudessem colhê-los da noite para o dia. Ainda que não se tenha neste trabalho a intenção de traçar o perfil dos operadores do mercado, estes, assim como os investidores, em geral, mesclam ou situam-se em um dado ponto formado por duas direções em relação à bolsa: (i) pretendem formar um patrimônio; ou (ii) pretendem especular e ganhar dinheiro na menor brevidade de tempo possível.

De fato, é possível comprovar historicamente, que existe a possibilidade de altos ganhos no mercado de capitais. Entretanto, a possibilidade de perda também se faz historicamente comprovada. Contudo, o que se observa é que há, nos operadores, algo

como que um mecanismo de defesa a impedir que o potencial de perda seja levado em consideração na hora da realização dos negócios. A possibilidade de perda parece comparada à condição de possibilidade de morte e esta, pelo que tudo indica, é sempre postergada, levada, ao máximo, a um lugar distante. A metáfora da morte se faz presente quando, por exemplo, um dos participantes diz que ocasião de perda é semelhante a um caso médico. Quando o paciente morre, o médico não morre junto. Assim é na bolsa, o operador não morre junto, ao contrário, para eles, o dia seguinte sempre traz algo de promissor.

A pseudo-facilidade de obter resultados expressivos sem maiores esforços já levou muitas pessoas despreparadas a caírem nas armadilhas oscilatórias da bolsa de valores. Alguns que poderiam ser chamados de amadores “se deram bem”, outros perderam até o que não tinham. São comuns, no meio financeiro, as histórias dos representantes desses dois lados da moeda.

Uma das peculiaridades da bolsa de valores é que a possibilidade de ganhar ou perder não está vinculada apenas ao fato de ela ter uma variação positiva ou negativa. Um operador pode ganhar tanto na alta como na baixa, dependendo da posição que ele esteja carregando. Além disso, é possível o Ibovespa ter um tipo de oscilação, quer positiva ou negativa, e determinados papéis terem oscilações opostas às indicadas pelo Ibovespa.

Frases do discurso utilizadas na construção da categoria	
(sobre o que o levou a entrar no mercado) “o salário e a perspectiva de ganhar mais para frente”	Participante A
(sobre o desenvolvimento de suas atividades) “peguei o gosto e o dinheiro também começou a melhorar”	Participante A
“o cliente sendo bem atendido os dois lados vão ganhar”	Participante A
(sobre sua satisfação em trabalhar no mercado) “ganhar dinheiro para mim também, operar ganhando para mim”	Participante A
(sobre a importância do mercado) “é uma maneira de você poupar dinheiro”	Participante A
(sobre a importância do mercado) (várias empresas) “abriram o capital e bombaram”	Participante A

(importância do mercado para o operador e para sua família) “só financeiramente mesmo”	Participante A
(projeto pessoal) “criar uma independência financeira”	Participante A
(se alguma coisa der errada) “eu tenho como viver de juros”	Participante A
(projeto pessoal) “abrir novos clientes e estar aumentando meu patrimônio”	Participante A
(sobre o que levou a entrar no mercado) “em função de perder dinheiro”	Participante B
“existem três formas de se ficar rico: casando-se com uma mulher rica, ganhando na loteria ou trabalhando no mercado”	Participante B
(sobre sua satisfação em trabalhar no mercado) “ver todo mundo ganhar dinheiro”	Participante B
(importância do mercado) “uma área onde o dinheiro circula, é o bem estar”	Participante B
(sobre projeto para o futuro) “eu estou satisfeito, eu já ganhei o que queria”	Participante B
(sobre o que o levou a entrar no mercado) “teve um pouco a ver com dinheiro, também com o sucesso”	Participante C
“os jovens hoje buscam o mercado só em função do dinheiro”	Participante C
“a grande satisfação realmente é quando você ganha dinheiro”	Participante C
“todo mundo aqui trabalha para ganhar dinheiro”	Participante C
“o cara quer ter lucro sempre”	Participante C
(sobre o resultado das operações realizadas) “se hoje você não acertou amanhã vai tentar”	Participante C
(sobre projeto para o futuro) “independência financeira”	Participante C
“a profissão é moderna, ela dá oportunidades”	Participante C
(sobre o que levou a entrar no mercado) “o dinheiro e a dinâmica do mercado”	Participante D

(sobre a importância do mercado) “ele te dá oportunidades muito grandes, diariamente, a cada minuto”	Participante D
---	----------------

3.4.2 – Tempo e velocidade

Dentre os elementos caros ao mercado de capitais encontram-se o tempo e a velocidade. Estes fatores estão intimamente imbricados nas operações em bolsa de valores. Quanto maior a velocidade de decisão e de realização de uma operação, maior a possibilidade de que ela se dê nos moldes em que se pretende. A velocidade permite o encurtamento do tempo na consecução de uma operação.

Na atividade diária dos operadores de bolsa, há uma contínua pressão em função da necessidade de agilidade para a tomada de decisão, realização das operações e, como consequência, romper a barreira do tempo. Tanto a atividade pré-pregão, como durante o desenrolar do pregão, a pressão é constante. No que tange às atividades pré-pregão, a pressão se dá em função do grande volume das informações disponíveis. Há necessidade de se selecionar as informações que produzirão impacto em meio a um temporal de dados. Além disso, os operadores precisam interpretar corretamente cada notícia em função do possível impacto no preço das ações. Um dos participantes afirmou ser necessária grande capacidade de síntese para que o operador consiga dar conta do volume de informações e suas possíveis repercussões no mercado. Além disso, a própria dinâmica do mercado, acompanhamento, atendimento do cliente e execução das ordens demandam pela agilidade. Não realizar a operação no momento adequado pode significar prejuízos significativos ou reduções substanciais nos lucros potenciais. A oscilação de preço pode dar-se a qualquer minuto. Caso haja uma procura acentuada por um papel que se queira comprar, a tendência natural é que, em função da procura promovida pelo movimento de compra, o preço do papel suba, fazendo com que cada minuto que passa signifique uma redução do lucro potencial. Por outro lado, caso se pretenda vender um papel sobre o qual haja uma pressão vendedora, a cada minuto, o papel cairá de preço, fazendo com que o lucro diminua ou o prejuízo aumente. Se, porventura, um cliente sentir-se prejudicado, vai buscar meios de ser reparado. Isto pode levar à necessidade de se despendem grandes volumes de recursos à conta de erros operacionais.

Devido à volatilidade do mercado e ao conjunto de influências a que o preço das ações está submetido, as decisões são revisitadas a cada dia e, em muitos casos, em espaços de tempo bem mais curtos, caso se considere que algum fato relevante ocorreu ou pode ocorrer. Um dos entrevistados relata que a atividade no mercado se dá no acompanhamento do dia-a-dia. Para ele, é comprar e vender, é ver subir e ver cair, não há um dia igual ao outro e toda decisão se dá momento a momento.

Nas operações em bolsa de valores, o que se procura, ainda que de forma inconsciente, é condensar o futuro o máximo possível, buscando encontrar um dado valor presente que seja descontando ou atualizado pelo impacto dos eventos históricos que se darão no futuro. O que se pretende é capturar o valor presente de todas as riquezas futuras, para se comprar por um preço menor e, como consequência, obter o maior lucro possível. Os operadores do mercado querem possuir o futuro, aqui e agora, de uma forma tal que até a noção de futuro não é muito bem tolerada.

Por mais que se pretenda controlar o tempo e o futuro, isso é impossível, estando fora do domínio de quem quer que seja. Considerando que o tempo é um fator importante no processo decisório da compra ou venda de títulos no mercado financeiro, cabe a observação de Nardi (op. cit.), que considera que quando a alçada decisória está além do profissional, tornando-se, por conseguinte, inalcançável, os trabalhadores vivem um presente imediato, restando-lhes a gestão das urgências de cada dia. Este aspecto, para os operadores de bolsa, torna-se ainda mais efetivo, visto que cada dia é um eterno presente, no qual as experiências anteriores possuem pouco valor e as perspectivas para o futuro são quase sempre bombardeadas por situações novas e inusitadas, fazendo com que a tomada de decisão se dê a cada instante.

Em todo o processo de trabalho dos operadores de bolsa, existe uma grande indeterminação quanto ao desenrolar dos acontecimentos e seus atores. Uma alta ou baixa nas ações podem ser consequências de fatores dos mais diversos. Os impactos podem ser produzidos por elementos políticos e econômicos ocorridos no Brasil ou em qualquer outro lugar do mundo. Aparentemente, mais do que em relação a qualquer trabalhador, o trabalho do operador não é conduzido por atores facilmente identificáveis. Quando isso ocorre, o trabalhador perde o sentido de governabilidade de sua própria vida (Nardi, op. cit.). Como já apontado anteriormente, considerando que a gestão da vida dos operadores se dê nos moldes da gestão da bolsa, a governabilidade de si mesmo fica comprometida, visto que os fatores extrínsecos não só são inúmeros, como também incontroláveis e em,

sua maioria, invisíveis, ao menos inicialmente, se revelando, normalmente com o passar do tempo.

O tempo como vivenciado por nós é uma construção da sociedade moderna. Nas civilizações da Antiguidade, a sociedade não tinha a mesma necessidade de medir o tempo da forma que hoje nos é imposta. Na era moderna, surgiu no indivíduo um fenômeno complexo de auto-regulação e de percepção e sensibilização do tempo. O tempo passa a exercer uma coerção de fora para dentro, sob as formas de relógios, calendários e outras tabelas, que pretendem suscitar o desenvolvimento de uma disciplina (Antunes, op. cit.).

A partir do afrouxamento das questões sobre a usura impostas pela Igreja, e o incremento das práticas financeiras através das negociações com juros e a prazo, o tempo passou a ser comprado e vendido por interesse. Surgiu, segundo Simmel (apud Buchan, 1997), uma nova urgência na existência temporal, que ele expressa da seguinte maneira:

por volta da virada do século XVI os relógios das igrejas da Alemanha estão batendo o quarto de hora. O tempo, que tinha sido um calendário de eventos da agricultura, ciclos de nascimento, casamento e morte e o desenrolar da vontade de Deus, começa a tique-taquear em unidades monetárias: em taxas por hora e por dia, remunerações semanais, salários mensais, dividendos semestrais, aumentos anuais ou bônus, pensões de aposentadoria, capital permanente e, eventualmente, naquela eternidade redentora que os economistas chamam de “a longo prazo”. (p. 88).

Com o desenvolvimento tecnológico e com o passar do tempo, o próprio dinheiro cresceu em abstração, perdeu até mesmo o aspecto físico das cédulas e se transformou em meros impulsos eletrônicos capazes de rodear o mundo na velocidade da luz, rompendo, como consequência, a barreira do tempo e fazendo com que milhões e milhões de dólares movimentem-se a cada dia sem que haja a menor barreira para isso. (Buchan, op. cit)

Entre os operadores do mercado, a posição mais comum é de uma experiência em relação ao tempo bastante reduzida em sua extensão. Via de regra, esses profissionais pensam a curtíssimo prazo. Normalmente, os papéis são comprados motivados para fins de obtenção de lucros no menor espaço de tempo possível. Na alta, os operadores soltam os papéis como lhes “queimassem as mãos” (Bazin, 2006).

É possível encontrar investidores que optaram por comprar ações e por mantê-las em sua carteira para receber dividendos, e que enriqueceram, principalmente, no caso do Brasil, durante a década de 1980. Contudo, para a maioria das pessoas que atuam no mercado, dez anos é um tempo longo demais. Para o mercado, acima de dois meses, tempo entre dois vencimentos de opção, já é considerado longo prazo. Além disso, existem aqueles que são ainda mais rápidos e que movimentam as suas posições várias vezes no

mesmo dia. É prática comum do mercado, com exceção dos institucionais, uma certa aversão ao longo prazo. Certo analista relatou que nem gosta de olhar para uma relação de ações de uma carteira de longo prazo. A experiência que uma carteira assim transmite, segundo ele, é de tanta emoção quanto ver alguém vestido de cinza em frente a um muro cinza. E concluiu dizendo: “a longo prazo não. Quem foi que disse que a longo prazo todos nós estaremos mortos?” Um outro operador disse que, na bolsa, as pessoas deveriam entrar e sair rapidamente como num chuveiro gelado (Bazin, op. cit.). Sennett (2006) aponta que quando falta a crença de que o futuro pode trazer a resolução de algum problema, o pensamento de longo prazo é suspenso por ser considerado inútil.

Cabe ao mercado de capitais e seus reflexos na subjetividade dos operadores e dos que se deixam levar por sua engrenagem e dinamismos, a frase de Van Gogh (apud Virilio, op, cit. p. 200): “aqueles que acreditam que eu pinto demasiado depressa, olham-me demasiado depressa”. O que equivale a dizer que a velocidade do mercado é impressa não apenas nele, mas também a todos aqueles que o circundam.

Referindo-se a uma das modalidades do mercado de capitais, certo investidor relata que o mercado de opções é um mercado moderno, da era da computação. Ele considera que o mercado de opções é para pessoas dinâmicas, que precisam de um instrumento exato para poder agir com a rapidez do relâmpago. As decisões são tomadas em questão de segundos. Aqueles que operam a curtíssimo prazo, com o objetivo de lucrar na primeira oportunidade, não despregam os olhos dos terminais, em que as cotações flutuam e desenham ondas de acordo com as oscilações.

No mercado, não perder o *timing* é fundamental sob pena de amargar prejuízos ou deixar de realizar lucros. O conceito de *timing* implica em regulação do tempo, da velocidade, da escolha do momento mais adequado para fazer alguma coisa. O encontro do tempo com a velocidade resulta nas operações *on time*, em tempo real, que inundaram as transações financeiras e se espalharam pelos mais diversos tipos de negócios. O ideal dos operadores é estar telepresente, ao mesmo tempo aqui, ali e em todo lugar. No Brasil, na Europa, nos Estados Unidos e na Ásia. O tempo real não é nada mais do que um espaço-tempo real, visto que os acontecimentos tiveram um lugar, mesmo que seja o não-lugar das tecnologias de informação (Virilio, op. cit.).

O encontro do tempo em sua menor distância e em máxima velocidade é o tempo instantâneo. Ideal do mercado de capitais em diversos sentidos. Ideal no que tange ao desejo de lucratividade de uma determinada operação; ideal no que tange à rapidez

necessária à realização de uma operação, visto que quem compra mais rápido tende a comprar mais barato em um mercado comprador, assim como quem vende mais rápido tende a vender melhor em um mercado vendedor; é instantâneo também porque as decisões precisam ser tomadas na velocidade do relâmpago: um segundo é tempo suficiente para a reversão do mercado.

Dominar o tempo real mundializado representaria a possibilidade de que os operadores do mercado dominassem, ainda que minimamente, o mercado de capitais. Mas, como adverte Virilio (op. cit.), dominar o presente é matá-lo e é isso que as tecnologias do tempo real fazem quando isolam o tempo presente do aqui e agora.

Na experiência da tentativa de dominar o tempo real, a humanidade lança mão de diversas próteses tecnológicas e transforma-se no equivalente a “um inválido super-equipado”. Os desastres do mercado financeiro internacional e os estragos da automatização instantânea das cotações são responsáveis pela aceleração das mais diversas desordens econômicas (Virilio, op. cit.). Com a globalização dos mercados financeiros, é impossível qualquer país passar incólume quando suas bolsas sofrem qualquer ataque especulativo, ou, por outro lado, algum fato relevante ocorre em qualquer país onde há uma bolsa de valores minimamente organizada.

Com a globalização e as tecnologias de informação, que fazem com que os mercados mundiais possam ser acompanhados ininterruptamente, cada vez mais, o humano está sendo levado aos extremos de seus limites. Tecnicamente falando, é possível que se realizem operações durante as vinte quatro horas do dia, como preconizou Bazin (op. cit. P. 160): “uma vez que as máquinas não precisam de descanso, vislumbra-se para o futuro um mercado ininterruptamente às 24 horas de cada dia. O operador colocará no computador o boleto com as ordens e os preços e ficará aguardando o resultado”.

No decorrer do século XIX, o espaço foi aos poucos sendo suprimido, permitindo o deslocamento cada vez mais rápido. Entretanto, o deslocamento físico de um ponto a outro pressupunha sempre um ponto de partida e uma chegada que se limitava pela duração do deslocamento. Hoje temos, com a tecnologia do tempo real, uma chegada generalizada, sem que haja partida. Em benefício da chegada, suprimem-se os componentes sucessivos do trajeto (Virilio, op. cit.)

Como viver verdadeiramente se não há aqui, e tudo é agora? O tempo real aliena a natureza das distâncias de tempo, explora a realidade do mundo, reduzindo-o a nada ou quase nada, produzindo um sentimento de encarceramento da humanidade, que se priva do

horizonte. Quanto mais a percepção de outro mundo for desenvolvida, menos mundo haverá, menos terra inteira (Virilio, *op. cit.*).

Keynes, segundo Bucham (*op. cit.*), assim como outros economistas de sua época, descrevia do passado. Ele considerava que uma cortina descia após cada passo, e o único valor de um objeto ou de uma instituição era o custo em dinheiro para substituí-lo. O futuro podia ser personificado em dinheiro. A importância do dinheiro decorria desta forma, essencialmente por ele ser uma possibilidade de ligação entre o presente e o futuro. Keynes, por fim, via o dinheiro, em espécie ou o que ele chamava de liquidez, como uma forma de destilação da incerteza da vida.

No desenvolvimento desta pesquisa, o fator tempo também se reveste de um caráter bem particular. Durante o período de contato com os operadores para avarar marcar as entrevistas, o tempo sempre foi evocado como um fator de indisponibilidade ou como elemento impeditivo para a concessão das entrevistas. Parece que há, entre operadores uma relação direta entre tempo e produção de valor. O tempo, principalmente aquele do período do pré-pregão e do pregão propriamente dito, deve ser aplicado em atividades que possam produzir valor. E a produção de valor reside exclusivamente no acompanhamento das tendências do mercado e a realização de operações. Há, para eles, um tempo superprodutivo, em que qualquer outro tipo de atividade, ainda que intelectual ou acadêmica, é considerada anti-produção.

Interessante notar que em algumas observações de Weber (*op. cit.*) já podemos notar elementos, hoje, tão fortemente marcantes para o mercado de capitais. Em seu livro do final do século XIX, ele afirma que os operadores se utilizavam, em suas práticas, das variações temporais. No mercado, ocorrem tendências específicas de altas ou baixas, quando, então, o mercado pode ser considerado um mercado comprador ou vendedor. Tanto no mercado comprador como no vendedor, o operador pode beneficiar-se da diferença de preço, considerando a abertura e o fechamento do pregão, ou seja, o fator tempo. Quanto maior for sua capacidade de prever o andamento do mercado, maior será sua possibilidade de obter lucro. Nesse aspecto, a rapidez também é importante. Weber (*op. cit.*) apontou que a possibilidade de lucro em bolsa assenta-se na rapidez da realização dos negócios. Antes mesmo da sua realização, algum tipo de compressão do tempo já se pronunciava, como advertiu Weber (*op. cit.*), ao afirmar que o operador tem de ponderar as dificuldades práticas na velocidade do relâmpago, para, então, correr. Para Weber (*op. cit.*), a missão do operador era acelerar, o máximo possível, a operação e o mercado, como

conseqüência, dependia da rapidez. O preço, como ele observou, modificava-se a cada minuto, e os compradores e vendedores não podiam esperar para realizar seus negócios.

A compressão já observada no que tange ao tempo também apresentava aspectos espaciais. Como apontou Weber (op. cit.), era comum inicialmente que os operadores se dirigissem a um lugar definido onde todas as operações eram realizadas. Com o passar dos anos, o deslocamento, que era feito para o pregão, passou a ser considerado como “perda de tempo”. Com a invenção do telégrafo, seguindo a tendência das bolsas de se utilizar das novas tecnologias, as ordens passaram a ser emitidas por esse meio. Outra particularidade observada por Weber (op. cit.), em sua época, é que o operador deveria ser capaz de dizer imediatamente o preço de um determinado título e que não havia um dia igual ao outro.

Podemos, então, observar que a dimensão de futuro dos operadores é quase que totalmente abolida. Seu presente é condensado ao menor tempo possível, em que o “agora” é preferencialmente instantâneo, deixando o “aqui” relegado a um plano sem muita importância. Parece-nos que a compressão do tempo é produtora de ansiedade, visto que ela impõe uma tirania marcada pela urgência e, como conseqüência, pela rapidez. A possibilidade de ganho está assentada, como observou Weber (op. cit.), na rapidez. É necessário ser rápido para ganhar. Desta forma, o ganhar está implicado na rapidez, fazendo com que, como observou Carreteiro¹⁸, ela apresente-se como um capital implícito.

A subjetividade do operador de bolsa está vinculada ao mercado com seus paradoxais altos e baixos. Há, neles, uma tentativa de controle de si mesmo, ainda que também paradoxal; controle este pautado, principalmente, nas ilusões promovidas pelo pseudo-controle do tempo, que se evidencia na agilidade que lhes é imposta para a consecução de suas atividades. Esta urgência de agilidade parece levar os operadores à ilusão de que eles têm o controle da situação e de si mesmos.

Frases do discurso utilizadas na construção da categoria	
(sobre as atividades profissionais atuais) “hoje em dia são as duas funções ao mesmo tempo”	Participante A
“todo o dia tem um fato novo”	Participante A

¹⁸ Observação de Teresa Cristina Carreteiro na orientação da dissertação.

(sobre a necessidade de se buscar informações) “Prá que eu possa ter um horizonte melhor pro dia”	Participante A
“porque é muito dia-a-dia nosso trabalho”	Participante A
“e a gente fica no atendimento aos clientes, naquela correria”	Participante A
“às vezes você quer ser rápido”	Participante A
“aquela sensação de perda instantânea”	Participante A
“daqui a pouco veio a 30 reais (a ação caiu para) 26”	Participante A
(sobre o cotidiano do trabalho) “está sempre por dentro do que está acontecendo e do que vai acontecer”	Participante A
“não me prendo muito não, eu procuro viver o dia-a-dia”	Participante A
“vou tentando fazer o presente”	Participante A
“o mercado é dinâmico”	Participante B
“nosso dia-a-dia tem de rotina aquela coisa igual de comprar ou vender, ver subir ou ver cair”	Participante C
“não há um dia igual ao outro e as coisas são decididas na hora”	Participante C
(sobre a realização das operações antes do mega bolsa) “aquelas cotações da tela eram postas quando já tinham saído”	Participante C
(sobre as ações quando não há motivo técnico para a queda) “a tendência de voltar é muito rápida	Participante C
(sobre motivos da queda de preços das ações) “nem a noção (...) do que provocou aquela queda, ainda que você vá saber daqui a dois dias”	Participante C
(sobre qualidades do profissional de bolsa) “ver situações da noite pro dia (...) e tomar decisões rápidas”	Participante C
(sobre o cotidiano do trabalho) “nenhum dia é igual ao outro (...) tem que ter agilidade em algumas coisas”	Participante C
(entrevistado, durante a entrevista) “desculpa, mais você vai ter que ser rápido aí (...)”	Participante D

(sobre a importância do mercado) “ele te dá oportunidades muito grandes, diariamente, a cada minuto”	Participante D
---	----------------

3.4.3 – Rápida realização dos ganhos e das perdas

Dada a intensa pressão temporal, motivada, principalmente, pela volatilidade do mercado, é comum os operadores desfazerem-se de suas operações tão logo elas apresentem lucro ou prejuízo. Na verdade, para se observar adequadamente o *timing* do mercado, faz-se necessário um acompanhamento e uma atenção quase que sobre-humanos. Nunca se sabe até onde os preços do papel podem subir ou podem cair. Em função disso, vender antes que haja uma reversão de tendência acaba por ser uma estratégia muito utilizada para se garantir o lucro, ainda que menor. Manter o papel pode significar, ao invés de ter lucro, acabar por amargar prejuízo ou ter um lucro menor do que o inicialmente previsto. O sofrimento do operador não acontece apenas no momento de um prejuízo realizado. Ocorre, também, quando o lucro potencial escapole de suas mãos. Certo entrevistado manifesta seu incômodo quando a bolsa sobe, um determinado papel que ele está carregando alcança um patamar de preço, e ele não vende. Por outro lado, a mesma pressão ocorre em situação de prejuízo, ainda que a motivação seja outra. No caso de prejuízo, a motivação obviamente é estancar a perda com o desfazimento da posição. Dentre as máximas que circulam entre os operadores, há uma que diz que “o menor prejuízo é sempre o primeiro”. E, de fato, eles parecem levar isso bastante a sério. Para eles, o dia seguinte sempre traz a possibilidade de se fazer uma posição acertada e, como consequência, ter lucro.

Se, por um lado, diz-se, de alguns operadores, que eles logo se desfazem da operação ao menor sinal de lucro, por outro lado, ainda que em menor quantidade, há outros que vêem seus lucros escorrerem pelos dedos, por não terem saído de sua posição a tempo. Durante meus anos de experiência profissional no mercado de capitais, foi comum deparar-me com essas duas situações.

Há, entre os operadores, uma estratégia mais ou menos comum de comprar títulos para sua posição ou para a posição de clientes, quando estes títulos caem, na expectativa de

diminuir seus custos e, como consequência, melhorar a sua *performance*, em caso de alta. Entretanto, como já pôde ser observado, no decorrer desta pesquisa, é extremamente complexo afirmar com certeza os pontos máximos de alta ou de baixa de um papel. Mesmo que, tecnicamente, com base em projeções econômico-financeiras e mercadológicas, possa se avaliar, com boa dose de acerto, as tendências, os fatores aleatórios que influenciam o preço são sempre maiores que todo o ferramental disponível para a análise. Em suma, apesar da existência de algumas escolas de análise do comportamento do preço das ações, nenhuma delas permite ao operador uma segurança plena sobre o comportamento e os tetos mínimos e máximos do preço das ações. As possibilidades, na verdade, em seu aspecto amplo, fogem do alcance das pessoas.

Em consequência da volatilidade do mercado, muitos operadores preferem realizar seus lucros e/ou prejuízos ao menor sinal de sua ocorrência, para não acontecer de, no momento seguinte, virem a ter que enfrentar lucros menores ou prejuízos maiores. Isto é mais um dos fatores que os levam a operar minuto a minuto.

As ações compradas precisam satisfazer o desejo dos operadores, rapidamente. Daí, os resultados serem logo realizados. Ou porque deram lucro, e a emoção e realização já se concretizou, tendo-se de partir para outra; ou porque deram prejuízo, e, nesse caso, também se faz necessário abrir mão da posição para assumir outra, cujo potencial de lucro se evidencie.

Frases do discurso utilizadas na construção da categoria	
(sobre quando a bolsa apresenta oscilação negativa) “aquela sensação de perda instantânea”	Participante A
(sobre quando as ações próprias estão com prejuízo) “se for próprio é zerar e bola prá frente”	Participante A
“nosso dia a dia tem de rotina é aquela coisa igual, de comprar ou vender, ver subir ou ver cair”	Participante B
“as coisas são decididas na hora”	Participante C
(sobre lucro que não foi realizado por não se ter vendido o papel) “a bolsa subiu, bateu ali e eu não vendi”	Participante C

(sobre o impulso para vender com prejuízo logo) “o primeiro prejuízo é sempre o menor”	Participante C
“então vou realizar... e vou para outra”	Participante C
“na bolsa é muito comum, você compra um vende o outro, compra um vende o outro”	Participante C
(sobre as oscilações do preço das ações) “é muita volatilidade”	Participante C

3.4.4 – Incerteza e exposição demasiada ao risco

A incerteza faz parte de qualquer empreendimento humano. A incerteza, entretanto, quando aplicada a aspectos econômicos, traz à tona a noção de risco. Em economia, o potencial de lucro é diretamente proporcional ao risco. Ou seja, quanto maior o potencial de lucro, maior será o risco do negócio, que pode ser traduzido como maior probabilidade de perda.

O dia-a-dia do mercado é pautado, segundo os participantes, pela incerteza. Um deles afirmou que, no mercado, é comprar e vender, é ver subir e ver cair, e que, para eles, não há um dia igual ao outro e as decisões são tomadas a cada momento. Parece que temos, aqui, uma dimensão de certeza/incerteza. O certo é ver subir e ver cair; neste sentido, até o certo é incerto, visto que não se consegue dar conta da volatilidade do mercado e, como consequência, não se sabe até onde vão os picos de alta e de baixa. O incerto é que não há um dia igual ao outro. Desta forma, não só as decisões são pressionadas pelo tempo, como, de algum modo, a experiência de hoje não serve para amanhã. Temos um paradoxo. Se, por um lado, o operador não leva trabalho para casa, no sentido de que, quando acaba o pregão, não há mais nada a fazer no que tange à realização de operações; por outro lado, o trabalho não pára, visto que, principalmente no cenário globalizado, os fatos relevantes acontecem praticamente durante as 24 horas do dia. Sempre haverá uma bolsa funcionando, em algum lugar do mundo, e sempre estarão ocorrendo fatos relevantes para o mercado, em algum lugar do planeta. Desde a eclosão de uma guerra, ao efeito estufa, passando pela queda da bolsa da China ou dos Estados Unidos e suas repercussões no mercado acionário brasileiro e mundial.

Outro fator que se encontra atrelado às atividades, principalmente dos operadores

de mega-bolsa, é a possibilidade de errar na execução de uma ordem e acarretar prejuízo para o cliente ou até perdê-lo. No momento da execução de uma ordem, o operador de mega-bolsa fica diante da necessidade de rapidez e precisão. Ambas são fundamentais. Digitar uma ordem devagar pode significar perder a operação, assim como digitar errado pode significar prejuízos imensuráveis.

Como advertiu Weber (op. cit.), os negócios, em bolsas de valores, são incertos e sujeitos a grandes flutuações, além de sempre trazerem riscos constantes aos que nela participam.

O mercado de capitais propicia aos operadores de bolsa uma grande autonomia na realização das operações, principalmente naquelas para a carteira própria. Por outro lado, da mesma forma que em qualquer trabalho, a autonomia deve ser maior do que o medo, do que o risco e a insegurança, principalmente quando associados à dificuldade para planejar o futuro. Como, na sociedade atual, o risco, a mobilidade, a mudança e a inovação são valores importantes, a expectativa recai sobre os indivíduos que conseguem lidar com competência e iniciativa diante das incertezas do contemporâneo. (Nardi, op. cit.). Incerteza e risco fazem parte da atividade cotidiana dos operadores. O mercado de ações é, no cenário do mercado financeiro, o segmento que compreende um dos maiores riscos, fazendo com que o cotidiano dos operadores seja diuturnamente marcado pela incerteza do lucro ou prejuízo.

Parece que a noção de risco tomou forma mais efetiva durante os séculos XVI e XVII, sendo utilizada pelos exploradores ocidentais em suas viagens ao redor do mundo. Posteriormente, quando passou a ser utilizada pelo sistema financeiro, passou também a incluir a noção de tempo, indispensável para o cálculo das conseqüências prováveis de um determinado investimento. Por fim acabou por ser utilizada para referir-se a uma diversidade de situações onde existe algum tipo de incerteza. A noção de risco não pode ser separada das idéias de probabilidade e de incerteza. O risco não é o mesmo que o acaso ou o perigo, visto que está atrelado a perigos calculados em função de possibilidades futuras. O risco implica um movimento que pretende desligar-se do passado e caminhar em direção ao futuro (Giddens, op. cit.), ainda que, no caso principalmente do mercado de capitais, seja um futuro que se pretende liquidificar a valor presente.

As civilizações e culturas antigas viveram mais com base no passado. Utilizavam a idéia de destino ou da vontade dos deuses, ao passo que agora privilegiamos a idéia de risco. A maioria dos jogadores, e podemos aqui incluir os que operam em bolsa de valores,

entregam-se a rituais que, em termos psicológicos, pretendem reduzir as incertezas decorrentes de suas atividades. Mas, por outro lado, só existe fascinação, excitação e aventura se houver a aceitação de correr algum tipo de risco. Ele, então, assume duas dimensões opostas. Por um lado pode ser paralisador, quando não se pretende corrê-lo, e, por outro, pode ser desafiador, quando se pretende domá-lo. A atitude em relação ao futuro é o que distingue o capitalismo contemporâneo de outras formas de organização econômica. Quando se propõe a calcular o risco para tentar definir possíveis ganhos e perdas, num processo contínuo, o capitalismo coloca-se no futuro. Isto se tornou possível com a invenção das partidas dobradas, na Europa no século XV. Com este sistema, passou a ser possível definir a melhor forma de investir dinheiro para conseguir um lucro maior (Giddens, op. cit.).

Adam Smith (apud Sennett, op. cit.) em *A riqueza das nações*, escreveu que a maioria dos homens supervaloriza suas capacidades e chances de ganho, enquanto a possibilidade de perda é subvalorizada pela maioria. Neste sentido, não jogar pode ser encarado como uma aceitação antecipada do fracasso. Sendo assim, a maioria das pessoas que entra no mercado sabe da possibilidade de fracasso, contudo, promove uma espécie de suspensão desse conhecimento (Sennett, op. cit.).

Frases do discurso utilizadas na construção da categoria	
(sobre a execução das operações) “além de correr o risco de, de repente errar”	Participante A
“enfim, de fazer uma operação errada e tomar um prejuízo”	Participante A
“primeiramente é errar de alguma maneira”	Participante A
“errar também no sistema operacional”	Participante A
“eu já vi caso do cara errar e a corretora perder 500 mil”	Participante A
(sobre a execução das operações) “bota dois zeros a mais e você faz um estrago”	Participante A
(sobre a queda de preço de uma determinada ação) “é daqui a pouco veio a 30 reais 26”	Participante A
(sobre o cotidiano profissional) “nosso dia tem de rotina aquela coisa igual de... ver subir ou ver cair”	Participante B

(sobre o cotidiano profissional) “não há um dia igual ao outro”	Participante C
(sobre a participação das famílias na bolsa) “que não tem bolsa, que não conhece ou que tem medo”	Participante C
“a gente também compra e perde”	Participante C
(sobre o caráter do profissional) “você pode até errar muito”	Participante C
“aqui o cara é quase vacinado para aceitar prejuízos e lucros”	Participante C
(sobre a vivência de prejuízo) “uma mola que impulsiona o cara é aquela sensação de que amanhã você vai conseguir”	Participante C
(sobre a queda das ações em bolsa) “quando cai é porque tem algum problema acontecendo, você pensa que ele pode acontecer amanhã e depois, e você não consegue ver o final daquele problema”	Participante C
(sobre alta das ações em bolsa) “quando sobe, ah! Céu azul de brigadeiro, você nunca vai imaginar o dia que ele vai cair”	Participante C
(sobre as ordens de clientes para executar operações) “ele mandou você fazer o troço deu errado”	Participante C
(sobre o estado emocional em certas operações) “porque não acertou ou porque perdeu”	Participante C
(sobre suas expectativas a respeito do mercado) “que as pessoas vejam o mercado com outros olhos, não como uma jogatina”	Participante C

3.4.5 – Esquecimento e desatrelamento da experiência da atividade

Por mais que os operadores do mercado tentem cercar-se de fundamentos teóricos e práticos para amenizar suas perdas, eles não estão imunes a esses acidentes. Nas bolsas, são comuns as reversões inesperadas. Basta uma notícia considerada boa ou ruim, para que

a tendência do mercado se altera. São muitos os motivos que levam a bolsa a oscilar, e a sua oscilação também está diretamente ligada aos fluxos de dinheiro que entram e saem, por motivos que, na maioria das vezes, no momento de sua ocorrência, são ocultos.

Para os operadores, o dia de hoje de nada vale para amanhã. Se houve lucro, hoje, espera-se que o “amanhã” reserve novas possibilidades de lucros. Entretanto, é exatamente nas operações de prejuízo que o esquecimento fica ainda mais patente. Os operadores dizem “é zerar a posição e bola para frente”. Para eles, todo o dia tem bolsa, se não acertou, hoje, amanhã, acertará.

Um investidor relata que, em certo pregão, o mercado “azedou” e ele liquidou sua posição quando o prejuízo chegou a dez por cento e foi para a casa. Disse que era preciso limpar a cabeça, isto é, esquecer. Para ele, esquecer um negócio mal feito é a melhor maneira de ter paz de espírito e de reunir energias para recomeçar de novo (Bazin, op. cit.).

Há operações em que o operador pretende, através dos mecanismos de trava¹⁹, obter lucros certos, ainda que menores, com a eliminação de prováveis perdas. Obviamente, como todas as operações de bolsa, não existe trava perfeita. Nestes casos, a orientação comum é: “se você percebeu que alguma coisa saiu errada, não hesite, um momento sequer, em reverter a posição compradora e a vendedora, mesmo com prejuízo. Procure esquecer para não mortificar-se. E vá em frente” (Bazin, op. cit. p. 331)

Virilio (op. cit.) adverte que o rompimento da barreira espaço-tempo transforma o mundo exterior em algo endógeno, o que implica o esquecimento tanto da exterioridade espacial quanto da exterioridade temporal. As telecomunicações abrem espaço para uma civilização do esquecimento, de um presente imediato, sem futuro, sem passado, sociedade intensamente presente aqui e ali, ou, de outra forma, telepresente em todo o lugar. Telepresente em um presente intensivo.

Se o futuro é trazido a valor presente num processo de antecipação de expectativa e liquidificado em recursos financeiros, sendo, por fim, negado; o passado, por outro lado, é esquecido. É esquecido, porque não produz mais emoções ou, se produz, são incomparavelmente menores do que a emoção do presente. O passado é esquecido quando foi vivenciado em conjunto a uma operação de lucro, visto que o lucro do passado, precisa ser reeditado em outras operações. O passado é esquecido quando foi vivenciado em conjunto a uma operação de prejuízo, na medida em que este é paralisador assim como a

¹⁹ Os mecanismos de trava são operações realizadas cumulativamente com objetivo de se obter lucro ou minimizar prejuízo.

própria noção de passado. O passado, experimentado tanto na esfera do lucro como na do prejuízo é esquecido já que os elementos que impulsionam o mercado dificilmente se realinham de modo que a experiência do passado não se repete, cada dia traz um fato novo.

Frases do discurso utilizadas na construção da categoria	
(sobre o cotidiano do trabalho) “porque é muito dia a dia nosso trabalho”	Participante A
(sobre quando a operação dá prejuízo) “se for próprio é zerar e bola pra frente. Isso ... (as operações em bolsa de valores) tem todo o dia”	Participante A
(sobre quando a operação dá prejuízo) “senta e esquece”	Participante A
(sobre quando a operação dá prejuízo) “todo o dia tem bolsa, se hoje não acertou amanhã você vai tentar”	Participante C
(sobre quando a operação dá prejuízo) “não quero administrar isso não, então pô vou realizar... e vou para outra”	Participante C

3.4.6 – Flexibilidade, movimento, liquidez e volatilidade

No mercado de capitais, sempre esteve presente o paradigma da flexibilidade. Entretanto, a flexibilidade aumentou com o advento da globalização dos mercados financeiros. Podemos dizer que a flexibilidade apresenta-se de várias formas: (i) no fato de que não deve existir concentração em papéis individuais, setoriais ou de conglomerados; (ii) no fato de que pode ser interessante que os recursos transitem por mercados diferentes; (iii) no fato de que pode haver possibilidade de maiores ganhos em países diferentes; (iv) no fato de que são multiformes os fatores que podem afetar o mercado, desde os políticos, até os climáticos e econômicos; e (v) no fato de que a mão-de-obra, hoje, alocada às operações é, em sua maioria, formada por autônomos terceirizados que operam com todos os papéis, e não em nichos específicos, como foi, até o início da década de 1990.

O conceito de flexibilidade do mercado aponta diretamente para o movimento. Podemos dizer que uma das formas de medir a grandeza do mercado é seu volume de

negócios e este é diretamente proporcional ao movimento registrado. Os operadores são pressionados tanto no sentido psicológico, como economicamente, a mover suas posições. Move-se para realizar lucros, move-se para reduzir ou estancar prejuízos, move-se, porque o papel está “andando de lado”. Há alguns lemas, no mercado, que funcionam, ainda que não diretamente com esta intenção, como molas propulsoras do movimento, tais como: “ninguém empobrece quando realiza lucros” ou “o menor prejuízo é sempre o primeiro”.

Ocorreram muitos casos e ainda ocorrem no mercado de capitais, que em função da ausência de flexibilidade e movimento, em que pessoas perderam a oportunidade de realizar grandes lucros. Um caso ilustrativo pode ser o das ações do Banco do Brasil. Em janeiro de 1967, mil ações do Banco do Brasil tinham seu preço equivalente a cinquenta por cento do preço de um fusca. Nos anos de 1968 a 1970, o Banco do Brasil possibilitou a subscrição de ações ao preço mínimo e triplicou o seu capital, por ocasião das comemorações da conquista da Copa do Mundo. Subscrevendo-se todas as chamadas, ao final de 1970, somavam trinta mil ações. Em outubro de 1970, em meio ao *boom*, essas ações valiam em torno de quatro milhões de dólares. Certo investidor que vivenciou esta situação na prática, por não ter flexibilidade, manteve-se firme, segurando suas ações. Trinta anos depois, elas valiam em torno de duzentos mil dólares (Bazin, op. cit.).

Buchan (op. cit. p. 79) afirma que “uma característica do dinheiro é colocar a matéria em movimento”. Podemos dizer que uma característica do mercado é colocar dinheiro em movimento, tanto no sentido real como no sentido virtual.

Flexibilidade pressupõe a possibilidade de movimento, assim como o movimento só é possível se houver liquidez. A liquidez, por seu turno, é medida pela capacidade que um ativo tem em se transformar em dinheiro, no tempo. Quanto mais rápido um ativo puder se transformar em dinheiro, maior será considerado o seu grau de liquidez. As ações são um dos ativos mais líquidos, visto que todo dia há a possibilidade de que interessados comprem e vendam papéis no mercado à vista, ao preço estabelecido.

Em um relato, um investidor disse que o tempo máximo que mantinha uma ação em carteira era de três meses, tempo que ele considerava necessário para que a bolsa completasse seu ciclo de alta e baixa. Ele só se interessa por papéis de alta liquidez, porque, segundo ele, esses papéis permitem a possibilidade de mudanças rápidas de posição (Bazin, op. cit.).

Pensando em ações, como se fossem um investimento para o longo prazo, de forma a que as pessoas pudessem receber os dividendos, seu preço deveria estar calcado nos

rendimentos que estas ações poderiam produzir. Entretanto, o excesso de liquidez, existente na economia do mundo capitalista, faz com que haja uma busca constante por ativos reais, que se tornam, então escassos. Como a globalização dos mercados financeiros permitiu a comunicação instantânea entre os mercados mundiais, a liquidez se internacionalizou. Desta forma, as nações mais ricas investem em outros países com possibilidade de lucros expressivos, inflacionando o preço dos ativos (Bazin, op. cit.).

Dada a escassez de ativos reais e a grande quantidade de dinheiro em caixa dos países mais ricos, têm sido comuns investimentos em empresas nacionais que não têm suas ações negociadas em bolsa, por investidores estrangeiros. É o *privite equity*, através do qual, tais investidores capitalizam as empresas com potencial lucrativo e preparam-na para fazer a abertura de capital, lançando suas ações na bolsa de valores. Estas operações fazem com que o lucro dos investidores seja superior a em torno de dez vezes o capital investido.

Uma vez que os preços não são facilmente estabelecidos, há entre os operadores de bolsa, uma tendência a realizar os lucros²⁰ antes que eles se transformem em prejuízo. Isto leva os operadores a alimentar constantemente o movimento.

No final da década de 1980, o mercado de capitais, em sua flexibilidade e agilidade, permitiu, em apenas um dia, oscilações históricas de duzentos por cento. Eram variações rápidas e estonteantes, um papel poderia ir ao céu ou chegar ao inferno, no tempo em que você leva para tomar um cafezinho. Isto aponta para a volatilidade das ações, que é a sua capacidade de oscilar. (Bazin, op. cit.).

As oscilações dos papéis em bolsa e o conseqüente impacto em seus *portfolios* estão na base dos principais sofrimentos emocionais e psicológicos que os operadores do mercado enfrentam. Os reflexos emocionais podem ser observados em declarações como a do participante “A”, que disse que em caso de ganho nas operações ele enchia o peito para falar e, em caso de perda, sorria amarelo. O participante “C” referiu-se a esse fato dizendo que, quando ocorria ganho, ele se sentia “o cara” e, quando havia perda, se sentia “um merda”. Para além das oscilações decorrentes da posição própria ou de clientes diretos dos operadores, pode-se constatar que há também um sofrimento advindo das operações não efetuadas e que mostraram-se, com o passar do tempo, lucrativas. Há, segundo os entrevistados, ainda que por um tempo curto, uma espécie de remoer. Outra situação de

²⁰ Realizar lucros significa encerrar uma operação onde a oscilação do preço foi satisfatória, comparando-se o preço inicial da operação e o preço do dia do encerramento. P. ex.: uma ação comprada por 1 num determinado dia é vendida por 1,5 dez dias depois. Enquanto a operação não é encerrada, no exemplo vendida, o lucro é apenas potencial.

sofrimento está traduzida pelo participante “C”, como incômodo, se dá quando alguém “do lado” está ganhando e ele “nada”.

Referindo-se ao final do século XX, Virilio (1995, p. 23) afirmou que tudo oscilava, não só as fronteiras como a geometria perspectiva. Podemos estender esta afirmação, dizendo que tudo oscila segundo os fluxos financeiros na dinâmica do capitalismo contemporâneo, e estes fluxos oscilam ou fazem oscilar segundo as bolsas de valores espalhadas pelo mundo.

Frases do discurso utilizadas na construção da categoria	
(sobre o cotidiano profissional) “eu exerço as duas funções ao mesmo tempo”	Participante A
(sobre o cotidiano profissional) “eu mesmo executo em meu computador”	Participante A
(sobre as oscilações do preço das ações) “são os dois lados, quando cai muito...”	Participante A
(sobre a oscilação negativa de uma determinada ação) “daqui a pouco veio a 30 reais 26”	Participante A
(sobre as altas e baixas do mercado) “é bem fácil distinguir os dois movimentos”	Participante A
(sobre o <i>homebroker</i>) “é uma forma de você não sair de casa... e ter o mercado dentro de casa”	Participante B
(sobre a importância do mercado) “o mercado é dinâmico, é autônomo, ele determina tudo”	Participante B
(sobre o cotidiano profissional) “nosso dia a dia tem de rotina aquela coisa igual de comprar ou vender, ver subir ou ver cair”	Participante C
(sobre o cotidiano profissional) “não há um dia igual ao outro”	Participante C
(sobre o fluxo de capital que entra e sai das bolsas) “existe um fluxo muito grande de dinheiro... e esse dinheiro busca oportunidades”	Participante C

(sobre o cotidiano profissional) “na bolsa é muito comum, você compra um vende o outro, compra um vende o outro”	Participante C
(sobre o cotidiano profissional) “é muita volatilidade”	Participante C
“a profissão é moderna... é muito dinâmica”	Participante C
(sobre as motivações para entrar no mercado) “a dinâmica do mercado”	Participante D
(sobre o cotidiano profissional) “eu não tinha uma rotina não”	Participante D
(sobre o cotidiano profissional) “principalmente quando o mercado mudava”	Participante D

3.4.7 – Prospecção da novidade e da informação

Independente dos elementos intrínsecos a um determinado papel que o fazem subir ou cair, dependendo de sua oferta ou procura, há também elementos, muitas vezes extrínsecos, que são fundamentais para balizar os preços de mercado presente e futuro de um papel, os quais chamaremos, genericamente, de fatos relevantes. Os fatos relevantes são as notícias e informações específicas e/ou gerais que impactam o mercado ou determinados papéis. Em seu exercício profissional, os operadores transformam-se em caçadores implacáveis destes fatos novos. A busca pela notícia e pela novidade é uma parte importante de sua atividade. Em primeiro lugar, faz-se necessário ter a notícia para, a seguir, avaliar sua importância e relevância; por fim, deve-se interpretar o impacto da notícia no preço dos ativos.

Sendo assim, aquele que detém a informação de forma mais rápida e mais precisa terá maiores condições não só de avaliar os impactos no mercado, como também de tomar as decisões antes dos demais participantes do mercado. Este aspecto o colocará em uma posição privilegiada, podendo consubstanciar-se em resultados mais expressivos.

Um fato recente e de impacto, no mercado acionário como um todo, foi a recente classificação do Brasil no mercado internacional com o grau de investimento. Esta notícia

fez com que, no mesmo dia de seu anúncio, a Bolsa de Valores de São Paulo variasse, positivamente, mais de 6%, no dia, batendo recorde de pontos comparada com pregões posteriores. Apenas para exemplo, o operador que, por algum motivo, tomou conhecimento da notícia antes, e a interpretou corretamente, teve a condição de sair na frente, comprando ações para venda posterior com ótima lucratividade. Ainda assim, o mercado não vive de uma notícia só, mas da conjunção de várias notícias e dados. Num mesmo momento, podem ocorrer fatos que impulsionem determinados papéis para cima e para baixo. Para fins de exercício, poderíamos pensar que, se no mesmo dia em que foi veiculada a classificação do Brasil, também fosse publicada a notícia de que o BCB aumentou sua taxa de juros, teríamos cada notícia trazendo um impacto oposto, cabendo, assim, ao operador não só se antecipar no conhecimento dos fatos, como também em sua interpretação. É interessante notar que, nesse exemplo, uma notícia é interna e outra, externa, contudo as duas produzem impacto no cenário das negociações de papéis.

Frases do discurso utilizadas na construção da categoria	
(sobre o cotidiano profissional) “todo o dia tem um fato novo”	Participante A
(sobre as atividades pré-pregão) “começo a ler relatórios, (...) alguma novidade, algum fato relevante”	Participante A
(sobre as atividades pré-pregão) “trocar idéia com o pessoal do mercado, que senta perto de mim”	Participante A
(sobre as atividades pós-trabalho) “eu leio muito”	Participante A
(sobre as qualificações necessárias ao profissional de mercado) “saber interpretar as notícias”	Participante A
(sobre as qualificações necessárias ao profissional de mercado) “estar sempre por dentro do que está acontecendo e do que vai acontecer”	Participante A
(sobre as qualificações necessárias ao bom profissional) “está se atualizando sempre”	Participante B

(sobre as qualificações necessárias ao bom profissional) “tentar estar informado”	Participante B
(sobre as qualificações necessárias ao bom profissional) “tem que estar bem informado”	Participante C
(sobre as qualificações necessárias ao bom profissional) “as comunicações são fundamentais e as leituras dos fatos também”	Participante C
“fatos esses em grande parte externos”	Participante C
(sobre a escola de análise gráfica de ações) “tudo que está dito nas páginas está representado nos gráficos”	Participante C
(sobre as atividades pré-pregão) “antes do pregão abrir você procura saber das novidades do dia”	Participante C
(sobre o cotidiano profissional) “porque todo o dia você está vendo coisas”	Participante C
(sobre as atividades pré-pregão) “a gente atualmente também procura saber cedo como anda as bolsas internacionais”	Participante C
(sobre seu período de férias) “a gente ficava na expectativa de alguma notícia... algum fato relevante”	Participante D
“a gente passou a viver com a globalização”	Participante D
(sobre as qualificações necessárias ao bom profissional) “estar sempre estudando, buscando informações relevantes”	Participante D

3.4.8 – Incerteza futura da profissão

Durante as pesquisas, os entrevistados foram unânimes em expressar um certo medo de que o mercado acabasse, ainda que alguns considerassem essa possibilidade uma utopia. Este medo presente nos participantes pode ter alguns motivos diferentes. Uma possibilidade que podemos aventar é uma dimensão catastrófica presente no mercado, ainda que de forma inconsciente, ou, quando consciente, na maioria das vezes, negada. A dimensão catastrófica está demonstrada, por exemplo, quando o participante “A”, ao ser solicitado que trace uma imagem do mercado, lembra do ataque às “Torres Gêmeas”. De

forma que, como foi enfaticamente noticiado na ocasião, não foi apenas um ataque a uma edificação nos Estados Unidos da América, mas sim a um símbolo do capitalismo mundial. A dimensão catastrófica também pode estar presente no inconsciente coletivo, em função dos *crashes* históricos que, certamente, povoam as mentes dos participantes do mercado. Além disso, o mercado de capitais sempre traz, a reboque, a dimensão da possibilidade de prejuízo e as histórias reais desses prejuízos e quebraadeiras, sem conta, que também fazem parte do folclore deste segmento.

Não podemos eliminar, como também já, aventado, anteriormente, o fato de que, ao que parece, há, entre os operadores de bolsa, o imaginário do “tudo ou nada”. É alta ou baixa, compra ou venda, ganho ou perda, sucesso ou fracasso, vida ou morte. Conforme metáfora utilizada por alguns participantes, quando o paciente morre, o médico não morre junto, assim deve ser na bolsa mesmo quando há perdas, a vida continua.

O medo também pode ser pensado a partir da inovação tecnológica, a partir da qual, cada vez mais, o trabalho vivo, como anteriormente apontado, vai sendo substituído pelo trabalho morto. O mercado de capitais trouxe, desde sempre, uma aptidão inata para incorporar tecnologia, principalmente na área de informática, comunicação e informação, para que haja maior compressão do tempo e velocidade na consecução das operações. Surge, conforme declinado pelo participante “A”, o medo de o homem ser engolido pela máquina e, como consequência, o trabalho humano não ser mais necessário. A alternativa, neste caso, talvez seja o homem tecnológico ou o homem biônico, representado pela metáfora da máquina incorporada ao humano, ou, na linguagem de Freud (1928), o homem protético. Assim, a memória humana é acoplada ao *hard disk*, a capacidade de comunicação e prospecção de informações está atrelada aos celulares e a internet, disponível em todo e qualquer lugar. Como consequência, sua noção de tempo é um “agora” a-histórico processado na velocidade dos nanobits. Neste sentido, o melhor profissional é o que incorporou mais e melhor as próteses tecnológicas. Parece que é exatamente isso que está por detrás da menção do participante “C” quando se refere aos profissionais recém formados que vêm com “muita técnica”.

O mesmo participante “C” expôs sua preocupação com os grandes conglomerados que, por praticarem menores preços, arrastam os clientes que, em sua maioria, estão preocupados com menores custos e não com a qualidade dos serviços prestados. Parece-nos que este aspecto também ecoa a questão tecnológica, visto que o grande diferencial que os grandes conglomerados trazem está na dimensão de suas possibilidades, decorrente

de seus investimentos em tecnologia de informação e formação de pessoal.

Por outro lado, há, entre operadores, um imaginário de superação que eles parecem extrapolar do mercado de capitais, com sua habitual superação das crises. Conforme colocado pelo participante “D”, o mercado é maior do que as crises locais e mundiais, sempre prevalecendo, ao final, como indicam as histórias dos diversos *crashes*, notadamente o de 1929. O imaginário de superação pode ser verificado quando os diversos participantes mencionam que os negócios na bolsa não acabam. Se hoje houve um prejuízo, o amanhã traz a possibilidade de recuperação. Há sempre a sensação de que naquele dia haverá “a grande tacada”.

De outra forma, é possível entender que o medo dos profissionais do mercado se dê na dimensão de tudo que já viram acontecer. Já viram os altos e baixos dos papéis, já viram a hiperinflação e seus efeitos danosos, já viram o confisco da poupança, já viram 11 de setembro, neste sentido: tudo é possível, até mesmo mercado de capitais sucumbir.

Frases do discurso utilizadas na construção da categoria	
(sobre as inovações tecnológicas) “eu fico meio receoso, eu como todo o mundo”	Participante A
(sobre as inovações tecnológicas) “daqui a pouco quem sabe a máquina vai substituir por completo o homem em nosso mercado”	Participante A
(sobre as inovações tecnológicas) “eu acho que a tendência é ficar cada vez mais eletrônico possível, infelizmente”	Participante A
(sobre fatos que não gostaria que ocorresse) “o mercado acabar, o mercado humano acabar”	Participante A
(sobre fatos que não gostaria que ocorresse) “o mercado acabar”	Participante B
(sobre expectativas em relação ao mercado) “a presença de grandes bancos, de grandes corretoras”	Participante C
(sobre expectativas em relação ao mercado) “você tem uma rapaziada recém formada que vem com muita técnica”	Participante C

(sobre fatos que não gostaria que ocorresse) “o fechamento do mercado”	Participante D
---	----------------

Durante este capítulo, optamos por não discutir detidamente o pequeno número de participantes da pesquisa. Trataremos deste aspecto no decorrer da conclusão.

Conclusão

Ao longo desta dissertação pudemos observar, com base na pesquisa, que a subjetividade dos operadores de bolsa está fortemente marcada pelo imaginário financeiro, a partir, do qual, as principais expressões da vida são simbolizadas ou mediadas. Pudemos analisar como este aspecto teve impacto significativo na negativa da maioria dos operadores contatados em participarem da entrevista. Parece que, na dimensão do imaginário financeiro, não há espaço para a pesquisa das ciências humanas. A pesquisa, na concepção deles, ainda que não declarado diretamente em qualquer uma das entrevistas, não agrega valor no sentido atribuído ao mercado de capitais e, como consequência, não se enquadra na concepção de tempo super-produtivo. Há uma noção corrente de que só se deve investir naquilo que traz retorno financeiro imediato. Esta concepção pôde ser claramente explicitada durante o período da pesquisa, em pelo menos duas ocasiões, quando o autor encontrou pessoas anteriormente conhecidas de sua época de trabalho no mercado de capitais, pessoas estas que não se encontram dentre as que participaram da pesquisa. No primeiro caso, uma pessoa ao saber que o autor passara a estudar psicologia, perguntou: o que isso vai te trazer de lucro? No outro caso, a pessoa disse: Mestrado em psicologia? Porque não MBA em finanças corporativas? Como você vai ganhar dinheiro com isso? Este aspecto também ganha contorno evidente quando um dos participantes da pesquisa, antes mesmo de a entrevista se iniciar, já dizia: “você vai ter que ser rápido com isso aí, preciso acompanhar o mercado” e por diversas vezes interrompeu a entrevista. É interessante notar que foi o próprio participante que escolheu o horário da entrevista. Ele poderia ter marcado fora do horário do pregão, mas não o fez.

Em termos gerais, parece-nos que o operador, em seu cotidiano profissional, é mais pressionado à ação do que à reflexão. A reflexão deve ter um caráter operatório. A

ação é comprar e vender, a reflexão é avaliação dos meandros que movimentam o mercado. Ainda que a reflexão sobre o comportamento das ações, seja considerada produção, para eles, ao final, o que conta mesmo é a operação realizada. Nesta direção, o próprio instrumento de pesquisa solicitava dos operadores, uma reflexão que fosse menos operatória e, ao mesmo tempo, uma paralisação momentânea na forma prioritária de ação, o que infelizmente não apresentou, em termos de números de participantes, o retorno desejado.

Talvez possamos também aventar que a negativa em grande escala apresentada pelos operadores de bolsa para participarem da pesquisa diz respeito à possibilidade de serem colocadas em xeque as estratégias defensivas, por eles criadas, para o desenvolvimento de suas atividades. Neste sentido, participar das entrevistas poderia assumir, para os operadores, o sentido de uma ruptura, mesmo que momentânea, com as estratégias de defesa e a maneira como eles constroem a profissão.

Estes aspectos dão-nos o contorno do que poderíamos chamar de uma espécie de alienação decorrente das especificidades da atividade. A alienação se estabelece tanto pelos efeitos da tirania do tempo como por sua aplicação. O tempo, além de veloz, implicando numa contínua superação de limites (Carreteiro, op. cit.), também faz com que a vida como um todo acabe colocando-se como refratária do tempo - o tempo hiper-produtivo - em função dos ditames e objetivos das atividades do mercado de capitais. O trabalho, em consequência, invade todas as esferas da vida. Mas, por outro lado, também existe um gozo na atividade que os operadores de bolsa empreendem. Desta forma, ainda que sob a égide desta aparente alienação, o gozo não permite que se dêem conta dela, uma vez que opera alimentando e impedindo que haja rupturas. Neste sentido, os operadores de bolsa não se descolam daquilo que é o seu trabalho, seus objetivos e o que o trabalho representa. Vivem, neste aspecto, de forma tal que as relações são englobadas pelo trabalho.

Parece-nos que este embate entre alienação e gozo pode estar na base, ou ser uma explicação possível para o fato de que os operadores de bolsa alongam seu tempo de permanência na atividade, ainda que não mais precisem dela, sob o pretexto financeiro, podendo optar por atividades menos desgastantes. Mas como indica Dejours (op. cit.), a pressão ou sofrimento pode ser ressignificado, constituindo-se por fim, em prazer.

Não se pretende, com estas observações, estabelecer uma crítica de valores, de modo que este ou aquele seja afirmado como melhor ou pior do que outro. Afinal, o objetivo da atividade no mercado de capitais é o lucro no sentido financeiro da expressão.

Sendo assim, os operadores tentam fazer da melhor maneira possível aquilo a que eles se propõem, ou seja, ganhar dinheiro. O que, por outro lado, queremos ressaltar, é que dificilmente outra atividade tenha, de forma tão intensa, o valor financeiro e a própria subjetividade atrelado a ela. Não podemos deixar de considerar que nosso cotidiano é atravessado pelo capitalismo em sua vertente financeira, cujos muros foram derrubados, permitindo ao capital financeiro circular a velocidades antes inimagináveis e transitar por lugares outrora não percorridos. Isto nos coloca em outro regime de produção de identidade, diferença e subjetividade, conforme salienta Hardt e Negri (op.cit.).

Outro elemento de destaque que podemos considerar é o fascínio e a sedução que a atividade apresenta, conforme já apontado no corpo do trabalho. Isto se dá, obviamente, pela possibilidade de geração de riqueza, mas não se prende somente a isso. Há na atividade toda uma engenharia criativa presente no processo. Há necessidade de dar conta de um sem número de informações que circulam. Há o imperativo de domínio de elementos macro e micro econômicos, além dos políticos. Há uma relação extremamente narcísica que se estabelece, visto que, no mercado de capitais, só há espaço para os ganhadores. É o que um dos participantes apontou, ao dizer que quando ganhava em uma operação, “enchia o peito para falar”. Encher o peito pode ser pensado como uma metáfora de força, de potência, de preenchimento, de plenitude, enfim, de onipotência. Se, por um lado, a complexidade do mercado e sua abrangência à vida, atrelada à compressão do tempo-espço e à possibilidade de ganhos financeiros podem produzir a alienação, por outro lado, paradoxalmente, estes elementos são os mesmos que invariavelmente produzem o gozo e alimentam o narcisismo. O mercado de capitais e notadamente as operações em bolsa de valores podem ser olhadas também sob o ponto de vista dos desafios e provas. Todo o trabalho apresenta uma série de provas e desafios e na bolsa de valores estes elementos são constantes, o que impulsiona os operadores de bolsa à superação em diversos sentidos. O humano é, na verdade, um ser complexo que se constitui a partir de vários valores e significados. Sendo assim, ele não se mobiliza a partir de um único objetivo. Há uma trama de fatores que entram em cena, ora mais intensamente uns, ora mais intensamente outros. Desta forma, ação, reflexão, sofrimento, superação, realização, gozo se alternam na dinâmica do trabalhador.

Não podemos, contudo, deixar de retomar o tema do risco e da conseqüente possibilidade de perda que as operações em bolsa trazem. Se o ganho aponta para a onipotência narcísica, a perda aponta para a possibilidade de uma ferida narcísica. Criamos

a hipótese de que os operadores, aparentemente, façam de tudo para não se deparar com ela. Neste sentido, entram em cena os sistemas defensivos, que vão procurar dar conta do medo e de outras possibilidades de sofrimento decorrentes das tensões e pressões do mercado de capitais. Parece que há, assim como é comum nos sistemas defensivos, um distanciamento inconsciente das causas de sofrimento. Certo participante, por exemplo, ao ser perguntado se em ocasião de perdas na bolsa havia, da parte dele, algum tipo de recurso emocional ou psicológico para o dia seguinte, a resposta dele foi: “em se tratando de dinheiro não existem artificios”. Entretanto, podemos notar, através do discurso de outros operadores de bolsa, e através também de casos recorrentes em situações de perdas, que de fato existem artificios e, notadamente, sistemas de defesa que se estabelecem para dar conta do risco, do medo e outras situações produtoras de sofrimento inerentes à atividade. Dentre esses sistemas defensivos, o esquecimento parece tomar uma grande dimensão, visto que tanto a possibilidade de perda como o medo são paralisantes. Qualquer tipo de paralisia é completamente contraditório ao mercado, já que ele pressupõe a dinâmica, mobilidade e agilidade.

O capitalismo contemporâneo pretende produzir capturas ou imaginários que operam na produção de subjetividades. No que se refere aos operadores de bolsa, identificamos alguns imaginários que parecem ser intensamente levados a efeito pelo capitalismo financeiro, através do mercado de capitais. Podemos classificar estes imaginários como: de visibilidade indiferenciada, de acesso indiferenciado, de possibilidade indiferenciada de obtenção de lucros e de possibilidade de se ter o mercado dentro de casa. Ter o mercado dentro de casa, o que poderíamos chamar de uma espécie de portabilidade, aponta para um paradoxo. Por um lado, o mercado é globalizado, mundializado, por outro lado, cabe dentro de casa. Ter o mercado dentro de casa também pode ser pensado através da possibilidade de domesticá-lo. Mas, para além disso, parecemos que este imaginário, como já mencionado no corpo deste trabalho, coloca-se como uma tentativa capitalista em capturar para além do corpo a alma daqueles que lhe são afetos. A captura da alma se lança sobre aquilo que é vital. Este aspecto pode ser simbolizado pelos participantes da pesquisa, em metáforas do mercado como elementos vitais, tais como o mercado é o “ar que respiro e o alimento”, além de expressões como “não vivo sem o mercado”. Outro ponto que pode ser considerado como um identificador desta captura da alma é o medo, expresso por todos os participantes, de o mercado acabar, além de atribuírem normalmente a ele uma espécie de poder sobre humano, acima do bem

e do mal, e com capacidade de regulação ilimitada e superação de qualquer crise. Não podemos deixar de considerar que o mercado, para além das questões virtuais, trabalha com pessoas e fatos reais. As pessoas e os fatos reais impõem circunstâncias, mecanismos e regulações que se lançam ao mercado e permitem ou não superações, conforme o caso e o contexto. Tais elementos podem ser notados, tanto nas reações das pessoas diante de certos planos econômicos, como também diante dos impactos produzidos no mercado por estes mesmos planos.

Os operadores de bolsa são extremamente estrategistas. Como aponta Enriquez (op. cit.), as sociedades contemporâneas valorizam as estratégias individuais e de grupo. Nas sociedades de épocas anteriores, valorizava-se o trabalho bem feito segundo a norma técnica e as regras burocráticas. A idéia de estratégia se reporta a que cada um tem inteligência e capacidade suficiente para fazer aquilo que se tem de fazer. Nas bolsas de valores, assim como na concepção estratégica, ganhar muito ou perder muito faz parte do amplo espectro do campo de possibilidades. Como consequência tem-se uma concepção de vida que de certo modo assemelha-se a um jogo. Parece que o jogo fomenta um imaginário de que somos mais fortes do que o próprio jogo que estamos jogando. Este imaginário está atrelado à idéia de que podemos controlar, ser onisciente e onipotente, domar o resultado final. Estes aspectos colocam-se como pano de fundo para o imaginário enganador e o imaginário motor²¹ articulados por Enriquez (1997).

O imaginário enganador é aquele que faz com que as pessoas considerem que podem ser mais fortes do que os elementos que as circundam. Conforme relatado por Enriquez²², estes conceitos foram desenvolvidos a partir do estágio do espelho de Lacan, oportunidade em que a criança vai se reconhecer como existente, totalizada. No momento em que a criança capta sua imagem no espelho surge o narcisismo primário, em que a criança vai sentir-se completamente unificada. Por outro lado, como nos aponta a mitologia, o narcisismo levado ao extremo é a morte. Narciso se afoga no reflexo da imagem que tem de si mesmo. Desta forma, é um engano pensar na ilusão da unificação e da onipotência. Por outro lado, esta ilusão vai estar colocada em um embate entre o princípio do prazer e o princípio da realidade. Contudo, é impossível prescindir do narcisismo. Se não houvesse em cada um de nós um pouco de narcisismo estaríamos fadados a imobilidade, ninguém faria absolutamente nada.

²¹ Também chamados de imaginário de logro e imaginário criador.

²² Explicação efetuada por Eugene Enriquez por ocasião da pré-banca.

Transportando esta questão para os operadores de bolsa, poderíamos dizer que o mercado perfeito é uma ilusão, um engano, mas, por outro lado, para aquele que opera na bolsa, se não pensar que pode minimamente controlar o mercado ou se antecipar aos fatos, não fará absolutamente nada. Mas Enriquez também aponta a existência de um outro imaginário, o imaginário motor, que vai possibilitar que seja colocada em ação essa espécie de poder de não se imobilizar diante do risco, do medo e da incerteza.

O imaginário motor funcionaria assim, como um propulsor, sempre pronto para nos lançar a frente, a criar novas estratégias não unicamente individuais, mas comuns aos grupos de que fazemos parte; neste sentido, então, estratégias coletivas.

A questão é que estamos diante de um paradoxo. Se, por um lado, não se pode permitir cair no engano ou logro, por outro lado, não ter algumas ilusões significa a paralisia, porque para agir, fazem-se necessárias algumas ilusões. Sem as ilusões não se pode colocar em funcionamento o imaginário motor.

Podemos constatar que, no mercado de capitais, ao que parece, a estratégia se sobrepõe a outras concepções. Se, no sentido gerencial, passamos da concepção tecnocrata para a concepção estratégica (Enriquez, op, cit) no contemporâneo, com relação à bolsa de valores, como pode ser observado em diversas colocações de Weber (op. cit.), sempre houve um predomínio da estratégia.

Dentre as categorias de pesquisa construídas, colocamos em destaque: a urgência de enriquecimento ou de bem estar financeiro; o tempo e a velocidade; a incerteza e exposição demasiada ao risco; o esquecimento e desatrelamento da experiência da atividade; a flexibilidade; o movimento, a liquidez e volatilidade, a prospecção da novidade e da informação. Estas são não só categorias importantes para a atividade dos operadores de bolsa, mas também a extrapolam, encontrando-se, de alguma forma, muito presentes na sociedade contemporânea.

Todas as categorias elencadas nascem nas relações de trabalho e incorporam-se no cotidiano dos profissionais. Como exposto no corpo da presente pesquisa, o trabalho toma contornos expressivos na produção da subjetividade. Tomando as categorias acima elencadas em expressões simplificadas teríamos: urgência de enriquecimento; tempo e velocidade; exposição ao risco; esquecimento; flexibilidade e prospecção da novidade.

Deteremo-nos neste momento, à urgência, no sentido geral, conforme aponta Aubert (apud Soares e Dantas, 2006). O modo de ação em estado de urgência tornou-se o imperativo do contemporâneo, muito provavelmente se configurando como um dos

elementos da subjetividade pela qual os indivíduos se representam e expressam suas maneiras de ser, sentir e viver. Urgência implica a necessidade de agir rapidamente. A vida transformou-se, para muitos, em uma espécie de corrida louca e desenfreada em busca da produtividade, do cumprimento de metas, da *performance*, da excelência, do bem-estar, da felicidade, do sucesso e do dinheiro. A medida de alcance destes objetivos parece intimamente atrelada à urgência, aos excessos e rapidez em que se opera, em direção às metas traçadas. Todas estas expressões podem ser sintetizadas em um dos maiores valores do contemporâneo: o sucesso. Ocorre que o sucesso não se solidifica, visto que é instantâneo, e precisa sempre estar sendo colocado à prova (Carreteiro, op. cit.). Desta forma, pode-se inferir que o modo operatório em estado de urgência constitui-se como um dos sintomas do contemporâneo, ficando transparente a relação que se estabelece com o tempo e a velocidade. A vivência deste estado de urgência traz uma nova experiência das noções de tempo e velocidade, afetando o modo de pensar a si mesmo e pensar o outro, acarretando conseqüências na inserção do indivíduo na trama do tempo coletivo. O capitalismo contemporâneo e o mercado global enfatizam o uso de novas tecnologias, mas há outra dimensão, que talvez não esteja tão clara, e que se refere a outra mudança que se estabelece no contemporâneo. São as novas formas de organizar o tempo, principalmente do trabalho. E seu elemento mais presente é a extinção da noção de longo prazo (Sennett, op. cit.). No que tange ao dinheiro, conforme aponta Giddens (1991), sua natureza tem sido amplamente discutida, tanto na sociologia como obviamente na economia. Marx, em seus primeiros escritos, atribuía ao dinheiro o caráter de “a prostituta universal”, por ser um meio de troca que nega o conteúdo dos bens e serviços transformando-se em um padrão impessoal. O dinheiro torna possível uma generalização, visto que pode assumir o papel dos bens e serviços, constituindo-se assim em uma “pura mercadoria”. Já era advogado por Keynes (apud Giddens, op. cit.) que o dinheiro se relaciona intimamente com o tempo. Parece que podemos extrapolar a relação do dinheiro com tempo, para tempo, espaço e velocidade. A geografia, ou seja, o espaço comprimiu-se da mesma forma que o tempo, passando a ter um *status* de condição social. Circular em maior velocidade e, como conseqüência, necessitando de um menor tempo para romper o espaço depende da mediação do dinheiro. A velocidade e o tempo para cruzar o espaço são proporcionais à capacidade de pagamento. Podemos nos deslocar de ônibus, carro ou avião para outro Estado, e obviamente quanto mais rápido for o transporte mais caro ele será. Hoje, é comum vermos o céu sendo rasgado pelos helicópteros que transportam altos executivos de

suas residências para o trabalho, rompendo a lentidão da marcha da maioria dos mortais e promovendo um transporte rápido e alheio às paralisações e à violência do trânsito, embora não a um preço pequeno. Desta forma, podemos perceber que dinheiro, tempo, espaço e velocidade articulam-se mutuamente para aplacar, em maior ou menor escala, as urgências nossas de cada dia.

O risco que nos interessa no momento é principalmente àquele advindo do exercício profissional, sem deixar de considerar, contudo, que a exposição ao risco tem estado presente no contemporâneo de diversas formas e intensidade. A reorganização do trabalho, após a crise do fordismo, como aventado no corpo da pesquisa, coloca o trabalhador diuturnamente diante do risco e da incerteza. Se o trabalhador, em linhas gerais, passa a ser um estrategista, isso vai implicar na assunção de maiores riscos no exercício de suas atividades. Se a estrutura organizacional caminhou da verticalidade para a horizontalidade, permitindo maior autonomia para os trabalhadores em função do incremento do poder decisório, isto também significou um aumento de desafio e responsabilidade que, por sua vez, lançou o trabalhador mais efetivamente nas esteiras do risco. Viver numa cultura de risco é inquietante e pode promover sensações de ansiedade não específicas, que se intensificam diante de episódios decisórios (Giddens, 2002). O risco, que antes estava sob o domínio do capitalista e dos aventureiros, torna-se uma necessidade diária enfrentada por todos. No contemporâneo, a produção social de riqueza desenvolve-se par e passo pelas produções sociais de riscos (Sennett, op. cit.). Por outro lado, não podemos pensar no risco apenas como um pólo negativo, visto que é exatamente a assunção do risco um dos elementos fundamentais para uma economia dinâmica e uma sociedade inovadora. Diante do risco o indivíduo pode tomar duas atitudes: enfrentamento ou impotência diante do desafio.

A sociedade contemporânea opera, pelo que nos parece, de uma forma importante, o esquecimento. Tanto pelo seu deslocamento do passado para o futuro, rompendo assim com as tradições, como também pelo instituto da inovação e novidade. Isto se dá principalmente através das próteses tecnológicas e de comunicações. Temos, de um lado, o ritmo cada vez mais acelerado do trabalho e, de outro, a diversidade e rapidez dos meios de comunicação que nos colocam diante de uma quantidade avassaladora de informações das quais não conseguimos efetivamente dar conta, perdendo, como consequência, a nossa capacidade crítica e de discernimento de relevância. A sociedade de consumo desenfreado também parece tirar partido do esquecimento, visto que cada vez produz mais produtos

descartáveis ou de curta vida útil.

O capitalismo contemporâneo também enfatiza a flexibilidade. Espera-se que os trabalhadores sejam, além de ágeis, abertos para mudanças de curto prazo. Todas as formas rígidas, burocráticas e rotineiras são consideradas indesejáveis. A flexibilidade também acaba por ser um elemento que fomenta certa ansiedade decorrente da incerteza que traz. Sennett (op. cit.) aponta que vivemos em uma sociedade de curto prazo, impaciente e imediatista. Temos, em função disso, dificuldade de decidir o que deve ter valor duradouro em nós. A flexibilidade lança-nos diante de uma sede insaciável de mudança. Bennett Harrison (apud Sennett, op. cit.) nos informa que este desejo contínuo de mudança tem origem no capital impaciente e ávido por retorno rápido. Por outro lado, a flexibilidade impulsiona a mudança e esta, por sua vez, nos coloca diante de novos riscos. A exposição constante ao risco, segundo Sennett (op. cit.) pode corroer nosso senso de caráter, visto que não há narrativa que supere a constante regressão. Estamos sempre começando de novo.

No que se refere à prospecção da novidade, a bolsa de valores se estabelece desde seus primórdios, como salienta Weber (op. cit.), como ponto difusor de informações. Naquela época, e nos referimos aqui à década de 1890, se alguém queria saber alguma coisa corria para o centro de negociações. Isto nos coloca diante do apetite sempre presente no mercado de capitais para receber informações, na medida em que a bolsa era difusora das informações que recebia. No contemporâneo elas se multiplicam e circulam a velocidades antes inimagináveis. Deter a informação, antes de todos e com precisão, indica uma espécie de relação de poder na bolsa, porquanto qualquer informação relevante pode afetar o curso do mercado de capitais, com a alteração dos preços dos ativos. Desta forma, além de se colecionar sensações e emoções, coleciona-se também informações. Ainda que sejam coleções de curtíssima duração.

Parece-nos evidente que a sociedade de consumo contemporânea, marcada pela busca da satisfação instantânea, das emoções e da flexibilidade de produtos e prazeres, encontra um paralelo intenso na dinâmica do mercado. A hipótese que desenvolvemos neste trabalho é a de que aquilo que se encontra na sociedade contemporânea, está, de algum modo, condensado no mercado de capitais: seja a gestão das urgências, os riscos, a compressão temporal, a velocidade, a informação ou outros elementos percorridos na presente.

A análise dos dados coletados nas entrevistas, comparados a outros da pesquisa bibliográfica, leva-nos a afirmar que os elementos centrais das categorias analisadas no

presente trabalho já se encontravam presentes na sociedade e, destacadamente, no segmento das bolsas de valores desde, no mínimo, o final do século XIX, encontrando-se indícios importantes principalmente a partir do século XVI.

A partir da constatação de que os elementos centrais das categorias perpassam desde o capitalismo nascente até o capitalismo contemporâneo, podemos concluir que o que há de novo é uma intensificação desses elementos, que se estabelece a partir da dinâmica do mercado de capitais e do desenvolvimento tecnológico e informacional.

Estes elementos encontrados, assim como sua intensificação, contribuem, de forma significativa, para uma nova forma de gestão do trabalho, para a construção de um imaginário de se ultrapassar continuamente (Erhenberg, 2000) e, conseqüentemente para uma gestão da vida e produção de subjetividade em que esses elementos também estarão intensificados.

Partindo da consideração de que os elementos centrais das categorias analisadas nesta pesquisa estão presentes desde o início do capitalismo, sendo hiper-intensificados no contemporâneo - como indicado no parágrafo anterior - podemos concluir que estes elementos do mercado de capitais, parecem colocados à sociedade contemporânea como normas antecedentes. Não podemos deixar de considerar também que o mercado de capitais tem acoplado, em sua dinâmica um caráter que lhe permite antecipar tendências, impactos e acontecimentos. Contudo, a vida social possui linhas de fuga que se estabelecem para além de qualquer norma antecedente possível. Isto nos permite dizer que não agimos, pensamos e somos unicamente reféns destas normas. Se assim fosse, teríamos que admitir que estamos, de modo definitivo, irremediável e irrevogavelmente capturados pelos mecanismos do mercado de capitais e em maior instância do capitalismo financeiro contemporâneo, sem nenhuma possibilidade de ruptura ou transgressão. Todavia, como cada sistema de produção deve ser visto como um sistema que define modos de vida e produz subjetividades, entendemos que o mercado financeiro e de capitais, através de seus mecanismos e dinâmicas de negócios, é um importante produtor do que poderíamos chamar de subjetividade capitalística da atualidade.

Referencias Bibliográficas

ANDREZO, Andrea Fernandes e LIMA, Iran Siqueira. *Mercado Financeiro: Aspectos Históricos e Conceituais*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2ª. ed., 2002.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo editorial, 2006.

ARRIGUI, Giovanni. *O longo século XX*. São Paulo: Contraponto, 2006.

BAZIN, Decio. *Faça Fortuna com ações antes que seja tarde*, São Paulo: Editora CLA, 4ª Ed., 2006.

BAUMAN, Zygmunt. *O mal estar da pós- modernidade*, Rio de Janeiro, Zahar, Ed, 1998.

_____. *Globalização: As conseqüências humanas*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

BIRMAN, Joel. *Mal-estar na atualidade*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 3ª. Ed., 2001.

BOVESPA – Bolsa de Valores de São Paulo. Disponível em:
<http://www.bovespa.com.br>. Acesso em: maio/2007.

BUCHAN, James. *Desejo Congelado*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

CAMARGO Sophia. <<http://economia.uol.com.br/finanças/investimento/2008/02/15/ult5346u39.jhtm>>

CARRETEIRO, Teresa Cristina. Corpo e contemporaneidade. *In Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 11, n. 17, p. 62-76, jun, 2005.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.

DEJOURS, Christophe. *A Loucura do Trabalho: Estudo de Psicopatologia do Trabalho*. São Paulo: Cortez-Oboré, 5ª. Ed., 1992.

_____. A carga psíquica no trabalho. *In Psicodinâmica do Trabalho: Contribuições da Escola Dejouriana à Análise da Relação Prazer, Sofrimento e Trabalho*, BETIOL, Maria Irene Stocco, coord. São Paulo: Atlas, 1994.

_____. e ABDOUCHELI, Elizabeth. Itinerário Teórico em Psicopatologia do Trabalho. *In Psicodinâmica do Trabalho: Contribuições da Escola Dejouriana à Análise da Relação Prazer, Sofrimento e Trabalho*, BETIOL, Maria Irene Stocco, coord. São Paulo: Atlas, 1994.

ENRIQUEZ, Eugène. L'imaginaire sociale, refoulement et répression dans lês organisations. *In Les jeux du pouvoir et du desir dans l'enterprise*, Desclée de Brouwer,

Paris, 1997, pp. 75-114.

_____. Vida psíquica e organização. In *Vida psíquica e organização*, MOTTA, Fernando C. Prestes e FREITAS, Maria Ester, orgs. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2ª. ed., 2002.

EHRENBERG, Alain. *La fatiga de ser uno mismo: Depresión e sociedad*, Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 2000.

FILIPE, Rafael Gomes. Importância de *Die Börse* (A Bolsa) no contexto da Sociologia econômica de Max Weber, in: *A Bolsa*, Lisboa: Relógio D'água Editores, 2004.

FONSECA, Marcio Alves da. *Michel Foucault e a constituição do sujeito*, São Paulo: EDUC, 1995.

FORTUNA, Eduardo. *Mercado Financeiro: produtos e serviços*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 16ª. Ed., 2006.

FREUD, Sigmund. (1930), O mal estar na civilização. In *Obras Completas*, ESB: Rio de Janeiro: Imago, 3ª. ed., 1990, v. XXI.

FUCS, José. *Até onde vai a crise?* Revista Época nº 505, 21/01/2008, p. 35-37.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

_____. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

_____. *O mundo na era da globalização*. Lisboa: Editorial Presença, 6ª. ed., 2006.

HARDT, Michael & NEGRI, Antonio. *Império*, Rio de Janeiro: Record, 7ª. Ed., 2005.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 15ª Ed., 2006.

LE GOFF, Jacques. *A Bolsa e a vida: economia e religião na idade média*, São Paulo: Brasiliense, 2ª. Ed., 1989.

LEVY, Maria Barbara. *História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: IBMEC, 1977.

MENDES, Ana Magnólia. org., *Psicodinâmica do Trabalho: teoria, método e pesquisas*, São Paulo: Casa Psi/All Books, 2007.

NARDI, Henrique Caetano. *Ética, Trabalho e Subjetividade*, Porto Alegre: Editora UFRGS, 2006.

RANGEL, Juliana. *Caderno de Economia*. Jornal o globo, 22/01/2008, 2ª ed., p. 15.

RANGEL, Juliana & SCOFIELD, Gilberto Junior. *Caderno de Economia*. Jornal o globo, 24/01/2008, 2ª ed. p. 21.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Reflexões sobre a questão do liberalismo: um

argumento provisório, in: *Direito, cidadania e participação*, São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1981.

SCOFIELG, Gilberto Junior. & FRISCH Felipe. *Caderno de Economia*. Jornal o globo, 29/01/2008, p. 25.

SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 11ª ed., 2006.

SOARES, Jorge Coelho e DANTAS, Marília Antunes. Considerações sobre a morte e o morrer na hipermodernidade. *Estut. Pesq. Psicol.* [on line]. Dez. 2006, vol. 6, nº 2 [citado 23 julho 2008], p.89-104. Disponível na World Wide Web: [HTTP://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_artex&pid.-S180842812006000200008&Ing=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_artex&pid.-S180842812006000200008&Ing=pt&nrm=iso) ISSN 1808-4281.

VIRILIO, Paul. *A velocidade de libertação*, Lisboa: Relógio D'Água Editores, 1995.

WEBER, Max. *A Bolsa*, Lisboa: Relógio D'água Editores, 2004. Edição original 1894.

Anexo I: Bolsa Brasileira: Marcos sócio-históricos e jurídicos

Voltando-se especificamente para o caso brasileiro, faz-se necessário uma compreensão do Sistema Financeiro Nacional (SFN), do Mercado de Capitais e da Bolsa de Valores, que é um dos principais instrumentos do Mercado de Capitais na realização de operações com ações e, como consequência, a instituição diretamente ligada à atividade realizada pelos operadores de bolsa. O Sistema Financeiro Nacional teve, a partir do início do século XX, a implementação de todo um aparato legal, que permitiu o seu desenvolvimento. Para que possamos conhecer a ambiência histórico-legal de seu desenvolvimento, apresentaremos, ainda que de forma sintética, os principais atos do governo de então.

Na década de 1930, dois decretos foram sancionados que permitiram a evolução do Sistema Financeiro Nacional: a. Decreto 22.626 de 07.04.1933 – Lei da Usura – onde foi estabelecido o teto máximo de 12% ao ano de juros; b. Decreto 23.501 – Lei da Cláusula-Ouro – em que foi vedada a celebração de contratos em outra moeda que não a nacional, impossibilitando qualquer tipo de correção decorrente de variação cambial, monetária ou do ouro.

Naquela ocasião, estas medidas não produziram maiores consequências, visto que os preços eram estáveis. A inflação no período de 1925-1933 era da ordem de 2%. A economia brasileira era agroexportadora, tendo o café como um dos seus principais produtos de exportação. A exportação, baseada em praticamente um único produto, tornava a economia extremamente susceptível às crises externas, como ocorreu nesta década. Em função disso, a industrialização tornou-se meta da política econômica. (Andrezo & Lima, 2002).

Na década de 1940, ocorreu a promulgação do Decreto-Lei 2.627 de 26.09.1940, que pretendia a continuação do processo de industrialização, criou a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) e estabeleceu regras às sociedades anônimas, tais como: a definição da responsabilidade limitada dos sócios ao capital social e a possibilidade de emissão de ações preferenciais (Andrezo & Lima, op. cit.). As ações preferenciais são as que dão aos acionistas a preferência no recebimento de dividendos e não possibilita, por outro lado, a participação nas decisões da gestão empresarial.

É interessante notar, como salienta Andrezo & Lima (op. cit.), que o Decreto-Lei 2.627/40 teve como objetivo estimular o desenvolvimento das Sociedades Anônimas e do Mercado de Capitais. Na Justificação do Decreto-Lei encontramos:

“explica-se o desejo do Governo de dar ao País uma lei apropriada ao ambiente, isto é, cuja atuação incentive e defenda a economia nacional (...). As grandes empresas nacionais, que se organizaram sob a forma anônima, começaram como sociedades de família. E muitas das que hoje existem estão impregnadas desse caráter. Se não temos mercado financeiro, é manifesto que as nossas bolsas de valores sofrem de anemia profunda... Vivemos, forçoso é confessar, em pleno regime de usura. Porque, no Brasil, o dinheiro ainda produz facilmente dinheiro. A proliferação das casas bancárias, com capitais ridículos, evidencia o acerto da afirmação (...). Procurei fortalecer a instituição jurídica, dando-lhe um corpo de regras capaz de inspirar confiança no público.” (p. 25).

A década de 1950 foi marcada por um acentuado aumento da inflação. O Índice Geral de Preços, que era de 2,7%, em 1947, passou para 8,3%, em 1948, e alcançou 39,5%, em 1959. O Brasil não tinha infra-estrutura para sustentar um processo de industrialização, criando, em decorrência disso, em 20 de junho de 1952, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE) cujo objetivo era aumentar a mobilização do governo na aplicação de recursos públicos e privados. A fonte de recursos por ocasião de sua criação foi a majoração da alíquota de imposto de renda das pessoas jurídicas e físicas em 15%. (Andrezo & Lima, op. cit.).

No início da década de 1960, ocorreu um recrudescimento da inflação. No ano de 1960 a inflação atingiu 30,5%, fechando com 91,9% no ano de 1964. (Andrezo & Lima, op. cit.). A estrutura até então existente, do Mercado Financeiro e de Capitais, não permitia um desenvolvimento e fiscalização adequado desses mercados e da política monetária, assim como a inflação crescente impedia o desenvolvimento do setor privado. Era consenso, entre os economistas da época, a necessidade de reformas envolvendo principalmente o Mercado Financeiro e o Mercado Acionário. O quadro político, entretanto, não era considerado propício para as medidas necessárias. Apesar das tentativas dos presidentes Jânio Quadros e João Goulart, as questões políticas e econômicas não foram resolvidas. Uma das ações empreendidas foi a promulgação da Lei de Capitais Estrangeiros (Lei 4.131 de 3 de setembro de 1962), que permitiu que o capital estrangeiro entrasse no País sem a interveniência do Estado e não apenas como empréstimos, mas também como investimentos. Desta forma, as condições objetivas consideradas necessárias para a implementação das mudanças deu-se através do Golpe Militar de 1964, quando através de imposições autoritárias, buscou-se a reestruturação do Mercado Financeiro do País. (Andrezo & Lima, op. cit.).

O ano de 1964 é um marco importante na organização e estruturação do Sistema Financeiro Nacional (SFN). A partir deste ano, um conjunto de instrumentos legais foi editado com a intenção de permitir uma estrutura racional adequada a atender às necessidades e carências da sociedade. Dentre estes instrumentos, temos:

a. A Lei da Correção Monetária (Lei 4.357 de 17 de julho de 1964), que instituiu normas para a indexação de tributos e criou os títulos públicos federais com cláusula de correção monetária, destinados a antecipar receitas, cobrir déficit público e promover investimentos. Na ocasião, a inflação superava os 12% aa., limite máximo apontado pelo Direito Canônico para a prática de juros (Lei da Usura). A ausência da correção monetária levava as empresas e as pessoas a postergarem os pagamentos de suas obrigações, inclusive as obrigações tributárias. A postergação de pagamentos levava o governo a emitir moeda para financiar-se, o que aumentava a pressão inflacionária. Os balanços das empresas apresentavam cifras defasadas, o que também acarretava, em alguns casos, a diminuição da base tributável, afetando a arrecadação do governo. A Lei em questão, através da minimização dos efeitos inflacionários, permitiu uma remuneração real aos investidores, assim como permitiu as empresas a tributação com bases mais realistas, contribuindo em consequência para o desenvolvimento do Mercado Financeiro e de Capitais. (Fortuna, 2005; Andrezo & Lima, op. cit.).

b. O Plano Nacional da Habitação (Lei 4.380 de 21 de agosto de 1964) que criou o Banco Nacional da Habitação (BNH) e o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE). O objetivo era fomentar a construção de casas populares e obras de infra-estrutura urbana com captação de recursos específicos para esse fim. A década de 1960 foi acompanhada de recessão que implicava em aumento de desemprego, principalmente para os trabalhadores com baixa qualificação. Como o Estado não tinha possibilidades de criar postos de trabalho, a alternativa encontrada foi à busca de criar empregos para a massa desempregada via a construção civil. Pretendia-se, com essa medida, além da geração de mais empregos, atacar o crescente déficit habitacional existente à época, promovido pelo crescimento urbano (média de 63% na década de 1950), inflação e crescimento populacional da ordem de 3% ao ano. (Fortuna, 2005; Andrezo & Lima, op. cit.).

c. A Reforma do Sistema Financeiro Nacional (Lei 4.595 de 31 de dezembro de 1964), que criou o Conselho Monetário Nacional (CMN) e o BCB, estabelecendo normas operacionais e de funcionamento das entidades integrantes do Sistema Financeiro Nacional. Até então, o Ministério da Fazenda e o Banco do Brasil detinham a gestão da política monetária, de crédito e finanças, fato que não mais se coadunava com as crescentes necessidades na condução da política econômica. (Fortuna, op. cit.). Conforme aponta Andrezo & Lima (op. cit., p. 42), um dos objetivos da Reforma Bancária foi *“estabelecer uma administração monetária federal eficiente e flexível, capaz de formular e executar uma política monetária e creditícia... de forma a conter o processo inflacionário sem afetar o ritmo do desenvolvimento”*.

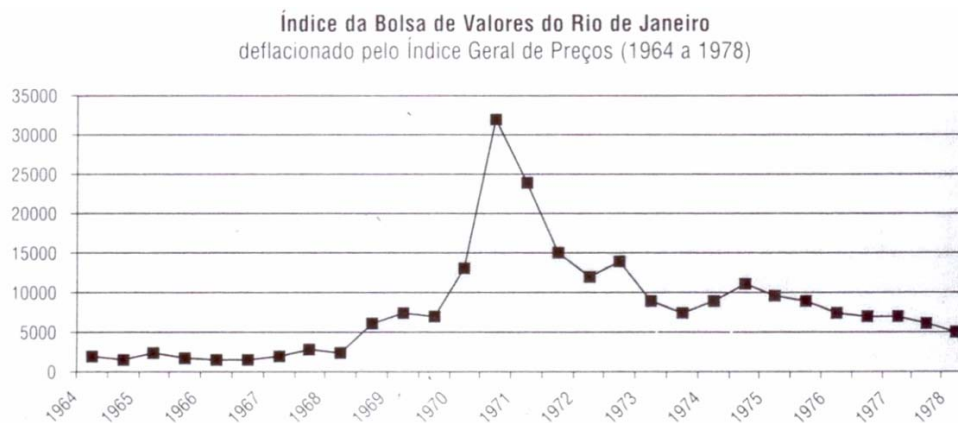
d. O Mercado de Capitais (Lei 4.728 de 14.07.1965), que estabeleceu normas para estruturação do sistema de investimentos para apoiar o desenvolvimento nacional e atender a demanda por crédito. Havia uma nítida preferência dos investidores por imóveis de renda e o governo entendia que se fazia necessário o incremento nos níveis de poupança interna e seu direcionamento para investimentos produtivos. (Fortuna, op. cit.).

Apesar das profundas reformas institucionais levadas pelo governo instaurado em 1964, os objetivos pretendidos não foram adequadamente alcançados – queda da inflação e retomada do crescimento. Como consequência, a situação econômico-financeira das empresas, que já não era boa, piorou. Nessa esteira, foram tomadas medidas para redução de salários, reajuste de tarifas públicas, correção de aluguéis, limitação de crédito, aumento de impostos e controle indireto dos preços. Tal situação levou a economia do País a um processo recessivo em 1966 (Andrezo & Lima, op. cit.)

Na década de 1970, a economia brasileira viveu dois momentos distintos: até 1973, quando a inflação oscilou de 19,8%, em 1970, e fechou em 15,4%, em 1973, ano do “Milagre Econômico” e da primeira crise do petróleo. Neste período, as taxas anuais médias de crescimento foram da ordem de 10,5%, alcançando um crescimento acumulado de 62% entre o ano de 1967 e 1973. E o período seguinte, quando houve uma tendência de retração mundial e o Brasil tentava manter um crescimento “forçado” através de Planos de

Desenvolvimento.

Nesta década ocorreu o *boom* da Bolsa. Houve uma grande procura por ações em função da euforia produzida pelo crescimento do final da década de 1960 e início da década de 1970 e em decorrência da alteração da legislação. O gráfico a seguir mostra este comportamento:



Fonte: Andrezo & Lima, 2002

Se por um lado a década 1970 trouxe a experiência do milagre econômico, por outro, trouxe a experiência política do pior período de repressão militar.

A década de 1980 continuou trazendo problemas econômicos. Os anos de 1981 a 1984 apresentaram crescimento negativo em relação ao ano de 1980. No ano de 1982 a situação ficou ainda mais complexa, pois houve a suspensão dos créditos externos ao País e a fuga de capitais. Neste ano, o Brasil passou a depender do Fundo Monetário Internacional (FMI). Em função das altas taxas de juros praticadas no mercado interno houve uma expressiva queda no mercado de Renda Variável. Alguns momentos de euforia ocorreram nas Bolsas de Valores em função de curtos períodos de tempo, em que os sucessivos Planos Econômicos (Plano Cruzado e Plano Cruzado II – 1986; Plano Bresser – 1987 e Plano Verão – 1989) apresentaram resultados significativos. Esta também foi a década de transição do Governo Militar para a Nova República, pela qual pretendia-se conter a inflação e promover uma gradual abertura política e econômica. (Andrezo & Lima, 2002).

No que tange ao Mercado de Capitais, a partir de 1984, acirrou-se a concorrência entre a Bolsa de Valores do Rio de Janeiro e a Bolsa de Valores de São Paulo, as duas principais bolsas do país até então. Na ocasião, em função da disputa para obter a maior

fatia do volume de negócios, houve uma flexibilização das regras operacionais. A flexibilização da liquidações físico-financeiras atreladas as operações no mercado de opções fez com que o mercado a vista que estava em baixa desde 1986, se elevasse artificialmente. No ano de 1988, alguns investidores montaram uma cadeia de operações especulativas e, como consequência, de elevado grau de risco. Como consequência, no ano de 1989, vários investidores e corretoras quebraram por não conseguirem liquidar suas operações (Andrezo & Lima, op. cit.).

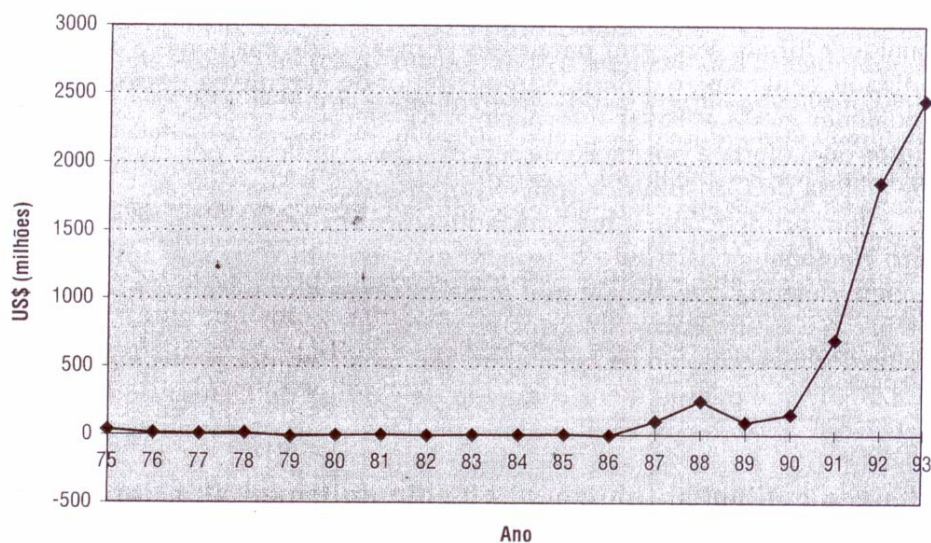
A década de 1990 iniciou-se com a transição do governo do presidente José Sarney para o presidente Fernando Collor. Sarney deixou uma economia em que o dinheiro perdia em média 2%, ao dia, de seu valor, e a economia era totalmente indexada. Na ocasião, a política monetária resumia-se na manutenção das altas taxas de juros. O BCB formava as taxas diárias para as operações de *overnight*, com base na inflação corrente, fato que alimentava a indexação. No final do mandato de Sarney, houve uma corrida aos bancos devido às especulações sobre um possível choque econômico. Temendo uma evasão de recursos, a futura equipe pediu, ao então presidente, José Sarney, que fosse decretado feriado bancário. Em março de 1990, Fernando Collor assumiu a presidência do país, recebendo um legado de uma inflação de 1.750% ao ano. No mesmo mês, foi, em consequência, divulgado o Plano Collor. Na ocasião, houve congelamento de preços e salários, e cada cidadão não deveria ter mais do que cinquenta mil cruzeiros livres, sendo bloqueados os recursos excedentes, para liberação após 18 meses. Em janeiro de 1991 foi anunciado o Plano Collor II com o fim de corrigir erros do plano anterior e frear a expansão inflacionária que chegou a 19,91% naquele mês. O objetivo era a redução gradual da inflação, a renegociação da dívida externa e a reaproximação do Mercado Financeiro Internacional. Além da tentativa de combate à inflação o Governo Collor procurou modernizar o país. Na ocasião, foi dado início a renegociação da dívida externa, procurou-se ampliar os investimentos financeiros, modernizar as indústrias e os Mercados Financeiros e de Capitais, principalmente com o fim do anonimato, da abertura da economia e privatizações. A abertura de mercado levou as empresas brasileiras a reduzirem custos e melhorar a qualidade de seus produtos para que houvesse competitividade com os produtos importados. Houve, como consequência, uma inversão do ciclo: o mercado interno, que era ditado pelo vendedor passou a ser ditado pelo comprador (Andrezo & Lima, op. cit.).

A abertura do Mercado Financeiro e de Capitais fez com que o baixo volume de

ingresso de recursos existentes até a década de 1980 fosse revertido. Isto foi possível em função da grande oferta de recursos a custo baixo no mercado internacional, atrelado a criação de instrumentos de captação externa como o Anexo IV e V, os Fundos de Renda Fixa – Capital Estrangeiro e o processo de privatizações. Se, até 1992, as Bolsas de Valores permaneceram em baixa em função da preferência dos investidores pelos papéis de renda fixa, devido à alta indexação; o ingresso do capital estrangeiro, em decorrência dos baixos preços das ações, as privatizações e a atuação do BNDESpar, que passou a comprar ações de forma mais intensa, promoveram uma reversão da baixa até então apresentada. A tendência de alta das bolsas só foi afetada, posteriormente, com a Crise do México (Andrezo & Lima, op. cit.).

Em função do ingresso de capital estrangeiro houve uma demanda por ações, o que fez com que, no período de dezembro de 1990 a junho de 1993, a valorização real do Índice da Bolsa de Valores de São Paulo atingisse 568%. A seguir, apresentamos gráfico que demonstra a evolução dos recursos externos ingressados no País:

Ingresso Líquido de Investimentos Estrangeiros



Fonte: Andrezo & Lima, 2002

Segundo dados apresentados pelo Censo do BCB, o estoque de investimentos externos no Brasil saltou de 41,6 bilhões para 103,0 bilhões de dólares de 1995 para 2000.

Com relação ao mercado de trabalho, a partir de 1982 houve uma importante

redução no ganho real do salário. Em 1995, pagava-se menos 10% ao mesmo posto de trabalho. O emprego com carteira assinada caiu de 57% em 1982 para 48% em 1995. A rotatividade média anual do trabalhador na indústria, entre o período de 1988 e 1992, foi de 47%, maior que nos Estados Unidos que teve uma média de 39%, enquanto na França foi de 18% e na Itália 13% (Nardi, 2006).

Para fins de elucidação, quanto à utilização dos termos, faz-se necessário algumas definições básicas:

a. Sistema Financeiro Nacional (SFN) – é o conjunto de instituições que criam as condições propícias para a manutenção do fluxo de recursos entre poupadores, investidores e tomadores. (Fortuna, op. cit.).

b. Mercado Financeiro – é o elemento dinâmico que permite a realização das operações. É onde um agente econômico qualquer, que tem sobra de recursos pode ser colocado em contato com outro, o agente econômico deficitário, que permite perspectivas de retorno financeiro atraente para o agente superavitário. (Fortuna, op. cit.).

O Mercado Financeiro pode ser dividido em duas categorias, em função do prazo de suas operações:

ba. Mercado de Crédito – são os agentes e instrumentos envolvidos nas operações de curto, médio ou prazo aleatório. (Andrezo & Lima, op. cit.).

bb. Mercado de Capitais – são os agentes e instrumentos envolvidos nas operações de médio, longo ou prazo indeterminado. (Andrezo & Lima, op. cit.). Neste grupo se encontra os negócios com ações, que é de particular interesse para o desenvolvimento deste trabalho.

Nas operações no Mercado de Capitais, as operações em geral são feitas diretamente entre os doadores e tomadores de recursos. Desta forma, a instituição financeira não atua como parte da operação, constituindo-se em uma instituição auxiliar na intermediação, cobrando, para isso, uma comissão ou corretagem.

Anexo II: Planos econômicos editados no Brasil nas décadas de 1980 e 1990.

Plano Cruzado I

Lançado em fevereiro de 1986. Elaborado no governo de José Sarney. Em 28 de fevereiro, o cruzeiro perdeu três zeros e passou a denominar-se cruzado. Preços, tarifas, serviços, correção cambial e salários foram congelados. Os brasileiros foram convocados a fiscalizar os comerciantes e acabaram batizados de fiscais do Sarney.

Plano Cruzado II

Lançado em novembro de 1986. As novas medidas incluíram o aumento da poupança com estímulos fiscais, de impostos indiretos, das tarifas públicas e do estímulo às exportações.

Plano Bresser

Lançado em junho de 1987. Preços e salários foram congelados por 90 dias. Em seguida, determinou-se que os reajustes salariais ocorreriam toda a vez que a inflação chegasse a 20%. O cruzado sofreu uma desvalorização de 10,56% e foi criada a Unidade de Referência de Preços (URP).

Plano Verão

Lançado em janeiro de 1989. O cruzado perdeu os algarismos novamente e ganhou o nome de cruzado novo. Preços, salários e tarifas foram novamente congeladas. Uma

reforma administrativa extinguiu cinco ministérios.

Plano Collor I

Lançado em março de 1990. O cruzeiro voltou no governo de Fernando Collor de Mello em 16 de março. A então ministra da Fazenda Zélia Cardoso de Melo confiscou todas as poupanças dos brasileiros que tivessem mais de 50.000 cruzeiros aplicados. As tarifas públicas sofreram um aumento, os preços foram parcialmente congelados e a maior parte das restrições às importações acabaram abolidas.

Plano Collor II

Lançado em fevereiro de 1991. A cesta básica sofreu tabelamento. Adotou-se uma política de congelamento flexível de preços.

Plano Real

Lançado em julho de 1994. Um ano antes do lançamento do plano, Fernando Henrique Cardoso, na ocasião ministro da fazenda, que depois se tornaria presidente, lançou o cruzeiro real. Já no poder, o político instituiu o real como nova unidade monetária. Ela equivalia a 2.750 cruzeiros reais. O Banco Central incinerou 3,4 bilhões de cédulas antigas e encomendou 1,5 bilhão de novas, que valiam 27 bilhões de dólares. Também foram distribuídas 900 milhões de moedas, que pesavam 2 mil toneladas. A filosofia do novo plano era buscar a estabilização sem congelamento de preços. Faziam parte de suas medidas principais o controle dos gastos públicos, a aceleração do processo de privatização das estatais e o controle da demanda por meio da elevação dos juros.